

04

REPRESENTAÇÃO

REPRESENTATION

REFR  
REFR  
REFR

Mateus  
9, 10 e 11 de novembro 2013  
Instituto Internacional  
Casa de Mateus

**CADERNOS MATEUS DOC**

**04**

# **Representação** Representation

Mateus  
9, 10, 11 de nov. 2013  
Instituto Internacional Casa de Mateus



## Índice Table of Contents

04	<b>O IICM</b> The IICM
06	<b>O Programa Mateus DOC</b> The Mateus DOC Programme
08	<b>O Seminário na Casa de Mateus</b> The Casa de Mateus Seminar
11	<b>I · Espaços e Tensões da Representação</b>  <i>Espaços de representação do espaço,</i> João Cabeleira  <i>A crise como forma de ordem,</i> Guilherme Marques Pedro
39	<b>II · Representação e Democracia</b>  <i>Sobre a natureza tensional e constitutiva da representação política,</i> Pedro T. Magalhães  <i>Una cartografía abismal de la democracia,</i> Antoni Aguiló
81	<b>III · Representação de quê?</b>  <i>Representação,</i> Fernando Mora Ramos  <i>Representação, ciência e o mundo,</i> João Paulo Neves da Silva  <i>A problemática da representação musical,</i> Daniel Cunha

105

#### **IV · Representação e Revolução**

*Da construção histórica da representação política,*  
Ana Fouto

*Representação e democracia na transição  
portuguesa,* David Castaño

131

#### **V · Representação e Estética**

*Da realidade à criação, das trevas à luz:  
a representação da vida na ficcionalidade  
de «A Cidade de Ulisses», de Teolinda Gersão,  
e num ‘políptico’ de Margarida Cepêda,*  
Marina Alexandra Carvalho da Rocha

*A representação do espaço na alquimia das artes,*  
Anabela Dinis Branco de Oliveira

159

#### **Notas Biográficas**

Biographical Notes

166

#### **A Agenda do Mateus DOC IV**

The Mateus DOC IV Agenda

## Internacional Institute Casa de Mateus

The IICM is an international cultural association, which gathers universities, research centres, private members and the Casa de Mateus Foundation. Its mission is to contribute to the scientific and cultural debate through the organization of meetings, seminars and working groups. Each year, the Institute hosts national and international seminars in which scientists, artists, writers, politicians, economists, public thinkers, intellectuals and experts of all sorts and backgrounds, concerned with the actual contribution of science and knowledge to the public awareness of the community, are encouraged to exchange their views and actively engage in brainstorming discussions, challenging taken-for-granted views on the most pressing issues of the 21st century

In 2010, the Institute defined three lines of action: thematic cycles, starting with “Challenges of Adaptation” which ended in 2013 with the conference “Criativity, Games with Frontiers”; the Mateus DOC Program; and the organization of international meetings on themes related to European integration.

The Mateus DOC Program is now in its fourth edition and has come out with a volume on each one of them, making sure that the results and the conclusions, which are reached in the meetings, are made available to its participants and to a wider audience.

## Instituto Internacional Casa de Mateus

O IICM é uma associação que reúne universidades, centros de investigação e sócios individuais. Foi criada em 1986 pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e a Fundação da Casa de Mateus. O seu objetivo é ser um instrumento ao serviço da comunidade através do qual são disponibilizados os recursos logísticos e operacionais da Casa de Mateus para a realização de reuniões internacionais sobre temas da atualidade e de impacto social.

Todos os anos, o Instituto organiza e acolhe seminários nacionais e internacionais, onde cientistas, artistas, escritores, políticos, economistas e outras individualidades com fortes interesses culturais procuram dar o seu contributo para o debate.

Em 2010 o IICM definiu três linhas de ação: ciclos temáticos, sendo que o primeiro, “Desafios da Adaptação” se concluiu em 2013 com a conferência “Criatividade, Jogos com Fronteiras”; o programa Mateus DOC dirigido a doutorandos e pós-docs; e a organização de encontros internacionais de reflexão sobre temas relacionados com a construção europeia.

O programa Mateus DOC teve quatro edições, sobre os temas da Adaptação, do Risco, da Sustentabilidade e da Representação. Esta última é objeto da atual publicação.

## MATEUS DOC

### The Program

Mateus DOC is a program aimed at researchers from all scientific fields. The program's main objective is to stimulate interdisciplinary dialogue among young researchers from different fields and to encourage them to discuss the most pressing issues of our time in an academic but informal way. Our goal is therefore to train the participants to reflect and develop further innovative research from a broader perspective, integrating contributions from other fields and methodologies. This approach will not only enrich their scientific work through the combination of diverse methods and the fusion of distinct contents, but it will also pave the way for the establishment of new cultural horizons, helping young scientists to position themselves culturally and socially.

The program Mateus DOC starts off with a call for proposals. Candidates submit a summary to the Institute explaining how they will approach a given theme - chosen annually by the Steering Committee of the IICM. Each year a Selection Committee will evaluate the proposals and structure the debate on the basis of the received contributions. The selected proposals are then redistributed to all participants who elaborate further on their papers in order to incorporate the other participants' ideas into a brief 5-page preliminary report, to be submitted through the IICM website.

These are redistributed again to everyone before the seminar. Within 30 days after the seminar the participants are asked to hand in their final articles, which must take into account the debate held at the Casa de Mateus. Both the articles and a brief description of the overall discussions are made available at the Institute's website.

## MATEUS DOC

### O Programa

O Mateus DOC é um programa dirigido a investigadores de todas as áreas científicas. O objetivo principal do programa consiste em estimular o diálogo interdisciplinar entre jovens investigadores de diferentes áreas, confrontando-os com temas de atualidade e interesse geral. Pretende-se, desta forma, habituar os participantes a encarar os seus temas de reflexão e investigação numa perspetiva alargada que inclua sistematicamente pontos de vista exteriores à área científica respetiva. Esta abordagem não só enriquece o trabalho científico através do estabelecimento de novas associações de método ou de conteúdo, como também abre novos horizontes culturais, ajudando a melhor posicionar, cultural e socialmente, o percurso pessoal de cada um.

O programa MATEUS DOC começa com um apelo à apresentação de propostas. Os candidatos submetem ao IICM a sua proposta de interpretação e formas de abordagens de um tema anualmente escolhido pela Comissão Diretiva do IICM. Um Comité de Seleção estrutura o seminário baseando-se nas contribuições recebidas. As propostas selecionadas são redistribuídas por todos os participantes que se comprometem a desenvolver o tema de acordo com sua proposta, tendo em conta as contribuições dos restantes participantes, sob a forma de um breve artigo preliminar de cinco páginas a

submeter através do site do IICM. Os artigos são novamente redistribuídos a todos antes do seminário. No prazo de 30 dias após a realização do seminário os doutorandos entregam ao Instituto os artigos definitivos tendo em conta o debate realizado na Casa de Mateus. Os artigos, acompanhados de um resumo do seminário, são publicados na página na internet do Instituto.

## The meeting at the Casa de Mateus REPRESENTATION

Between the 9th and 11th of November 2012 the fourth edition of Mateus DOC program took place at the Foundation Casa de Mateus, focused on the theme of REPRESENTATION. After carefully reviewing all the submitted proposals to the call, the best working papers were selected, and Mateus DOC convened a multi-faceted group of scholars, scientists and researchers currently at the doctoral and postdoctoral stage of their careers, coming from the most varied academic background.

Ana Fouto (Law), Anabela de Oliveira (Literature), Antoni Jesus Aguiló (Philosophy), Daniel Cunha (Music)\*, David Castaño (History), Guilherme Marques Pedro (Political Theory), João Cabeleira (Architecture), João Neves (Biophysics), Marina Rocha (Literature), Pedro Magalhães (Political Science).

This group of scholars participated in all the debates revolving around the theme of REPRESENTATION, delving into its various dimensions and adopting various approaches to this concept from an interdisciplinary viewpoint.

The meeting was also attended by members of the Selecting Committee and special guests, namely Manuel Aires Mateus, Dava Newman, Fernando Mora Ramos, Guillermo Trotti, Manuela Martins, Marina Rocha, Pedro Bacelar, António M. Cunha, Jorge Vasconcelos,

Gonçalo de Almeida Ribeiro, Mathieu Richard and Teresa Albuquerque.

The discussions revolved around the themes that were at the core of the selected proposals such as:

- › Spatial and conflict Representation
- › Representation and Democracy
- › Representation of what?
- › Representation and revolution
- › Representation and aesthetics

During these three days, the discussions took place in an informal environment, and were accompanied by walking tours around the countryside and chats by the fireplace. The debating program was conducted mainly by the scholars, with a discreet participation of the special guests and directors of the Institute.

The articles gathered in this volume reflect the diversity of viewpoints and approaches that were at the basis of the debate at Mateus. The different languages in which the debate was undertaken also reflect this and we have hence decided to remain faithful to that spirit of intercultural, interdisciplinary and intergenerational communion by publishing the articles in either Spanish, Portuguese or English. The contents of this publication can also be accessed through IICM's webpage at [www.iicm.pt](http://www.iicm.pt).

\* who finally did not participate but sent us his written contribution, which can be read [hereafter](#).

## O seminário na Casa de Mateus

### REPRESENTAÇÃO

O seminário da quarta edição do programa Mateus DOC decorreu entre os dias 9 e 11 de novembro, em Mateus. Após um processo de seleção em duas etapas que se iniciou com um apelo à submissão de propostas de artigos a apresentar, o Mateus DOC reuniu em Mateus um grupo de investigadores, doutorandos e pós-docs, de diversas disciplinas e áreas do saber:

Ana Fouto (Direito), Anabela de Oliveira (Literatura), Antoni Jesus Aguiló (Filosofia), Daniel Cunha (Música)\*, David Castaño (História), Guilherme Marques Pedro (Teoria Política), João Cabelreira (Arquitetura), João Neves (Biofísica), Marina Rocha (Literatura), Pedro Magalhães (Ciência Política).

Este grupo participou em todos os debates em torno do tema da REPRESENTAÇÃO, discutindo em conjunto e com outros convidados especiais várias dimensões e abordagens do conceito.

Participaram neste seminário, Manuel Aires Mateus, Dava Newman, Fernando Mora Ramos, Guillermo Trotti, Manuela Martins, Marina Rocha, Pedro Bacelar, António M. Cunha, Jorge Vasconcelos, Gonçalo Almeida Ribeiro, Mathieu Richard e Teresa Albuquerque.

As discussões foram estruturadas em tornos dos seguintes temas elaborados a partir das propostas selecionadas:

- › Espaços e tensões da Representação
- › Representação e Democracia
- › Representação de quê?
- › Representação e Revolução
- › Estéticas da Representação

Durante os três dias do evento, as discussões tiveram lugar numa atmosfera informal permitindo aos investigadores presentes re-equacionar, defender e amadurecer as suas teses como forma de preparação para a redação do artigo final.

Os artigos finais aqui coligidos refletem a diversidade de pontos de vista e das abordagens que estiveram na base do riquíssimo debate em Mateus. Embora em três línguas - inglês, português e espanhol - os artigos são publicados num só idioma escolhido pelo autor. Apenas os textos de enquadramento são publicados em duas línguas: inglês e português. Os conteúdos desta publicação podem igualmente ser consultados no site do IICM: [www.iicm.pt](http://www.iicm.pt).

\* [que afinal não pode estar presente durante o seminário mas fez-nos chegar o seu contributo escrito.](#)



# I. Espaços e tensões da Representação

João Cabeleira e Guilherme Marques Pedro

*Discutido a partir de campos distintos, as apresentações acordaram na ideia de que Representação, Realidade e Contexto são já de si conceitos que representam um modo particular de olhar, entender e organizar o mundo, dado que toda a contextualização parte já de um contexto cujo enquadramento reenvia para outro contexto e assim infinitamente. Partindo-se de uma ordem política ou de uma ordem geométrica, pretendia-se abordar faces do quadro identitário ocidental e do posicionamento do indivíduo face ao colectivo, seja no âmbito de sistemas ideológicos - incluindo aqueles que se pretendem meta-ideológicos como o liberalismo - ou do quadro espacial e imagético - confrontando realidade concreta e a proposta pela sua representação gráfica.*

*Entre outros momentos altos deste encontro, a grande pirâmide de Gizé, exposta a propósito do projecto para o Museu das antiguidades egípcias na sessão de abertura pelo Arquitecto Manuel Aires Mateus que tantos caminhos trilhou por nós pela sua fascinante capacidade exploratória, inaugurou este encontro impondo-nos a estranha saudade de um monumento que nunca vivenciamos mas em que nos projectamos como horizonte civilizacional nosso. A pirâmide exhibe a ordem formal e simbólica do Egipto antigo, sintoma do eterno dilema entre imanência e transcendência que orientam toda a batalha entre espiritualidade e racionalidade do ocidente e a propósito da qual Guilherme Marques Pedro observou que “há muitas pirâmides na sociedade ocidental contemporânea”, intuindo com isso um sentimento de desorientação próprio das sociedades modernas muito complexas, dinâmicas e fugazes, que transformam o poder crítico de cada indivíduo numa potencial fonte de ordem e assim impõe ao ocidente uma competição constante entre espaços e imagens incomensuráveis entre si. Não precisarão as pirâmides, para o serem, de uma hierarquia? Se todos formos pirâmides em homenagem a nós próprios, como evitar que os deuses não se percam na senda de um interlocutor no mundo?*

*Ora, perante a incapacidade de uma ordem política reveladora de um colectivo coeso, é difícil de definir um nós ou uma identidade ideológica que caracterize o mundo ocidental e se reflecta na normativa que a gere. Por outro lado, a mesma pirâmide surge como fundamento da convenção geométrica capaz de resolver do ponto de vista projectivo a imagem do espaço. Se a imagem perspectivada, conseqüente à secção da pirâmide visual, constitui uma especificidade da sociedade ocidental, determinando o modo de ver o mundo desde o despontar da idade moderna, é também ela que, na construção dos espaços imagéticos da quadratura barroca, sob uma ordem geométrico-matemática amarra significados permitindo ao indivíduo projectar-se numa representação do mundo interposta entre o seu olhar e a realidade.*

## Espaços de representação do espaço: o engano do olhar e a transformação do concreto.

João Cabeleira

### Introdução

1. EVANS 1995, 354.

Enquanto instrumento operativo na caracterização e transformação perceptiva do espaço, a quadratura (arquitecturas perspectivadas) estabelece-se como extensão do edificado, coincidindo com a ciência arquitectónica nos procedimentos compositivos, instrumentais, científicos além de se mostrar sensível à experiência visual do espaço. A sua norma basilar reside na plausibilidade da imagem, capaz de induzir a experiência visual numa síntese entre factos tangíveis e intangíveis estabelecendo uma realidade sensível. Construção e representação sintetizam-se num contínuo dentro do qual habita o olhar do observador.

Nesta linha, a quadratura detém uma dupla capacidade de representação, sendo a ambas subjacente a metáfora do espelho (a simetria com a realidade) resultante da inapreensível magia da transformação do real: a representação gráfica de uma ideia de arquitectura, interferindo na percepção da forma e medida do espaço; ou a materialização e ancoragem de significados, onde o que é visto triunfa a partir do que se vê. Como tal, a Quadratura ultrapassa a natureza física do espaço transpondo visualmente a superfície da representação, e superando a natureza do Homem.

### 1. A perspectiva: Território do objectivo e do simulado

A representação perspectivada reside na condução do olhar a qualquer coisa aparente. Consagrando-se sob dois pressupostos que se balançam mutuamente (condição de reconhecimento do natural; ou capacidade de transformação do sensível), a perspectiva permite, enquanto instrumento projectivo, simular a aparência óptica do mundo. Sob este aspecto “(...) falamos também de projecção como colonização psicológica do real (...)”<sup>1</sup> da qual poderemos presumir que a imagem perspectivada sintetiza as propriedades do representado delineando modelos que interferem na

2. POZZO 1693, AL LETTORE.
3. ZANINI 1629.
4. NICERON 1638, 6.
5. GALILEU 1612. Carta a Cigoli.
6. VELTMAN 1992, 2.
7. Para a disputa, Zeuxis pintou um cacho de uvas. Quando mostrou o quadro, dois passarinhos imediatamente tentaram bicar as frutas. Zeuxis então pediu que Parraso desembrulhasse seu quadro. Este então revelou que na verdade era a pintura que simulava a embalagem do quadro. Zeuxis imediatamente reconheceu a superioridade de Parraso, pois se tinha enganado os olhos dos passarinhos, este tinha enganado os olhos de um artista. Plínio (o Velho): História Natural, Livro XXXV, IV.

aparência dos factos tangíveis. A partir do momento em que esta se liberta da evocação do mundo objectivo, opera-se o engano do olhar coordenando-se concreto e ficção sob uma verdade sensorial. Como tal, tratamos aqui da perspectiva que “(...) *inganna il più accolto de’nostri sensi esteriori che è l’occhio*”<sup>2</sup> a “*prospettiva così artificiosa*,”<sup>3</sup> uma “*vrai magie*,”<sup>4</sup> artificiosíssima imitação capaz de “*de representare il rilievo nel suo contrario, che é il piano*.”<sup>5</sup>

Ainda que a perspectiva tenha facultado ao homem moderno os mecanismos gráficos conducentes à formulação de imagens naturalistas, esta “lidou principalmente com as aparências, o que hoje chamaríamos de óptica psicológica, ou seja, situações que o olho pode ser enganado ou iludido.”<sup>6</sup> O reconhecimento das estruturas de engano do olhar trespassa, no seu âmbito fenomenológico, a história ocidental: na Grécia as questões colocam-se sobre um naturalismo da representação, ainda que hesite em incorporar a deformação óptica da imagem; na Idade Média a arte resolve o espaço conforme uma hierarquia cosmológica; no Renascimento a compreensão métrica do concreto racionaliza o espaço do Homem, ao mesmo tempo que naturaliza as imagens produzidas; e no Barroco a imagem debate-se num conflito entre o valor simbólico da perspectiva, na linha do pensamento contra-reformista, e a visão mecanicista intrínseca ao pensamento científico.

O desejo de interpretar o visível, simulando-o graficamente, encontra as suas raízes teóricas na *Óptike* de Euclides (295 a.C.) e verifica-se na competição Zeuxis/Parraso (relatada por Plínio), ou no confronto Alcámenes/Fídias (narrado por Platão), em que a representação ultrapassa a condição de mimese para se colocar como instrumento disciplinador da imagem subordinando o olhar e juízo do observador.<sup>7</sup> Porém, mesmo com os avanços de Ptolomeu, Alhazen, Lincoln, Witellio ou Peckham, só no Renascimento, a partir de uma concepção antropocêntrica do cosmos, potenciando-se os conhecimentos da óptica e geometria de Euclides, Thales e Apollonius, se desenvolvem os princípios que consentem a formulação de procedimentos gráficos perspectivos. A compreensão, mensuração e visualização do mundo colocam o homem do Renascimento, ou mais precisamente o seu olhar, no centro do cosmos. Neste âmbito a perspectiva, a

poderosa ferramenta artística (fixadora e criadora de imagem) e científica (interpretativa e observadora do natural), constitui o exemplo maior da primazia do visual na relação do Homem com o mundo, constituindo uma incontornável especificidade que moldou a cultura ocidental moderna.

A partir deste lastro e procurando compreender as representações perspécticas barrocas, mais especificamente as arquitecturas/imagem da quadratura, os artistas do Barroco deixam de lado a objectividade do natural para proporem um mundo fundado na representação em que se evidencia a presença simultânea de três tipos de discurso: um discurso proselitista (a convicção contra-reformista e do absolutismo régio); a de um discurso técnico (referente aos conteúdos geométrico/matemáticos da perspectiva e domínio compositivo da arquitectura) e um discurso simbólico ou cosmológico (que se reporta ao entendimento do Homem e do Cosmos em que este se integra, a par da consequente consciência do espaço habitado pelo corpo e olhar do indivíduo). Se por um lado a aplicação prática da perspectiva é fortemente condicionada pelo carácter utilitarista e táctico dos sistemas barrocos, o pensamento científico e filosófico que a esclarece repercute-se profundamente na maneira como o Homem vê o mundo e a si mesmo, determinando a evolução do conhecimento. Por exemplo, a teoria heliocêntrica de Galileu reordena o universo, sendo esse reposicionamento da estrutura cósmica apenas possível pelo olhar regulado e instruído sob as conquistas da óptica e da perspectiva a partir das quais se interpreta e representa a imagem do mundo, estabelecendo uma nova clarividência sobre os factos.

O racionalismo cartesiano descarta a experiência sensorial (*res extensa*) consagrando um cosmos regulado por abstracções geométrico/matemáticas (*res cogitans*). Corrigindo o método de Descartes, Malebranche analisa os limites e inexactidão da visão, afirmando que da realidade só detemos representações mentais geradas a partir da informação transferida entre o mundo e a mente por via da percepção, e Spinoza reunifica o dualismo cartesiano, redireccionando-se versus uma concepção do corpo e mente como entidades inseparáveis. Por outra via, o empirismo de Bacon toma o sensível como fonte cognitiva primária que a razão encarregar-se-á de trabalhar conferindo-lhe sentido,

distinguindo-se, porém, do pensamento aristotélico por balizar a experiência a partir de procedimentos sistemáticos conducentes a uma compreensão coerente do natural. Na mesma linha Berkeley define que os objectos do olhar não são mais do que luz, avançando posteriormente com a ideia de que Ser é ser percebido (*esse est percipi*): nada existe sem ser percebido.

Ora, enquanto Descartes duvida dos sentidos como fonte para a deliberação do real, Bacon duvida da capacidade da mente, por si só, deduzir a verdade. Neste âmbito, a consideração da profundidade espacial e da apreensão de distâncias (o problema base da imagem e espaço perspéctico) varia entre a consideração racionalista em que o espaço se arroga enquanto entidade absoluta regulada e exposta pela geometria projectiva, ou, por oposição, a valorização da experiência em que o observador associa pistas visuais e sensações tácteis a par de atributos de solidez e cor, mais do que a uma determinação sensitiva imediata. De facto, o sujeito barroco, e por conseguinte as imagens do seu tempo, gere-se nesta dicotomia entre razão/sensação, reconhecendo as contradições da visão e a incapacidade do juízo se separar da recepção visual do mundo. Ora, sob este enquadramento, de que modo é entendida a imagem quadraturista pelo homem barroco? Em que sentido esta expressa conteúdos da geometria projectiva e da arquitectura? Em que âmbito as representações constituem espaço e interferem na compreensão dos cosmos?

## 2. O discurso proselitista

Existe uma estreita relação entre o desenvolvimento da quadratura e a acção da igreja contra-reformista e dos estados absolutos, que a instrumentalizam como contextura espacial promotora de uma iconografia triunfalista expondo uma ordem simbólica do universo. No contexto da contra-reforma a Companhia de Jesus assume um papel de destaque, pretendendo combater os sintomas de mal-estar espiritual da era moderna, ansiando a renovação espiritual e correcção dos erros de interpretação doutrinária. Na sua dinâmica os jesuítas integram a manipulação dos sentidos na batalha *Bona fide*. A imagem assimila a retórica do discurso assumindo-se como fenómeno de transubstanciação (*hoc est corpus meum*) dos factos da doutrina. O processo de propaganda

através da arte figurativa é reforçado, expressando temas evangélicos e acontecimentos milagrosos sublimando a força de uma Igreja triunfalista e apologética em que o poder de persuasão combina dois mundos expondo aos fiéis uma indissolúvel continuidade entre céu e terra: o espaço real e mundano funde-se com o fantástico e transcendente. Enquanto o sermão, proferido a partir do púlpito, cumpre a função de ensinar e exortar os fiéis é na sua relação com a quadratura que se cumpre a ideia Barroca do mundo como imagem: “o texto ‘faz ver’ e o que a imagem ‘dá a entender’.”<sup>8</sup> A representação perspéctica racionaliza a visão do divino e reorganiza a distância/relação entre o fiel (o observador pertencente ao espaço terreno) e o transcendente (o divino colocado no espaço pictórico).

8. SCHOLLHAMMER 2001, 28.

9. EVANS 1995, 20.

Os modelos de abóbadas celestes, enquadradas por arquitecturas terrenas, transformam o hemisfério das cúpulas em arquétipos da ordem cósmico-teológica “(...) como uma grande lente que expondo camadas sobrepostas de anjos, arcanjos, tronos, dominações, virtudes, principados, potestades, querubins e serafins, conduz finalmente ao vislumbre do esplendor infinito de Deus no apogeu da cúpula.”<sup>9</sup> Se as cúpulas de Corregio, Vasari ou Lomazzo correspondem à lente que permite ver o transcendente, as quadraturas do padre Pozzo são ecrãs que exibem o divino na extensão do mundo terreno mas cujo acesso não é imediato. Ao observador é-lhe pedido que se coloque no ponto preferencial, o lugar da fé (coincidente com o centro da projecção geométrica), a partir do qual a imagem se resolve e exhibe a continuidade cósmica.

Ao estipular um ponto de observação a partir do qual os factos se revelam, apresentando um mundo ordenado sobre acção triunfalista dos seus protagonistas (os santos da igreja ou o rei equiparado a divindade), opera-se a transformação do mundo visível, expondo ao observador o seu lugar na ordem cósmica e maravilhando-o com a glória do sistema em que se insere. De facto dos dois grandes modelos de ilusão quadraturista (o modelo romano/pozziano e o modelo bolonhês/clementino) verificamos que: as instituições da contra-reforma (nomeadamente os jesuítas) advogam o cânone perspéctico da unicidade do ponto de vista a que corresponde uma só pirâmide visual (modelo romano), amarrando assim a ordem geométrico-matemática a um

profundo sentido teológico; por outro lado, a encomenda régia e civil aceita a flexibilização do sistema perspéctico sendo a imagem resolvida na simultaneidade de diferentes pirâmides visuais (modelo bolonhês) cedendo lugar a uma visão feérica que consagra o observador em movimento (ainda que essa deslocação seja condicionada sob um percurso axial, ritualizante e hierárquico). Ao observador imóvel colocado no centro da ordem perspéctica revela-se o transcendente, materializando a mensagem da sermonaria e a imutabilidade do dogma, sendo-lhe permitido o acesso à pararealidade do discurso religioso. Ao observador em movimento, guiado por espaços e percursos da representação terrena, é-lhe exposto um espelho das lógicas, virtudes e ambições mundanas em que este se move.

Para o homem do barroco a quadratura varia entre o milagre óptico e a visão do espelho. Instituindo-se como aparato manipulador dos sentidos, jogo de traição, deveremos ter em conta que a experiência da quadratura exerce forças/atracções em sentidos opostos. Uma dupla variante que, face ao observador integrado no espaço, estende o campo de visão para além do suporte da representação (a «evasão espacial» que expande o espaço habitado), e revela o transcendente que se materializa na imagem (a «invasão espacial» que aproxima o intangível do observador).

Enquanto a ciência entende a perspectiva como veículo para a obtenção de uma imagem objectiva e coerente do universo, o poder explora na perspectiva a irracionalidade através de imagens fantásticas que desafiam a compreensão do real estabelecendo uma metáfora do milagre. As anamorfozes de Bettini, Kircher, ou Maignan, as quadraturas dos irmãos Alberti, Colonna e Mitelli ou Pozzo e as cenografias de Bibiena oferecem ao olhar barroco, profundamente dominado por um conhecimento sensitivo, jogos visuais que trespassam a razão e as explicações lógicas. Deste modo, a perspectiva, que regimenta o controlo e domínio visual do mundo, revela o poder do homem para o transfigurar: seria uma espécie de magia. Uma magia cuja impressão simultânea do tangível (*extra-mentis*) e do imaginário (*intra-mentis*) conduz à unificação das duas faces da realidade desvanecendo as suas fronteiras. Se a geometrização do mundo conduz o homem no acesso à verdade, a extrapolação geométrica expõe a capacida-

de transformadora humana construtora de uma verdade própria, que assimila os seus desejos ao invés do expor o natural. Se os mecanismos da representação espacial foram desenvolvidos e apropriados pela pintura e a transformação espacial ensaiada pela cenografia,<sup>10</sup> no Barroco essas condições extravasam a lógica tela e do espaço efêmero para integrarem o espaço habitado teatralizando o real. As grandes ilusões quadraturistas “(...) transformam a realidade num universo de representações.”<sup>11</sup>

### 3. O discurso técnico

Após 1600 não existe um modelo perspectivo hegemónico. Em Itália as técnicas da perspectiva, baseiam-se em aspectos pouco mais complexos que as conquistas do *quattrocento*. Na prática continuam-se a usar, simultaneamente, métodos construtivos como a *costruzione abbreviata* de Alberti (1435), a *costruzione legittima* de Piero (c. 1474), a *costruzione con punti di distanza* de Vignola (1545),<sup>12</sup> e a *costruzione con i punti di concorso* de Guidobaldo del Monte (1600), conduzindo qualquer um deles a resultados coincidentes.<sup>13</sup> Neste sentido a perspectiva evoluiu, não tanto na definição de um modelo geométrico-projectivo absoluto mas no aprofundamento das contradições ópticas e perceptivas entre real e percebido, de acordo com a problematização do natural colocada pela revisão maneirista e pelo despontar da ilusão barroca. Por exemplo, à estabilidade da perspectiva monofocal propõem-se modelos alternativos como o método de “*indolcendo il punto*”, por Viola Zanini em *Della architettura* (1629), que visa a integração da ilusão no espaço real desmultiplicando os pontos de convergência ajustados a uma sequência de pontos de vista decorrente do percurso do observador no espaço.

À maleabilidade da perspectiva (que integra opções artísticas e perceptivas da imagem), ramificações matemáticas aprofundam os conteúdos geométrico-matemáticos inerentes aos sistemas projectivos legitimando modelos capazes de descrever o mundo, os seus elementos e interações. Contudo, é na mediação entre a prática artística e reflexão científica que a quadratura conquista hipóteses para a transformação da realidade visível sobrepondo-lhe um mundo imaginário. Agentes científicos e artísticos perpetuam uma forte relação interdisciplinar como se demonstra nas

10. Deveremos atender aos mecanismos presentes na obra de Vitruvius que na idade moderna se concretizam nas experiências de Mantegna, Buontalenti, Aleotti, Girolamo Genga, Rafaelo, António Sangallo, Peruzzi (cuja actividade se reflecte nos desenhos do tratado de Serlio), ou ainda o caso de Scamozzi que no teatro Olímpico de Vicenza recorre à perspectiva e efeitos luminotécnicos, para transpor para o palco o espaço da sua cidade ideal.

11. PÉREZ-GÓMEZ 1997, 75.

12. É em *Le due regolle della prospettiva pratica* (1545), que se aborda inicialmente os procedimentos da pintura de quadratura através de problemas de projecção da imagem no plano do tecto, nomeadamente em superfícies curvas, a par de resolução de incongruências entre a representação arquitectónica e configuração do espaço real. Já na introdução do *Regola delli cinque ordini d'architettura* (1562), Vignola anunciara a preparação do tratado em perspectiva, justificado pela procura da «*prós opsín euruthmia*» (proporção de acordo com a impressão visual), que resulta do ideal absoluto das

proporções matemáticas vedado ao arquitecto pelas distorções desencadeadas pelo processo de ver.

13. XAVIER 1995, 107.

observações lunares de Galileu (1609) transpostas para os frescos de Cigoli na Capela Paulina (Santa Maria Maggiore, Roma, 1610), as projecções de Maignan (*Prospetiva horária*, 1648) e Bosse (*Manière universelle de M. Desargues pour traite la perspective*, 1648) aplicadas nas grandes ilusões de Pozzo divulgadas no seu tratado (*Perspectiva Pictorum et Architectorum*, 1693), ou a conversão arquitectónica das teorias de Newton (*Opticks*, 1704) por Vittone (*Istruzioni elementari per indirizzo dei giovani allo studio dell'architettura civile*, 1760).

No momento em que a representação do espaço ultrapassa a condição de observação, registo do real ou pré-visualização para incorporar potencialidades de transformação perceptiva do concreto, a quadratura assume-se como instrumento do campo operativo da arquitectura. Esta integração resulta da coincidência nos códigos compositivos (regras, gramática e ordens da tectónica a par das suas capacidades combinatórias) ou geométricos (gestão perspéctica dos elementos da representação e reconhecimento das leis ópticas), colocando-se no âmbito da intervenção espacial.

A (di)simulação do mundo percebido assume-se como conteúdo incontornável à tratadística arquitectónica e científica moderna evidenciando o deslumbramento de arquitectos, teóricos e filósofos pelo binómio realidade/aparência. Nesta linha a codificação dos procedimentos na construção da imagem (seja relativamente à sua estrutura perspéctica ou gramática arquitectónica) pressupõe na sua aplicação, além da acção de interpretar, prever e representar, a consideração sobre as anomalias formais subordinadas a aspectos da impressão visual da obra, ultrapassando a quadratura circunstancialismos tectónicos e fundando um espaço aparente. Contudo, deveremos ter presente que tais considerações além de recaírem sobre a imagem da quadratura, se encontram presente na própria gestão da forma construída. Em *De Architectura* (c. 15 a.C.) de Vitruvius o problema corresponde às *ratione óptica* para controlo da proporção da imagem dos edifícios, sendo retomado por autores modernos como *Dürer, underweysung der Messung* (1525), na definição proporcional de inscrições e colunas, Serlio, *libro primo, della geometria* (1545), no que se refere às obras de alvenaria, por Lomazzo, *Trattato dell'arte della pittura, scoltura et architettura* (1584), em relação

ao efeito da proporção geométrica sobre os sentidos, e por Troili, em *Paradossi per praticare la prospettiva Senza Saperla* (1672), na aplicação de elementos decorativos e escultóricos na fachada.

A eficácia da quadratura na transformação do mundo visível tem em conta necessárias coincidências entre o concreto (a experiência visual, táctil e sinestésica) e o sensorial proposto pela representação (a experiência induzida pela imagem). Esta coincidência da arquitectura e quadratura na percepção do espaço corresponde à passagem da consideração de uma vivência háptica (em que o corpo reagiria simultaneamente ao tacto, ruído, luz, odor e reflexão sonora) para uma experiência apoiada na visão e no intelecto (a interpretação dos factos vistos), afirmadora de uma nova mentalidade espacial.

Se o espaço se passa a regular em função da simultaneidade entre medida do concreto e medida do percebido, oferecida pela simulação perspéctica, a quadratura estabelece uma homologia entre espaço real e o representado. Neste processo em que a percepção sensível e o ciclo da interpretação ou reconstrução mental dos factos espaciais determinam uma experiência contínua o construído tende a contaminar-se pela imagem (os materiais da construção exibem uma aparência falsa resolvendo-se muitas vezes segundo aparatos oriundos da prática da cenografia) e a quadratura mimetisa a tectónica (simulando materiais, cores e a atmosfera luminosa do espaço) visando o reconhecimento de uma entidade globalizante. Construção e quadratura parecem copiar-se mutuamente sintetizando-se numa verdade sensitiva em que não se distinguem os limites espaço construído e do representado.

A representação quadraturista dá origem a uma metamorfose da aparência em que a imagem se contrafaz como facto estrutural da tectónica. Enquanto a cultura renascentista opera no controlo da óptica teorizando em função da validade da imagem, a cultura barroca coloca o problema da percepção e da transformação óptica no centro dos seus interesses. Imagem e imaginação induzem no observador, exposto à complexidade do *bel* composto Barroco,<sup>14</sup> o entendimento do real e imaginário como facto contínuo desafiador da percepção integrando um infinito simbólico. Por exemplo, Bernini afirma que um dos aspectos mais importantes

14. Síntese proporcionada entre as diferentes artes. O termo remete para a experiência arquitectónica total onde a não exclusão de nenhum elemento tende a uma síntese grandiosa, e a partir da qual se identifica o barroco como um processo geral de fenomenização em que se exploram qualidades sensíveis da textura, cor e luz na concepção e caracterização da espacialidade.

15. (...) a dit qu'il était bien nécessaire à un architecte d'être géomètre et de savoir la perspective. Le cavalier a ajouté qu'un des points les plus importants était d'avoir un bon œil pour bien juger des i contrapposti; que les choses nous paraissent non seulement ce qu'elles sont, mais eu égard à ce qui est dans leur voisinage, qui change leur apparence. Il a donné un exemple de ceci: qu'il avait fait autrefois une statue, laquelle finie, la tête en paraissait petite, quoiqu'elle eût s ajuste grandeur, d'une neuvième partie, comme elle doit être au corps d'un Christ, non pas d'un Bacchus ou d'un Mercure, où il dit que l'on fait de différentes proportions. Cette tête parai petite (...) cela l'obligea de la remesurer diverses fois (...) il découvrit que c'était un morceau de draperie pose sur l'épaule de la figure qui produisait cet effet, et, l'ayant beaucoup diminué, cela change tout à fait l'apparence de cette tête (...)." CHANTELOU 1885, 114.

16. PÉREZ-GÓMEZ 1997, 65.

para o artista barroco é possuir bom olho no julgamento de elementos contrapostos (no caso o real e imaginário) não só porque as coisas não aparecem à vista como são, como também, a sua relação com tudo o que lhe é próximo interfere na sua apreensão.<sup>15</sup> Esta consciência sobre a metamorfose da aparência revela um *modus faciendi*, tão caro aos artistas seiscentistas, em que a imagem retínica dos elementos é determinante na configuração do espaço. Ora neste aspecto o *bel* composto resultaria de um processo que, na transformação da matéria artística e diluição das suas fronteiras, impõe a obra como facto inclusivo tanto no que se refere à concepção totalizante do espaço, como no que se refere à experiência espacial pelo sujeito.

#### 4. O Discurso Cosmológico

Na *Defnizione Terza de Le due Regolle* (1583, 2), Danti comenta a diferenciação entre linha física e sensitiva (amplamente repetida pela tratadística óptica e perspéctica moderna), sendo uma relativa aos factos tangíveis e a outra à imagem percebida e descrita pela geometria. Essa separação, anulada pelo pensamento espacial barroco, conduz a quadratura numa consciente transformação perceptiva do real, principalmente ao deter instrumentos de manipulação visual capazes de projectar um mundo *intra-mentis* sobre os factos *extra-mentis*. Mesmo assim os factos apresentados pelas arquitecturas em perspectiva são assim mais visuais que corpóreos, mais imaginados que concretos, e, ainda que se integrem nos domínios da arquitectura, permanecem confinados ao campo da ilusão, qualitativamente distinto da realidade construída.

Operando a quadratura no domínio visual do espaço físico, esta detém a capacidade de alterar a percepção do concreto, transformando, comprimindo, dilatando ou invertendo a imagem do espaço a par da compreensão das suas medidas e proporções. A geometria da visão impõe-se entre a construção marcando "(...) o momento de uma epifania, a revelação de significado através da ordem geométrica conferida ao mundo,"<sup>16</sup> convertendo a imagem em locus de ritualidade. A ilusão proporcionada pela quadratura corresponde a uma nova verdade em que o universo concreto é ofuscado sob a sua representação.

Alicerçando-se sobre a experiência visual do real, a ilusão constrói-se a partir do inteligível reordenando-o e recompondo factos. Verifica-se assim a multiplicidade inerente à relação corpo/imagem/apreensão em que, como refere Ponty (1960), a realidade fenomenológica não é independente da percepção, neste caso da visão.<sup>17</sup> Daí que Jay (1988) estabeleça a imagem barroca como produto e produtor de um *regime ocular* em que a organização visual condiciona fenomenologicamente a experiência. Este mesmo conceito de regime ocular é associado ao deslumbramento visual que, segundo Ndalianis (2005), corresponde no Barroco a uma ordem que partindo do sistema perspéctico renascentista inverte e complexifica o espaço visual e narrativo anteriormente racional e auto-centrado. O produto perspéctico do Barroco aponta o fascínio pelo espectáculo e ilusionismo onde o espaço se transforma perceptivamente num confronto entre real e ilusório. São, como tal, diluídos os limites que conduzem ao colapso da “moldura” albertiana, ou seja do umbral entre espaço habitado e imagem.

Neste âmbito a representação do espaço pressupõe uma postura crítica e conceptual que expressa a transformação da relação entre homem e espaço habitado. A visão quadraturista abre o espaço barroco ao infinito, concomitante à abertura e dinâmica dos sistemas de conhecimento e representação do cosmos, à expansão da realidade física (um mundo mais amplo e complexo) e conhecimento científico (substituindo-se a ideia de perfeição pelo questionamento do natural). A concepção de novos modelos artísticos e arquitectónicos, visando a ruptura dos limites da obra, conduz a modelação dos espaços e formas à superação de constrangimentos físicos e tectónicos. A representação quadraturista consolida o reconhecimento do mundo exterior e o alargamento dos domínios do eu a partir da relação fenomenológica de corpo, imagem e espaço. Este triunfo do produto humano sobre a natureza, consequente às transformações operadas quadratura, permite ao Homem libertar-se dos constrangimentos do mundo natural para projectar sobre ele a ideia que este do mundo e de si próprio. Potencia-se assim a quadratura como processo metamórfico onde, através dos mecanismos de engano dos sentidos, entre o olhar e o mundo se interpõem representações elevadas a factos propositivos e transformadores da aparência do real. Daí

17. Ponty refere que a visualização da imagem poder-se-á substituir à experiência do corpo. “A pintura (...) confere existência visível ao que a visão profana crê visível, faz com que não necessitemos de um «sentido muscular» para ter a volumetria do mundo. Esta visão devoradora, para além dos «dados visuais», abre sobre uma textura do Ser, cujas mensagens sensoriais discretas não são mais que pontuações ou cesuras, e que o olho habita como o homem a sua casa.” PONTY 2009 (1960), 26-27.

a quadratura poder-se-á entender como espelho, já que partilha com estes a inapreensível magia da transformação, reflectindo/projectando valores preconizados pelos seus agentes e contexto.

O espaço sensitivo da quadratura é assim, além da expressão de partidos arquitectónicos e de ensaios espaciais, veículo imagético para a superação da natureza humana encarnando ansiedades e ambições. Ora, neste âmbito, se a retórica se inclui entre as propriedades essenciais da pintura e ciência arquitectónica, transpondo-se para as artes figurativas valores inerentes à oratória e poesia, a construção barroca evidencia os seus mecanismos retóricos no fascínio contínuo exercido sobre os sentidos, condensando emoção e razão, onde a ilusão quadraturista permite imergir o espectador colocando-o na presença do que se encontra ausente. Neste âmbito a síntese proporcionada pela arquitectura e quadratura (construção e representação), cuja dimensão retórica se articula pela linguagem da geometria e se expressa na dimensão comunicativa, simbólica e relacional do espaço, reflecte a união entre o concreto e o emocional, evidenciando conteúdos, ancorando significado, amplificando a comunicação e confrontando o espectador com a sua reconstrução do cosmos.

## Conclusão

Organizando-se uma metalinguagem superadora da natureza humana, o discurso imagético e proselitista do poder moderno, seja ele político ou religioso, não nos parece muito distante da relação contemporânea com a imagem quer falemos do discurso político, económico ou cultural. A virtualidade gerada pela representação conduz à imersão do espectador exponenciando a fixação de um mundo artificial, sendo nessa representação que o sujeito se (re) constrói, projecta ao outro e, em última instância, se revê superando a sua condição. Deste modo a representação não resulta numa experiência passiva, mas como processo activo e inclusivo redefinindo o posicionamento e entendimento do sujeito sobre si, os outros e o cosmos. Este ocularcentrismo Barroco, e também contemporâneo, é consciente das limitações da visão pelo que se estimulam, através da imagem, ressonâncias sobre os restantes sentidos ampliando capacidades de imersão.

## Bibliografia

**Cabezas**, Lino. “Las máquinas de dibujar. Entre el mito de la visión objetiva y la ciencia de la representación” In MOLINA, Juan José Gómez. *Máquinas y Herramientas de Dibujo*. Madrid; Cátedra, 2002. p. 83-347

**Chantelou**, Paul Fréart de. *Journal du voyage du cavalier Bernin en France*. Paris: Gazette des Beaux-arts, 1885

**Evans**, Robin. *The Projective Cast: Architecture and Its Three Geometries*. Cambridge: The MIT Press, 1995

**Jay**, Martin. “Scopic Regimes of Modernity” In FOSTER, Hal. *Vision and Visuality*. Seattle: Bay Press, 1988. p. 3-23

**Merleau-Ponty**, Maurice. *O olho e o espírito*. Lisboa: Vega, 2009. (1ª ed. *L’oeil et l’Esprit*. Paris: Gallimard, 1960.)

**Ndalianis**, Angela. *Architectures of Vision: Neo-Baroque Optical Regimes and Contemporary Entertainment Media*. Cambridge Massachusetts: MIT Press, 2005

**Niceron**, Jean François. *La Perspective Curieuse ou Magie Artificielle (...)*, Paris: Jean du Puis, 1638

**Pérez-Gómez**, Alberto; PELLETIER, Louise. *Architectural representation and the perspective hinge*. Cambridge: MIT Press, 1997

**Pozzo**, Andrea. *Perspectiva pictorum, et architectorum. Prospettiva de pittori, e architetti*. Roma; Giacomo Komarek Boemo, 1693 (Edição Fac-simile: Trento; Temi, 2009)

**Schollhammer**, Karl Erik. “Regimes representivos da modernidade”. In ALCEU - Revista de Comunicação, Cultura e Política. Rio de Janeiro: PUC, Vol 2. Nº 2. Janeiro 2001. p. 28-41

**Veltman**, Kim. *Perspective and the Scope of Optics*. Toronto; [s.n], 1992

**Vignola**, Jacopo barozzio; DANTI, Ignazio. *Le Due Regole della Prospettiva Pratica*. Roma: Francesco Zanetti, 1583

**Xavier**, João Pedro. *Perspectiva, Perspectiva Acelerada e Contraperspectiva. Dos enganos e “dezenganos” da vista, Trabalho de Síntese realizado no âmbito da prestação de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica*. Porto; FAUP Publicações, 1995

**Zanini**, Viola. *Della architettura*. Padua; Giacomo Cadorino, 1629.

## A crise como forma de ordem

Guilherme Marques Pedro

### Introdução

O presente artigo pretende questionar os fundamentos filosóficos da democracia liberal através da problematização da ordem democrática contemporânea como uma ordem estruturalmente individualista e niilista, que, enquanto tal, convoca para dentro de si um cenário de crise do qual se procura desesperadamente afastar - mas que a persegue porque é parte inata do seu imaginário contratualista, emanado do mito do estado de natureza. No seguimento da comunicação de João Cabeleira, importa salientar o compromisso da ordem democrática liberal com a auto-validação do indivíduo enquanto portador de uma perspectiva que não é apenas legítima mas é ela própria definidora da ordem política e do destino da comunidade. Ora, o texto sugere a ideia de que a ordem liberal é necessariamente uma desordem porque faz depender a sua representatividade - isto é, a forma como a ordem se deixa representar - da perspectiva de cada um - ela depende mesmo da participação de cada “cidadão”.

Ora, este facto reflecte-se na duplicação da crise atual numa crise ideológica e normativa, incapaz de representar as suas partes precisamente na medida em que as partes apenas legitimam a ordem quando esta representa as partes - sem qualquer apelo a um todo transcendente, ou pelo menos com apelo a uma totalidade mínima, *que é todo apenas na medida em que é parte*. Esta ordem tende assim para um horizonte vazio de soluções políticas futuras sustentáveis, ou em que todas as respostas para os problemas e dilemas especificamente modernos - da crise dos direitos ao desemprego passando pelo aquecimento global ou pela violência urbana - tendem a reflectir ainda os paradigmas teóricos que são a causa desses mesmos problemas. A agenda de emancipação e de autonomia individual própria da modernidade culmina assim na frustração de expectativas a que procura dar resposta através da sua multiplicação e dispersão, descentrando a ordem uma pirâmide que convoca a comunidade para um centro transcendental - aludindo aqui à conferência inaugural do arquiteto Manuel

Aires Mateus - e fazendo de cada indivíduo uma pirâmide alienada e pretensamente imune a qualquer redefinição subjetiva em função da comunidade política.

## Parte I

Os discursos dominantes sobre a atual crise financeira e econômica e sobre o impasse institucional e político que a Europa vive nos dias que correm, apontam no sentido do colapso das ideologias dominantes do pós-Guerra Fria. À direita o colapso do Estado Social é visto como inevitável, um consenso que já engloba também uma parte significativa da esquerda liberal; à esquerda, o prenúncio de morte visa o modelo neoliberal e aponta armas contra a especulação financeira que este promove, e que aliena a política da economia real e do indivíduo concreto.

Mas o que é mais difícil de reconhecer - mas nem por isso menos óbvio - é que ambos os cenários considerados individualmente, ou combinados, apontam para o colapso das duas famílias ideológicas que compõem o actual espectro partidário e governativo um pouco por todo o mundo ocidental. Claro que a direita e a esquerda democráticas se suicidam ao anunciar a morte da outra, consoante a conveniência eleitoral do momento. E claro que, por entre os interstícios de um mundo mediático que ora monopoliza, ora é monopolizado, pelas elites políticas, emerge cada vez mais um especialismo científico e analítico que só prolonga o regime dominante, ou não fosse o liberalismo a ordem tecnocrática por excelência que promove uma união sagrada entre a ciência e a *televisibilidade*.

É inevitável reconhecer que o socialismo democrático, a social-democracia e a democracia cristã, ideologias que foram incorporando o liberalismo à medida que o projeto europeu se definia cada vez mais como projeto econômico de enriquecimento individual e cada vez menos como projeto “político” - a minha geração já não sabe o que a palavra quer dizer - saíram de alguma forma vencedoras da derrota histórica do comunismo e assim revigoradas para operarem a sua demarcação derradeira face ao marxismo. Mas ainda assim, começa a ser evidente, aqui e ali, que estes grupos ideológicos - que para muitos ingênuos se te-

rão supostamente “desvirtuado” - já não conseguem dar voz às reivindicações de uma sociedade civil que ajudaram a criar, ou que até fundaram, cada vez mais emancipada, talvez menos nos direitos que conquistou e mais no horizonte de expectativa que sem medo introduz às gerações mais novas, cada vez mais cínicas face ao Estado e, enfim, face a qualquer forma de autoridade.

Ora, a implosão do Estado Liberal Social não foi ainda colmatada por qualquer modelo alternativo de comunidade política viável capaz de responder ao desalento, descrédito ou impasse institucional e político em que vivemos. Claro que, uma das razões pelas quais essa alternativa demora em aparecer tem que ver com o facto de todas as reivindicações e assaltos ao actual sistema (capitalista, demagogo, austero, burocrático, economicista, etc., etc.) serem tão dispersos e fumegantes quanto são ainda, para descrédito e desespero próprios, formulados na própria linguagem do sistema que visam destronar ou remodelar. Afinal, aqui reside a maior virtude da democracia liberal e também a sua maior fraqueza: a sua capacidade em filtrar e incorporar mecanismos de mudança, de tal forma que alterações sociais verdadeiramente radicais não passam *necessariamente* pela mudança de regime, nem pela transformação do Estado, nem pela instabilidade política, nem pela violência - mas por aqueles procedimentos em que a ordem cede apenas na medida em que garante mais tempo de vida para si própria.

Por outro lado, para os arautos do liberalismo “económico” - com a ressalva de que todo o liberalismo económico é necessariamente político também - o liberalismo não está em crise porque, dizem muitos, nunca chegou a ser um paradigma dominante, nunca constituiu uma verdadeira ordem, e em muitos países nunca teve sequer um partido a representá-lo - como se o liberalismo não tivesse entrado na história por portas travessas, como se o que caracterizasse este regime não fosse precisamente a sua afirmação anónima através de fórmulas, práticas, instituições e comportamentos *aparentemente* apolíticos. Ter um partido liberal seria, neste contexto, um contra-senso pois não é admissível hoje que qualquer partido político com representação parlamentar não seja, pelo menos em parte, liberal. Mas será precisamente porque todas as ideologias são hoje, em parte, liberais que todas

elas estão em crise ou não escapam, pelo menos, ao seu impacto, devastador do sobretudo ponto de vista das ideias e depois, claro, das práticas.

Daí que não passe pela cabeça de ninguém que as actuais ondas de manifestação e de protesto contra seja o que for, possam conjurar, no fundo - e com a excepção de algumas minorias de radicais infiltrados e não-representativos - uma crítica à democracia liberal per se, nem tão pouco uma demarcação dos fundamentos contratualistas e protestantes deste tipo de ordem. A imagem que fica é sempre o de uma luta mais ou menos inglória por mais democracia, por mais direitos individuais e por uma maior responsabilização individual das elites - como se a democracia liberal não dependesse ainda, e até à raiz, de fundamentos essencialmente antidemocráticos. Como se o liberalismo, levado ao extremo, não levasse ao fim do Estado e assim ao fim da própria democracia.

Ora, é por demais evidente a frustração de algumas elites políticas face a um sistema que criou expectativas que não pode já controlar - e às quais dificilmente alguma vez poderá dar resposta sem que o regime que beneficiou estas elites se desmorone por completo. Como é também evidente a frustração de toda uma população que acreditou de facto que a vida podia ser melhor porque acreditou também que a melhoria das condições de vida material resume afinal tudo aquilo que deve ser o sentido último de uma comunidade - e em particular da União Europeia, cuja “paz” e “segurança”, segundo os seus líderes, se define hoje exclusivamente em termos de “prosperidade”. Mas uma paz assim *comodificada* resiste apenas por oposição a um regime pior - e só enquanto este existir.

Desenganem-se portanto aqueles que pensam que o que está em crise é a economia, ou a política (que hoje já é só economia em virtude de um sistema que aposta nessa despolitização), ou o sistema institucional europeu. É o próprio subsistema de expectativas que o liberalismo criou que está a desmoronar-se, ao tornar possível a ilusão de uma paz próspera capaz de a todos beneficiar por igual *ad eternum*. Com a agravante de que o liberalismo triunfou das suas alternativas ideológicas, incapacitando-

nos de imaginar uma comunidade que não possa orientar-se para um destino comum que não seja o da melhoria das condições de vida individual - uma melhoria que só acaba quando descobriremos como viver para sempre.

O horizonte de emancipação individual através do qual a democracia liberal destronou as mundivisões alternativas está profundamente enraizado nas novas gerações, que pensam poder reclamar para si a mesma realização individual e coletiva de outros tempos, como se o individualismo dominante da ordem liberal não fosse a pior afronta à solidariedade intergeracional que qualquer ideário político deve preservar. Vivemos um tempo em que todos os problemas, todas as soluções, todas as reivindicações, são formulados numa linguagem que, mesmo enquanto morta, continua a inspirar na juventude os sonhos de ontem: a “iniciativa” e o “empreendedorismo”, a “capacidade de decisão individual”, o “pensamento estratégico” remetem o político para o individual e disfarçam um descarado “salve-se quem puder!” próprio da sociedade mais individualista que Portugal já testemunhou. Ser competitivo, experiente, viajado, falar várias línguas e em todas elas dizer exatamente a mesma coisa, lutar por mim como se todas as lutas não fossem sempre por qualquer coisa que está sempre acima de nós e para lá do humano. Mas nesta ansiedade, nesta corrida contra o tempo, o próprio tempo sofre uma aceleração incontrolável: o fim da licenciatura representa hoje a entrada na nova reforma que dá pelo nome de subsídio de desemprego. No fundo, nunca o homem novo foi tão velho.

O que está em crise é portanto a nossa própria imaginação para criar um modelo radicalmente novo porque na medida em que crise do liberalismo se arregimentou, ela integrou também o próprio sistema liberal. Ou seja, a crise alastrou-se também às alternativas porque o liberalismo é um sistema de alternativas, uma ordem gestionária em que forças antagónicas e até incomensuráveis supostamente convivem e se debatem em termos de uma liberdade participativa definida em termos contratualistas. Claro que, neste cenário, qualquer ideário de ruptura falha clamorosamente em se afirmar como ordem estável e diferente da ordem contemporânea defunta porque toda a ruptura possível é também radicalmente liberal, materialista e imanente nos seus pressupostos últimos.

Por outro lado, a capacidade de regime democrático liberal em serpentear por entre os pingos da chuva de alternativas e mesmo a sua capacidade de acolhimento da diferença - ao ir acomodando várias formas de acção e várias políticas anti-liberais - é precisamente o que o preserva. Portanto, por ser também uma crise de alternativas, a presente crise não é somente um travão ao liberalismo e à sua globalização; ela é também uma forma de promover, de prolongar e de expandir o próprio sistema político liberal. Ao se definir como um sistema de prosperidade imune à crise económica o liberalismo acaba por se transformar no seu anti-ego. A ordem liberal é a crise; a crise é, portanto, a forma de ordem que resta. É a crise do liberalismo como ordem total e assim do totalitarismo da liberdade e da segurança individuais.

## Parte II

Podemos afirmar hoje que ao registo da crítica e de protesto de rua contra o actual sistema económico ou contra as elites nacionais e europeias subjaz uma forte defesa dos direitos fundamentais e sociais que constituem precisamente a base do contrato social pretensamente justo e democrático de que a União Europeia se arvora representante último e do qual constitui um modelo para o resto do mundo. Nunca ocorre a qualquer manifestante ou espírito crítico que é a reivindicação de certos direitos, e que é o projecto moderno da emancipação social como um todo, que o subjuga ao sistema, um sistema liberal que aposta na difusão de um estilo de vida em total desarmonia com a possibilidade de uma ordem sustentável a longo prazo.

É ainda este modelo liberal, já morto onde nasceu - para muitos aliás um nado morto do Iluminismo - que ainda se mantém vivo nas suas consequências e nas suas formas históricas além-Europa. É à flexibilidade ideológica deste “morto-vivo” a que chamamos liberalismo - o seu jogo de cintura permite-lhe acomodar várias ideologias, tensões e reivindicações, capazes de conviver perfeitamente em contexto parlamentar - que a democracia deve a sua sobrevivência. Enquanto “ideologia neutra”, o liberalismo triunfou historicamente por se constituir como um sistema negativo de ideias, um imaginário político que triunfa precisamente porque não se compromete com nenhum ideal de comunidade

política - apenas promete administrar aqueles níveis de sociabilização mínimos e necessários à manutenção da única entidade verdadeiramente legítima na cultura auto-imunitária que lhe subjaz: o Indivíduo. Claro que não há nada de neutro neste individualismo - que é um instrumento ideológico marcadamente cultural e historicamente circunscrito; ele é apenas “neutro” no sentido da *neutralização* que opera sobre agentes que há muito perderam a memória da responsabilidade histórica da mudança ou pelo menos do envolvimento activo na política.

Historicamente, a ordem política liberal em que hoje vivemos afirmou-se precisamente na medida em que não afirma coisa nenhuma: é uma ideologia negativa, o “governo possível” dada a impossibilidade de um governo perfeito - uma prudência Churchilliana que convence sempre quem já se comprometeu com o medo da alternativa. Reafirma hoje a sua chama num novo modelo comportamental europeu, o da “austeridade”. Orgulhamo-nos quando somos austeros, quando poupamos dinheiro e nos poupamos a nós mesmos de participar, quando nos privamos da nossa “sulidade” porque nos sentimos mais alemães por dentro. Prova que a crise é capaz de fundar a sua própria ordem com uma normatividade que lhe é própria, com os seus próprios valores éticos (“austeridade”, “imunidade”, “segurança”) que caracterizam a história do liberalismo como um processo histórico de individualização crescente das formas de vida humana, com as consequências que sabemos para as formas de vida social tradicionais (a comunidade local, a família, a escola, etc.).

Enquanto paradigma fundador da ordem estadual e capitalista moderna, o contrato social que ainda hoje nos rege nasce ele próprio da crise, do conflito de valores incomensuráveis e da guerra em que protestantes e católicos mergulharam a Europa - ou assim reza o mito que o próprio liberalismo criou para se instaurar. Ao recorrer ao “estado de natureza” como mito fundador - o melhor mito possível é sempre um anti-mito - a Europa terá porventura passado a actuar numa base ideológica latente de negação, de rejeição de uma ordem política positiva e de uma afirmação de um projecto político naquilo que ele afirma *positivamente* enquanto modelo comunitário e enquanto devir histórico. Este salto protestante não foi apenas um assalto contra a Igreja - quiçá justo.

Foi sobretudo uma afirmação do que uma comunidade política *não deve ser*. A construção do Estado Moderno com base num contrato entre cidadãos iguais e livres - e assim mais tarde o nascimento da democracia liberal e representativa - representou precisamente este momento absolutamente excepcional em que a ordem é reconhecida como válida apenas na medida em que protege o indivíduo dela própria, dos seus excessos e abusos ordenadores, e afirma a supremacia do indivíduo face ao colectivo.

O fim deste movimento religioso que deifica o indivíduo já se deixa entrever no impasse ideológico contemporâneo - ainda que os protestos de rua contra esta ordem que se auto-destrói sejam ainda formulados nos termos da própria ordem, isto é, enquanto direitos individuais que devem ser restaurados. A pergunta “que destino para a comunidade política nacional ou europeia?” há muito deixou de fazer sentido para nós porque a relevância para as nossas vidas individuais não é óbvia e, não o sendo, deixa de nos interessar. Este para onde vamos só nos interessa se for capaz de nos dizer alguma coisa sobre o nosso destino individual. O valor da comunidade, a qualquer escala, é remetido para o interesse individual donde decorre necessariamente a *economização da política*, a sua “comodificação” e despromoção para mais uma esfera da vida social entre tantas outras.

Desta crise económica decorre necessariamente uma crise política e identitária porque o projecto político europeu, e o seu ideal fundador de paz, foi definido estritamente em sentido económico: só há paz se houver prosperidade. Ou seja, só há comunidade política se houver bem-estar individual. Toda a fé numa metafísica propriamente humana, e na fraternidade que supostamente nos ajudaria a enfrentar a crise e a relativizá-la - face ao poder simbólico de uma comunidade que transcende os tempos porque está para além do indivíduo - é agora vista como uma relíquia de tempos idos. Esta Europa é agora tão curta, tão vulnerável e tão limitada no tempo como o próprio indivíduo. Este Portugal é impotente perante a nova fé no indivíduo e na sua capacidade competitiva, empreendedora, produtiva, etc., etc. Mas “produzir para que fim?” - perguntam os preguiçosos do Sul. Porque é bom em si, respondem os *hard-working* do Norte. Ou então, no que pode parecer a alguns como uma cedência do norte perante o

mediterrâneo: para que possamos “viver melhor”. Mas viver melhor para quê? Para ter melhores condições para produzir e para educar as novas gerações neste registo - enfim, para eternizar a máquina. Um ciclo vicioso e muito perigoso, sem dúvida um ciclo animalesco, que em breve merecerá o repúdio das classes médias chinesas ou indianas, talvez ainda a tempo de regressarem a ideais comunitários muito mais irrecuperáveis para as mentes científicas do Ocidente.

Ao anátema fascista da validade de qualquer meio para atingir um fim legítimo - ele próprio criado por liberais - o liberalismo sobrepôs com algum sucesso a ideia de que todos os meios possam ser tomados como fins. Mas um homem sem fim transcendental não é um homem. É outra coisa qualquer. E não é com certeza à produtividade que a Europa deve a sua civilização; pelo contrário, é à cultura e ao cultivo da transcendência do espírito que a Europa deve a sua Criatividade e assim a sua liberdade. Acontece que esta liberdade que cria, como se de Deus se tratasse, foi substituída por outras liberdades, por direitos que não libertam, por liberdades que aprisionam, por seguranças que nos tornam mais inseguros, ansiosos e perigosos. Começa já a ser óbvio para muitos europeus que não se pode querer aquilo que dizemos que queremos. E que talvez precisemos que nos seja dito - porque já não sabemos falar por nós! - não por qualquer ditador de fora e sem dúvida rejeitando de igual forma a voz o tirano que está dentro de cada um de nós.

## Conclusão

Ainda muitos caminhos se podem trilhar a partir daqui, e muitos retornos serão sempre possíveis. Mas vale a pena questionarmos se é este o regime que queremos ou até se uma ordem tem necessariamente que estar sujeita a um querer formulado em termos que destroem logo à partida qualquer ideia de comunidade política. E assim se não são apenas as ideologias, as economias e as instituições do século XX que estão em crise e se é, isso sim, o liberalismo como ideologia meta-ideológica (o liberalismo com L grande), a mais política de todas por se apresentar como despolitizada, que está a ser ultrapassado por ele próprio. Por todo o lado ouvimos dizer que os políticos são corruptos. Mas não é a

política que é corrupta. Corrupta é a esfera pública de neutralidade e indiferença que tornou possível a nossa demissão. Corrupto é querer fazer valer uma ordem que se valida apenas na sua capacidade de alimentar o ego de cada um mesmo quando este reformula o seu comportamento em termos de uma austeridade tão salvífica quanto ela é, na sua origem, um exercício de nojo ascético perante qualquer exercício político; corrupta é a nossa impotência de adesão a qualquer projecto que não evidencie à partida um ganho individual, que não assegure uma vantagem, que não garanta uma segurança tangível. “Cada um que trata da sua vida!” ouvimos tantas vezes dizer.

Na medida em que o liberalismo emerge a partir do mito de um estado de natureza em que supostamente os sujeitos competem entre si como animais numa selva, temos de nos perguntar se o liberalismo não oferece afinal uma falsa promessa, se vale a pena a mentira, e se a ordem liberal não acaba, em estilo freudiano, por trazer para dentro de si - para o centro de si - o que se propunha rejeitar no início: a violência, a guerra, o conflito e a crise. E aí talvez possamos concluir com ironia: o liberalismo e a democracia tornaram-se momentos passageiros de um processo histórico e de uma ordem política duradoura a que podemos agora chamar, com a legitimidade que o tempo nos oferece, “Crise”. A democracia liberal afirma-se como regime anti-crise e nessa medida, o retorno é inevitável. A crise não constitui pois uma transição para uma nova ordem. A crise é a nova ordem e o seu fim será o fim da própria democracia liberal.

## Bibliografia

**Levinas**, Emmanuel, *Alterité et Transcendence*, „Paix et Proximité (1984), Fata Morgana, Paris, 1995

**Marques Pedro**, Guilherme, “Pax Germanica: a nova Paz Liberal e a velha *Angst* Europeia, in *Relações Internacionais*, IPRI-UNL, Lisbon: Tinta da China, Dec 2011

**Schmitt**, Carl, „The Age of Depoliticizations and Neutralizations, *The Concept of the Political*, The University of Chicago Press, Chicago, 2007

**Strauss**, Leo, „Athens and Jerusalem, in Cooper & Emberley, *Faith and Political Philosophy: The Correspondence between Leo Strauss and Eric Voegelin* (1934-

1964), London: University of Missouri Press, 1993

**Weber**, Max, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, Dover Publications, New York, 20





## II. Representação e Democracia

Pedro T. Magalhães e Antoni Aguiló

*O princípio da representação como base do sistema político surge indissoluvelmente ligado à democracia moderna, de tal modo que o senso comum toma como expressões equivalentes os conceitos de representação política e democracia. Ora, apesar dessa associação naturalizada, o conceito de representação é, em si mesmo, um dos mais debatidos pela teoria política contemporânea. Para abordar a relação que se estabelece entre representação e democracia, importa levantar um conjunto de interrogações urgentes: De onde provém a identificação entre representação e democracia? Trata-se de conceitos de algum modo conaturais, ou a articulação é bem mais problemática do que à partida se poderia pensar? Quais as dimensões da representação? Quais as tensões que a atravessam? Existe uma crise da representação? Quais as potencialidades e os limites da democracia representativa no dealbar do século XXI?*

*A partir destas questões como foco de reflexão, Antoni Jesús Aguiló sublinha a urgência de enfrentar a actual crise da democracia representativa, utilizando como chave de análise os instrumentos teóricos proporcionados pelo pensamento abissal. A representação política revela importantes deficiências estruturais que não permitem equiparar, sem mais, representação e democracia. Os sintomas de esgotamento tornaram-se especialmente visíveis com os efeitos da crise global na Europa, onde as chamadas democracias representativas de baixa intensidade são incapazes de resolver os problemas da maior parte dos cidadãos. O que vem abrir horizontes para pensar formas de democracia de alta intensidade.*

*Por seu turno, Pedro Magalhães chama a atenção para a dupla dimensão - tensional e constitutiva - do conceito de representação política. A primeira obriga-nos a encarar a sempre problemática relação entre aquilo que é representado (o povo, a nação, a comunidade) e o corpo de representantes. Uma relação que todo o partidário da democracia tenderá a olhar com desconfiança, temendo*

*a usurpação da vontade e dos direitos do povo por aqueles que, a cada momento, falam e decidem em seu nome. A segunda faz da representação um conceito incontornável para a política enquanto tal, na medida em que remete para o problema da criação, a partir de um conjunto disperso de indivíduos e grupos, de uma identidade e vontade comuns. Numa democracia, trata-se da questão fulcral da construção do povo.*

## Sobre a natureza tensional e constitutiva da representação política - e suas implicações para o pensamento democrático

Pedro T. Magalhães

### Introdução

A representação não fez parte do acervo de conceitos mais intensamente discutidos pelas correntes dominantes da teoria política na segunda metade do século XX. Essa ausência pode parecer estranha, pelo menos ao primeiro olhar, tendo em conta que, nesse mesmo período, se assistiu a uma extraordinária expansão de regimes comum e consensualmente designados de «democracias representativas». Contudo, nessa expressão, o qualificativo «representativa» tende a ser olhado como meramente acessório e instrumental, fazendo-se incidir o foco da atenção teórica quase exclusivamente no conceito de «democracia», que indubitavelmente corresponde ao *ethos* vigente.

Para esta subsunção e eventual dissolução da questão da representação pelo conceito de democracia, contribuíram ainda outras razões. Por um lado, os proponentes de uma teoria democrática de base empírica (Schumpeter, Downs, Dahl e tantos outros) desconfiam instintivamente de um conceito que os possa enredar em subtilezas metafísicas dificilmente conciliáveis com uma abordagem analítico-descritiva dos problemas políticos. Por outro lado, entre as variantes mais *filosóficas* da teoria, que procuram pensar o político em termos de justiça, de liberdade ou de cultura, o conceito de representação é descartado pelo seu excesso de determinação histórica: tomando como ponto de partida ora o indivíduo ora a comunidade, muitos pensadores têm olhado para o problema da representação como uma questão que remete para a contingência da prática política, porventura interessante na perspectiva do historiador ou do politólogo, mas pouco relevante se a intenção for procurar discernir a natureza da política. Nesse sentido, não espanta que nem liberais (Rawls), nem republicanos (Habermas, Pettit), nem comunitaristas (MacIntyre) atribuam lugar de relevo ao conceito nas suas reflexões.

1. Vide, em particular, Hanna Fenichel Pitkin, *The Concept of Representation*, Berkeley, Los Angeles e Londres, University of California Press, 1967, pp. 8-9 e Gerhard Leibholz «Das Wesen der Repräsentation», in Gerhard Leibholz, *Die Repräsentation in der Demokratie*, Berlim e Nova Iorque, Walter de Gruyter, 1973, p. 26.

Ora, contrariando tal estado de coisas, no início do século XXI tem-se assistido a um aumento significativo do interesse pelo problema da representação em sede de teoria política. No foco do debate encontra-se, é certo, a sua relação com a democracia, mas o conceito tem vindo a (re)assumir crescentemente uma posição de centralidade, longe do lugar secundário para o qual fora remetido por boa parte da literatura politológica e político-filosófica do pós-1945. Talvez esta recuperação do problema da representação esteja relacionada com o desmoronar da ilusão pós-Guerra Fria de uma expansão global da democracia liberal, que equivaleria de algum modo ao fim da história. Afinal, ao longo dos tempos, a representação tem-se revelado veículo privilegiado para pensar contextos de crise, não de consenso - e os provocadores ensaios de Guilherme Marques Pedro e Antoni Jesús Aguiló, nas páginas deste mesmo volume, surgem, cada um à sua maneira, como exemplo disso mesmo. O soçobrar da - porventura mais tacitamente presumida do que efectiva - satisfação generalizada com os horizontes da democracia liberal volta a sublinhar a urgência de pensar a representação política.

Neste ensaio, pretendemos, em primeiro lugar, lançar um breve olhar sobre aquelas que julgamos serem as duas dimensões axiais da representação política - a tensional e a constitutiva -, para, subsequentemente, indagarmos sobre os contributos que delas se pode retirar para o pensamento democrático. Estes apontam, a nosso ver, para uma visão agonística e relativista da democracia representativa e para as incontornáveis dificuldades da construção do povo - esse sujeito colectivo que é suposto deter a soberania num regime democrático.

### **1. Tensão e constituição: duas dimensões do conceito de representação política**

Os autores que procuram discernir o significado último do conceito de representação são unânimes ao salientar a duplicidade que lhe é imanente, a tensão que nele está inscrita.<sup>1</sup> Esse carácter tensional revela-se, desde logo, na etimologia da palavra: *re-presentar* significa tornar presente, nalgum sentido que não o literal, algo que está, de facto, ausente. O conceito obriga-nos, pois, a olhar para a relação entre duas entidades distintas - representado

e representante -, que não se confundem e não podem ser subsumidas numa mesma unidade. Há que traçar a necessária distinção entre o actor e a personagem, o advogado e o seu cliente, o retrato e a figura retratada, a explicação científica e o fenómeno que ela pretende explicar, etc. Nem sempre é fácil traçar essa linha de demarcação, dado que, não raras vezes, as representações convocam mecanismos capazes de iludir a percepção e o julgamento dos seus destinatários<sup>2</sup>. Contudo, ela decorre do próprio significado basilar do conceito de representação.

Esta elucidação etimológica tem implicações óbvias para uma reflexão no âmbito da teoria política. Ela força-nos a distinguir claramente o objecto da representação política (a terra, a comunidade, a nação, o povo) do seu sujeito (o corpo de representantes) - este último sendo suposto tornar presente, de algum modo, a ausência fáctica do primeiro. Não surpreende minimamente, pois, que esta duplicidade tenha sido olhada com suspeição por certos teóricos da democracia.<sup>3</sup> Se a democracia designa uma forma política em que o povo é o seu próprio soberano, parece indiscutível que ela remete para um princípio de identidade, não de representação.<sup>4</sup> Como refere Rousseau n' *O Contrato Social*, «[a] Soberania não pode ser representada, pela mesma razão que não pode ser alienada; ela consiste essencialmente na vontade geral, e a vontade não se representa: ou é a mesma ou é outra»<sup>5</sup> (tradução minha). Esta linha de pensamento conduz-nos rapidamente à conclusão que democracia e representação são ontologicamente irreconciliáveis. Nesta perspectiva, a existência de instituições representativas pode até justificar-se como necessidade técnica, como única forma de chegar a decisões políticas em contextos de grande complexidade social, mas a sua natureza não-democrática não deve, por essa razão, ser ocultada. Este tipo de raciocínio está na base da corrente oposição entre democracia *participativa e representativa*, bem como da crença, veiculada por alguns autores<sup>6</sup>, de que *menos* representação se traduziria automaticamente em *mais* democracia (e vice-versa).

Esta crassa oposição entre representação e democracia assenta, todavia, num equívoco. Se, por um lado, ela resulta da elucidação da natureza intrinsecamente tensional do conceito de representação, que não pode deixar de colocar problemas ao pensa-

2. Veja-se, a este propósito, o texto de João Cabeleira neste volume.

3. Note-se, de resto, que o primeiro autor a pensar a representação política em termos especificamente modernos foi Thomas Hobbes, um teórico do absolutismo monárquico. Vide Thomas Hobbes, *Leviathan*, Londres, Cambridge University Press, 1904, pp. 110-114.

4. Sobre a distinção entre os princípios da identidade e da representação como base da teoria do Estado, cfr. Carl Schmitt, *Verfassungslehre*, 10ª edição, Berlim, Duncker & Humblot, 2010, pp. 204 e ss.

5. J. J. Rousseau, *Du Contrat Social*, Paris, Mourer et Pinparé, 1797, p. 228: «La Souveraineté ne peut être représentée, par la même raison qu'elle ne peut être aliénée; elle consiste essentiellement dans la volonté générale, et la volonté ne se représente point: elle est la même, ou elle est autre».

6. Por exemplo, Benjamin Barber, *Strong Democracy. Participatory Politics for a New Age*, Berkeley, University of California Press, 1984.

7. Onde se incluem, entre outros, nomes como Claude Lefort, *L'Invention Démocratique*, 2ª edição, Paris, Fayard, 1994; Diogo Pires Aurélio, «O que representam os representantes do povo?», in Diogo Pires Aurélio (coord.), *Representação Política. Textos Clássicos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2009, pp. 9-55; F. R. Ankersmit, *Political Representation*, Stanford, Stanford University Press, 2002; e Nadia Urbinati, *Representative Democracy: Principles and Genealogy*, Chicago, University of Chicago Press, 2006.

8. Diogo Pires Aurélio, *Op. cit.*, p. 12.

9. Vide Chantal Mouffe, *The Democratic Paradox*, Londres e Nova Iorque, Verso, 2005, pp. 3 e ss.

mento democrático; por outro lado, ignora por completo a sua natureza constitutiva ou fundacional. Esta tem sido explorada por um estimulante *corpus* literário recente<sup>7</sup>, que, por caminhos assaz variados, tem vindo a afirmar que, longe de se reduzir a uma relação de delegação entre duas entidades previamente constituídas - o povo e os seus representantes -, a representação desempenha um papel na própria construção de comunidades e identidades políticas. Contrariamente ao que pressupõe a doutrina democrática clássica, de inspiração rousseauiana, o povo não é uma entidade concretamente identificável, possuidora de uma voz e de uma vontade próprias, cuja existência anteceda o fenómeno da representação. Bem pelo contrário, é através da representação que o povo primeiramente se constitui como sujeito político colectivo. Trata-se, pois, como refere Diogo Pires Aurélio, de um conceito que remete para a especificidade do político, ou seja, para esse problema fundamental que é o da formação de um agregado que «se atribui a si mesmo, de forma estável, uma identidade e uma vontade comuns»<sup>8</sup>. Neste sentido, toda a política - e, nomeadamente, toda a política democrática que implique a constituição de um demos como sujeito soberano - não só pode, como tem de ser pensada em termos de representação.

Nas linhas que se seguem, procuraremos derivar alguns contributos desta elucidação da dupla dimensão da representação política para o problema da sua articulação com a democracia. Em primeiro lugar, apresentando o esboço de uma visão adversarial da democracia representativa contemporânea; em segundo, reflectindo sobre a construção do povo, as exclusões em que esta necessariamente assenta e a possibilidade de uma contra-representação.

## 2. Os limites do consenso: a democracia representativa como arena de conflito e compromisso

Olhando para a história política da Europa na primeira metade do século XX - e, nomeadamente, no período entre-guerras - podemos considerá-la marcada pela transição (em alguns casos, fracassada; em quase todos, conturbada) do governo representativo de estirpe liberal clássica para a democracia representativa contemporânea<sup>9</sup>. Tal leitura histórica obriga-nos a reconhecer que os universos de ideias do liberalismo e da democracia não são

plenamente coincidentes. De forma sucinta - e, admitamos, algo simplista -, poderíamos dizer que o liberalismo, para sobreviver, se democratizou - através da universalização do sufrágio, da introdução da representação proporcional, do reconhecimento institucional dos partidos políticos, da reforma do parlamentarismo - e que a democracia, para emergir, se liberalizou - aceitando o princípio da eleição e o parlamentarismo, a separação de poderes, os direitos fundamentais e o primado da lei. Não há, entre liberalismo e democracia, nem uma oposição irresolúvel nem uma articulação necessária. Trata-se, isso sim, de uma convergência historicamente contingente entre dois universos de ideias distintos, que, seguindo Chantal Mouffe, deve ser vista como o traço característico da democracia representativa contemporânea. Ora, aqui pretendemos explorá-la, numa perspectiva tendencialmente abstracta, enquanto transição do binómio discórdia/consenso para o binómio conflito/compromisso.

O nosso ponto de partida reside na análise do parlamentarismo liberal proposta por Carl Schmitt nos anos 1920. Nela, o jurista germânico faz notar que o elemento central do parlamentarismo, o princípio da discussão - entendido como «troca de opiniões dominada pela finalidade de convencer o opositor mediante argumentos racionais de uma verdade e adequação ou deixar-se convencer pela verdade e adequação»<sup>10</sup> - remete para uma posição epistemológica de fundo, que define o liberalismo enquanto «sistema metafísico»<sup>11</sup>. Efectivamente, a troca de argumentos racionais é entendida como o método adequado para trazer à luz uma determinada «verdade ou adequação».

Nesse sentido, corresponde ao parlamentarismo liberal um certo tipo de racionalismo. Não se trata, todavia, de um racionalismo absoluto, como o que esteve na base do despotismo esclarecido, mas antes de um racionalismo relativo. Relativo, na medida em que a ênfase se coloca mais sobre o método - a concorrência entre opiniões distintas - do que sobre o seu resultado. Quanto a este último, é muito mais uma «adequação» do que propriamente uma «verdade» categórica: a sua natureza é transitória, na medida em que sujeita ao devir da discussão. Este racionalismo relativo constitui, para Schmitt, o princípio fundamental do liberalismo, que encontra no parlamentarismo a sua concretização

10. Carl Schmitt, «Democracia e Parlamentarismo», in Diogo Pires Aurélio (coord.), *Op. cit.*, p. 182.

11. Carl Schmitt, *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*, 9ª edição, Berlim, Duncker e Humblot, 2010, p. 45.

12. Vide Carl Schmitt, *Op. cit.*, pp. 45-50.

política e na mão invisível do mercado a sua manifestação econômica. Postula-se que ninguém possui, à partida, a verdade ou a razão, mas crê-se que um determinado processo - dialéctico, de discussão - nos pode aproximar delas. Nesse sentido, é ainda um racionalismo e não um relativismo. Toda a multiplicidade, toda a divergência acaba por ser reconduzida, através do seu método, à unidade do Estado de direito, da lei abstracta. Subsiste a crença na mediação, no equilíbrio e, em derradeira instância, na resolução das divergências através da discussão pública - a discórdia é tolerada na medida em que tende irresistivelmente para o consenso, para a descoberta da «verdade ou adequação» que se identifica com o bem comum.<sup>12</sup>

Ora, a democracia representativa contemporânea rejeita a possibilidade de um consenso desse tipo. Para compreendermos as razões subjacentes a tal rejeição, é necessário considerar aquilo que a distingue decisivamente do governo representativo de estirpe liberal oitocentista: a universalização do sufrágio e o papel desempenhado pelos partidos políticos - aspectos que exploraremos guiados, respectivamente, pela leitura de Claude Lefort e Hans Kelsen.

Não há, seguramente, processo mais decisivo na passagem do sistema representativo liberal para a democracia representativa contemporânea do que o da universalização do sufrágio. A importância desse processo é actualmente assumida como auto-evidente pela ciência política, já que o principal critério diferenciador entre regimes democráticos e não-democráticos é a existência de eleições livres por sufrágio universal. Contudo, aqui, urge transpor o plano da auto-evidência e ir em busca da relevância teórica mais funda do sufrágio universal. Claude Lefort dá-nos preciosa ajuda nessa demanda. Para o filósofo francês, as repúblicas ou monarquias constitucionais, nas quais a cidadania plena se baseava em critérios não-políticos (ou seja, os regimes do liberalismo clássico, assentes no sufrágio censitário e/ou capacitário), remetiam ainda para a imagem de uma sociedade organicamente hierarquizada. Isto é: fundavam-se na noção de que o poder político estava incorporado em determinadas categorias de pessoas, que se distinguiam das demais em virtude do seu estatuto de proprietárias e/ou da sua educação. Por outras palavras, operava

ainda a representação da sociedade como um corpo, onde cada órgão cumpre uma função pelo todo que requer as qualidades supostamente específicas de certos grupos de indivíduos.

Tal representação é estilizada pelo sufrágio universal, na medida em que este, pelo seu potencial de abstracção, despe os indivíduos das suas pertenças sociais concretas, de todas as outras qualidades que não aquela de cidadão, impedindo que o poder, enquanto instância detentora da dominação, surja como incarnação de um suposto *corpo* social. Na medida em que o político deixa de coincidir com o social, pode afirmar-se uma autonomia relativa da arena política face ao campo social mais vasto, marcada pelo surgimento de um espaço particular no seio da sociedade onde se desenrola uma competição devidamente formalizada entre os actores que se candidatam ao exercício da autoridade pública. Esse espaço é um lugar simbolicamente vazio, uma vez que não pertence, por direito, a ninguém. Quem o ocupa, fá-lo apenas transitoriamente, não se confundindo com ele. Por outro lado, a competição entre os actores que se candidatam ao exercício da autoridade pública permite também que a sociedade se represente perante si própria como pluralidade, nas suas divisões e conflitos internos. Aliás, o poder democrático inaugurado pelo sufrágio universal caracteriza-se justamente pela multiplicação das divisões: a divisão entre a arena política e o espaço social mais vasto onde ela se insere; a divisão na arena política entre concorrentes ao exercício directo ou indirecto da autoridade pública; e, finalmente, sob o efeito da visibilidade proporcionada por esta última, a própria divisão social interna.<sup>13</sup>

Se a democracia representativa contemporânea remete para uma divisão entre o espaço social, na sua acepção mais ampla, e a arena política em termos estritos, tal não significa, contudo, a independência plena de um relativamente à outra. Não só a arena política é imanente à sociedade, resultando de uma sua cisão interna<sup>14</sup>, como, sobretudo, a sua finalidade consiste em dar a ver a própria diferenciação interna do social. A divisão e os conflitos da arena política têm, portanto, de estar relacionados - ainda que não como simples imagens de reflexo, sob pena de cairmos no primado marxiano da *infraestrutura socioeconómica* sobre a *superestrutura* política - com a divisão e conflitualidade sociais

13. Cfr. Claude Lefort, *Op. cit.*, 2ª edição, Paris, Fayard, 1994, pp. 148-152.

14. Não há, no pensamento democrático de Lefort, qualquer horizonte de transcendência do social, onde este pudesse encontrar as suas fundações.

15. Cfr. Giovanni Sartori, *Parties and Party Systems*, Colchester, ECPR Press, 2005, pp. 3-12.

em sentido lato, para que a representação possa ser, pelo menos tendencialmente, reveladora da sociedade a si mesma. Ora, os partidos políticos, fruto da sua natureza híbrida, com um pé no campo da livre associação e o outro na esfera do poder, na busca pelo exercício da autoridade pública, puderam afirmar-se como as entidades mediadoras nessa relação entre o social e o político.

Hoje em dia os detentores fácticos, quando não mesmo de direito, como acontece em Portugal desde a Constituição de 1976, do monopólio da representação política, os partidos percorreram um caminho sinuoso rumo ao reconhecimento da sua compatibilidade com um regime representativo. Em boa verdade, entre a esmagadora maioria dos teóricos que pensaram as instituições do governo representativo, a tendência consistia em identificar partido com facção e considerá-los uma ameaça à unidade política e ao bem comum. Como refere Giovanni Sartori, de Bolingbroke em Inglaterra, passando por Condorcet na França revolucionária, a Jefferson e Madison nos recém-independentes Estados Unidos da América, a opinião era unânime, variando apenas o grau de rejeição dos partidos políticos<sup>15</sup>. E se, ao longo de todo o século XIX, a importância dos partidos na vida política das nações europeias aumentou significativamente, no plano do pensamento político, não houve revisão do veredicto negativo.

Uma concepção distinta acerca da natureza, valor e função dos partidos políticos emerge apenas no período entre-guerras, coincidindo justamente com a progressão do sufrágio universal. Hans Kelsen é, neste aspecto, um autor decisivo. Segundo o jurista austríaco, a doutrina dominante anti-partidos, que procurava sublinhar a sua incompatibilidade com o princípio da unidade política, não exprimia um antagonismo dirigido unicamente contra essas organizações políticas. Mais do que isso, tratava-se de uma oposição à própria democracia. Na verdade, para Kelsen, os detractores dos partidos, fossem eles conservadores ou liberais, encontravam-se presos à ilusão metapolítica - e potencialmente autoritária - da existência, *a priori* ou *a posteriori* como produto de um procedimento discursivo-dialéctico (parlamentarismo), de um interesse geral unificador, situado acima das fracturas confessionais, culturais ou económicas (ou outras). Na sua perspectiva, se a vontade legislativa do Estado - e, conseqüentemente, todo o exercício

da autoridade pública - não deve exprimir apenas o interesse ou a concepção do mundo de um determinado grupo, não subsiste outra alternativa que não seja a que a faça resultar do compromisso entre interesses e concepções mais ou menos opostas. Nesse sentido, a organização do povo em partidos políticos - a sua concepção como pluralidade - cria justamente as condições para que um compromisso desse tipo possa ser atingido. A democracia representativa enquanto Estado de partidos, na medida em que faz brotar a vontade do Estado do ajuste possível entre posições já não apenas divergentes, mas eventualmente até irreconciliáveis, pode assim prescindir da ficção de uma vontade geral suprapartidária, que se identificaria com o bem comum ou com a razão.<sup>16</sup>

Hans Kelsen assume, desta forma, o pressuposto relativista de que o conhecimento absoluto do bem, da verdade e da justiça é inacessível ao entendimento humano, pelo que não há forma de derivar a vontade comum de uma razão à qual todos se tenham de submeter. O paradigma do consenso é, assim, substituído pelo do compromisso, cujo alcance não é o de uma aproximação à verdade ou à justiça, mas tão-somente a mediação possível entre posições partidárias divergentes e possivelmente incomensuráveis. Trata-se, pois, de uma concepção do poder político que assume plenamente a sua indeterminação fundacional, a ausência de um ponto de referência transcendental ao qual possa apelar para legitimar as suas decisões.

Esta visão intrinsecamente adversarial da democracia representativa contemporânea leva-nos a olhar com desconfiança para os projectos filosóficos que visam a elucidação dos fundamentos consensuais da ordem política - entre os quais, os de Rawls, Habermas e respectivos discípulos -, na medida em que rapidamente conduzem a uma limitação do pluralismo político que caracteriza a democracia representativa. Como nota F. R. Ankersmit, esta não é um local talhado para a formação de consensos: não se trata de um clube de debate ou de um fórum de filósofos, onde as diferentes convicções individuais podem brotar em consenso mediante a dialéctica da discussão.<sup>17</sup> Pelo contrário, trata-se de uma forma de governo onde se tomam decisões políticas, como sublinha Lefort, numa arena universalizada e em contexto de dissolução dos marcadores de certeza.

16. Vide Hans Kelsen, «Vom Wesen und Wert der Demokratie (2. Aufl. 1929)», in Hans Kelsen, *Verteidigung der Demokratie*, Tübingen, Mohr Siebeck, 2006, pp. 170-172.

17. Vide F. R. Ankersmit, *Op. cit.*, p. 208.

18. Robert Michels, *Zur Soziologie des Parteiwesens in der modernen Demokratie*, Leipzig, Werner Klinkhardt, 1911.

19. Cfr. Hans Kelsen, *Op. cit.*, pp. 172-173.

20. Cfr. Carl Schmitt, *Verfassungslehre*, pp. 223-231; «Democracia e Parlamentarismo», pp. 186-192.

21. Ver Chantal Mouffe, *Op. cit.*, pp. 37-45.

### 3. Nas margens da democracia representativa: sobre a construção do povo e a possibilidade de uma contra-representação

Apesar das potencialidades que lhe acabámos de sublinhar, a forma como Kelsen concebe a divisão e o pluralismo adversarial subjacentes à política democrática pecará, ainda assim, por ser restritivamente institucionalista e pela desmesurada esperança que deposita na capacidade dos partidos políticos operarem como que uma síntese virtuosa entre sociedade e Estado. É certo que, já em 1929, o jurista austríaco, leitor atento dos estudos sociológicos de Robert Michels<sup>18</sup>, estava ao corrente dos fenómenos de natureza oligárquica que marcavam a vida interna dos partidos. Todavia, considerava, algo ingenuamente, que estes resultavam sobretudo da estrutura juridicamente indefinida das organizações partidárias, pelo que a sua integração na esfera estadual poderia, com maior ou menor dificuldade, estender o esforço de democratização ao interior dos próprios partidos<sup>19</sup>. Em olhar retrospectivo, é fácil considerar tal optimismo infundado. Porém, mais interessante do que fazer notar que desenvolvimentos posteriores vieram frustrar as melhores expectativas de Kelsen, é apontar para os limites, ainda assim estritos, nos quais a democracia pluripartidária encerra o pluralismo adversarial e a atitude assumidamente relativista que lhe subjaz. Com efeito, Kelsen parece crer que a representação institucionalizada pelos partidos políticos pode ser capaz de incluir no seu seio e de dar voz a todos os interesses, valores, visões do mundo e identidades existentes na sociedade - uma suposição que merece ser questionada.

Para o fazer, vale a pena começar por convocar a concepção schmittiana da igualdade democrática. Para Carl Schmitt, a igualdade que caracteriza a democracia é a que resulta da pertença a uma dada comunidade política, não a que remete para o conceito universalista de humanidade. Tem, pois, na sua base uma desigualdade fundamental que separa os que pertencem dos que não pertencem, que distingue cidadãos de estrangeiros.<sup>20</sup> Esta dialéctica democrática de inclusão-exclusão, que Chantal Mouffe sublinha com pertinência<sup>21</sup>, pode, quanto a nós, ser estendida a todo o processo representativo de formação de uma identidade e de uma vontade comuns. A construção do povo através de um

dado conjunto de instituições representativas, e ainda que estas sejam intrinsecamente plurais e adversariais, como é o caso do Estado democrático de partidos, não consegue eliminar por completo a exclusão. No limite, haverá sempre vozes cuja voz do povo instituído não faz ouvir. Isto porque a construção de um nós que, num dado momento, quer e fala pelo povo implica a existência, nas suas margens, de um eles que não encontra lugar na configuração institucional vigente e que a questiona e contesta a partir de fora. Vários teóricos têm procurado reflectir sobre esta fronteira difícil da democracia representativa, que coloca a hipótese de uma contra-representação. Nadia Urbinati propõe o conceito de poder negativo do povo.<sup>22</sup> Pierre Rosanvallon fala-nos de contra-democracia.<sup>23</sup> Andreas Kalyvas chama a atenção para a distinção necessária entre o povo que é *anterior* à própria ordem institucional, o povo que é construído *no seio* da constituição democrática vigente e o povo que, inevitavelmente, persiste nas margens desta última.<sup>24</sup> Desenvolvendo estas propostas teóricas, talvez seja possível compreender o lugar das manifestações contra-representativas na democracia representativa, isto é, por assim dizer, as relações centro-periferia que nela se estabelecem. Trata-se, em boa verdade, de uma questão de extrema importância, numa altura em que se assiste ao crescimento de formas ditas *inorgânicas*, na medida em que desenquadradas das instituições representativas vigentes, de expressão política - vide movimentos de indignados, *Occupy Wall Street*, etc. - e em que muitos desafios políticos se situam num plano transnacional onde a representação ora não está instituída, ora, se o está, apresenta traços distintos daqueles que se puderam concretizar na generalidade das experiências nacionais.

Não sendo possível, no espaço do presente ensaio, explorar este problema em maior detalhe, diga-se apenas que ele nos força a estender os horizontes da democracia representativa para lá dos partidos políticos, mesmo que reconheçamos que estes nela desempenham um papel fundamental.

22. Nadia Urbinati, *Op. cit.*, pp. 29 e ss.

23. Pierre Rosanvallon, *La Contre-Démocratie: La Politique à l'Âge de la Défiance*, Paris, Seuil, 2006.

24. Andreas Kalyvas, *Democracy and the Politics of the Extraordinary: Max Weber, Carl Schmitt and Hannah Arendt*, Cambridge, Cambridge University Press, 2008.

## Conclusão

Abordar a democracia por via do problema da representação é uma empresa frutuosa, porque nos permite mapear os espaços de tensão usualmente ignorados pelas proclamações ideológicas do consenso, da harmonia e da inclusão plena. A democracia representativa não se confunde com a instauração do paraíso na terra, nem com a reconciliação final do homem com a sua verdadeira natureza, seja ela qual for. É uma forma política singular e dificilmente superável em alguns aspectos - quanto a nós, na forma como permite a expressão institucionalizada da pluralidade humana, da divisão e do conflito -, mas frágil e precária noutros. Esperamos que este olhar baseado numa incursão pela dupla dimensão - tensional e constitutiva - da representação política possa ter ajudado, ainda que minimamente, à compreensão dessa condição paradoxal. Quem se considera um defensor sério da democracia - e o autor destas linhas inclui-se nesse grupo - sabe que a acção política e intelectual em seu favor não se pode resumir a um discurso legitimador que só lhe vê as virtudes, nem à pálida justificação do «mal menor» ou do «não há alternativas». Tem de conhecer tanto a força e a criatividade, quanto os limites e as debilidades da democracia representativa, para se poder posicionar relativamente aos ventos de mudança que constantemente a desafiam.

## Bibliografia

**Ankersmit**, F. R. - *Political Representation*, Stanford, Stanford University Press, 2002

**Aurélio**, Diogo Pires - O que representam os representantes do povo, in **Aurélio**, Diogo Pires (coord.), *Representação Política. Textos Clássicos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2009, pp. 9-51.

**Barber**, Benjamin - *Strong Democracy. Participatory Politics for a New Age*, Berkeley, University of California Press, 1984.

**Hobbes**, Thomas - *Leviathan* (1651), Londres, Cambridge University Press, 1904.

**Kalyvas**, Andreas - *Democracy and the Politics of the Extraordinary: Max Weber, Carl Schmitt and Hannah Arendt*, Cambridge, Cambridge University Press, 2008.

**Kelsen**, Hans - Vom Wesen und Wert der Demokratie (2. Aufl. 1929), in **Kelsen**, Hans, *Verteidigung der Demokratie*, Tübingen, Mohr Siebeck, 2006, pp. 149-228.

**Lefort**, Claude - *L'Invention Démocratique* (1981), 2ª edição, Paris, Fayard, 1994.

**Leibholz**, Gerhard - Das Wesen der Repräsentation (1929), in **Leibholz**, Gerhard, *Die Repräsentation in der Demokratie*, Berlin e Nova Iorque, Walter de Gruyter, 1973, pp. 13-210.

**Michels**, Robert - *Zur Soziologie des Parteiwesens in der Modernen Demokratie*, Leipzig, Werner Klinkhardt, 1911.

**Mouffe**, Chantal - *The Democratic Paradox*, Londres e Nova Iorque, Verso, 2005.

**Pitkin**, Hanna Fenichel - *The Concept of Representation*, Berkeley, Los Angeles e Londres, University of California Press, 1967.

**Rosanvallon**, Pierre - *La Contre-Démocratie: La Politique à l'Âge de la Défiance*, Paris, Seuil, 2006.

**Rousseau**, Jean-Jacques - *Du Contrat Social* (1762), Paris, Mourer et Pinparé, 1797.

**Sartori**, Giovanni - *Parties and Party Systems* (1976), Colchester, ECPR Press, 2005.

**Schmitt**, Carl - Democracia e Parlamentarismo (1923), in **Aurélio**, Diogo Pires (coord.), *Representação Política. Textos Clássicos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2009, pp. 177-206. (Tradução portuguesa da Nota Prévia à 2ª Edição (1926), da Introdução e do Capítulo I de *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*.)

**Schmitt**, Carl - *Die geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus* (1923), 9ª edição, Berlin, Duncker & Humblot, 2010.

**Schmitt**, Carl - *Verfassungslehre* (1928), 10ª edição, Berlin, Duncker & Humblot, 2010.

**Urbainati**, Nadia - *Representative Democracy: Principles and Genealogy*, Chicago, University of Chicago Press, 2006.

## Una cartografía abismal de la democracia: Representación política y democracia de baja intensidad\*

Antoni Aguiló

\* El presente trabajo es el resultado parcial de una serie de reflexiones político-filosóficas cuya finalidad principal es contribuir a la construcción de racionalidades democráticas alternativas en sintonía con los principios y objetivos del proyecto "alice - Espejos extraños, lecciones imprevistas: definiendo para Europa una nueva manera de compartir las experiencias del mundo", financiado por el Consejo Europeo de Investigación y dirigido por Boaventura de Sousa Santos, del que esta publicación forma parte. Para más información, véase <<http://alice.ces.uc.pt>>.

1. El *Informe sobre Desarrollo Humano 2002* se hacía eco del proceso de extensión mundial de la democracia liberal en los siguientes términos: "En el mundo hay más países democráticos y más participación política que en ningún tiempo pasado: en 140 países se celebran elecciones multipartidistas. De 147 países de los que hay datos 121, con el 68% de la población mundial,

### 1. Introducción: el agotamiento de la democracia liberal

La democracia se enfrenta en las primeras décadas del siglo XXI a una situación tensa y paradójica. Si por un lado resulta un ideal movilizador (para las primaveras árabes, los indignados de Europa, Estados Unidos y América Latina, los opositores chinos, los movimientos sociales por una globalización alternativa, etc.), por otro está dando repetidas muestras de ineficiencia e insuficiencia. Nunca como ahora la democracia había sido tan popular, nunca como ahora las instituciones democráticas habían existido tan ampliamente alrededor mundo,<sup>1</sup> pero al mismo tiempo, y paradójicamente, nunca antes una palabra política había generado tanta decepción.

La creciente ola de insatisfacción social y política ante la crisis económica mundial; la pérdida de legitimidad de las instituciones democráticas representativas, de los partidos y de los políticos en general; la ausencia de una cultura de la transparencia política y administrativa; el empeoramiento generalizado de las condiciones de vida producido por las políticas de austeridad, que en Europa están generando una enorme masa de "desechos humanos" (Bauman, 2005), son algunos de los factores que afectan directamente a la calidad de la democracia y que han llevado a grandes segmentos de la población a desconfiar de ella como sistema político capaz de mejorar sus condiciones materiales y sociales de vida, percatándose de que el modelo de democracia liberal vigente es más parte del problema que de la solución.

Una buena parte de la ciudadanía de todo el mundo percibe la democracia liberal como una democracia impotente y excluyente, como un canal que vehicula mal los intereses de las grandes mayorías y que, lejos de satisfacer sus aspiraciones de mayor bienestar, igualdad y participación, genera frustración, ataca sus derechos y destruye sus horizontes vitales. Este amplio sector

ciudadano considera que los modelos liberales de democracia no responden a las exigencias de una democracia que proteja y garantice los derechos fundamentales (cívicos, políticos, sociales, económicos y culturales), pues no pasan de ser democracias formalmente representativas sin contenidos sustanciales. Lo que predomina es una democracia política reducida a la esfera electoral que permite que las decisiones estén en pocas manos y sean tomadas por y en beneficio de grupos elitistas y minoritarios (clase política, gobernantes, partidos, élite económica). De este modo, a pesar de la vigencia de las reglas del juego electoral, la forma dominante de democracia es una democracia de “baja intensidad” (Santos, 2004a: 12; 2005a: 131 y ss.), puramente representativa, procedimental, oligárquica, precaria, “secuestrada, condicionada y amputada” (Saramago)<sup>2</sup> o, según la expresión de Wolin (2008), “dirigida” por fuerzas extraparlamentarias.<sup>3</sup>

En este contexto, no resulta extraño que una de las consignas críticas dirigidas contra la representación política que más hondo caló en el imaginario colectivo fuera el famoso “que se vayan todos”, gritado masivamente en las calles y plazas de Argentina en 2001 para denunciar lo que la ciudadanía consideraba un sistema político podrido, corrupto y tramposo. Más recientemente, los movimientos de indignados han acuñado lemas como “lo llaman democracia y no lo es”, “no nos representan”, “nuestros sueños no caben en las urnas” y “no es democracia, es partidocracia”, revelando un profundo malestar con una democracia percibida de espaldas a la ciudadanía, con las actuales formas de hacer política y con las élites políticas y económicas gobernantes. Este sentimiento colectivo de decepción con la democracia representativa es evocado por Saramago al afirmar que “la democracia está ahí como si fuera una especie de santa en el altar de la que ya no se esperan milagros”.<sup>4</sup>

¿Cómo es posible que en un mundo en el que la democracia, como sistema de gobierno, jamás gozó históricamente de tanto prestigio sus fundamentos constitutivos atraviesen hoy una grave crisis de confianza? ¿Por qué, como dice Wallerstein (2001), la democracia pasó de ser un anhelo revolucionario en el siglo XIX a un “eslogan” universal retórico y vacío de contenido en el siglo XX? ¿Por qué si la democracia constituye el principio legitimador

tenían en el año 2000 todos o varios de los elementos propios de democracias formales; en 1980 sólo eran 54 países, con el 46% de la población mundial” (PNUD, 2002: 1).

2. Palabras pronunciadas en el panel “Quijotes hoy: utopía y política”, celebrado en Porto Alegre (Brasil) en el marco de las actividades del V Foro Social Mundial (2005). Intervención disponible en <http://www.youtube.com/watch?v=gDMF4XgV4> [fecha de consulta: 25-12-2012].

3. Para una tipología de las diversas formas de democracia de baja intensidad, véanse Collier y Levitsky (1997).

4. Véase nota 2.

5. La traducción es mía
6. Procedimiento de análisis cuyo objetivo principal es desmitificar las categorías naturalizadas en el sentido común para generar nuevos exámenes e interpretaciones críticas.

de la política hemos optado por vivir en democracias de baja intensidad, inconclusas, impotentes y limitadas? ¿Por qué hoy, si la inmensa mayoría de las personas se declara demócrata, la democracia se ha convertido en la palabra política más abusada, empobrecida y cuestionada? ¿Por qué gobiernos democráticamente elegidos están privatizando derechos fundamentales como la sanidad o la educación o, según la expresión de David Harvey (2004: 111 y ss.), están llevando a cabo procesos de “acumulación por desposesión” de derechos sociales y laborales? ¿Cómo es que instituciones que deciden el rumbo de la política mundial, como el Fondo Monetario Internacional (FMI), han adoptado eslóganes como “buen gobierno” y “transparencia” y, sin embargo, son organismos esencialmente antidemocráticos? ¿Estamos en presencia de sistemas políticos electoralmente democráticos pero socialmente antidemocráticos? ¿Acaso la democracia está siendo ejercida en buena medida por no demócratas que no desean otra cosa que el mantenimiento de una democracia débil y deslegitimada? ¿Qué tipo de representación política podemos esperar en el contexto de la crisis de la representación? ¿Cómo creer que los profesionales de la representación, aun cuando utilizan una retórica que apela al bien común y al progreso social, pueden ser los garantes de la voluntad popular? ¿Son hoy las instituciones parlamentarias, el sufragio universal y el resto de elementos de la democracia liberal instrumentos orientados por un interés emancipador al servicio de la liberación social, política y económica? ¿Por qué, en definitiva, la democracia representativa parece haberse transformado en un “obstáculo para la democratización del mundo?” (Santos, 2012: 113).<sup>5</sup>

## 2. La democracia a este lado del abismo

Las preguntas anteriores nos invitan poner en práctica una hermenéutica de la sospecha<sup>6</sup> que cuestione el concepto de democracia subyacente en la democracia representativa de tradición occidental para ponerlo en relación con el malestar social que ha generado e identificar los mecanismos de dominación que encubre.

Tomando como marco de referencia la teoría del pensamiento abismal de Boaventura de Sousa Santos (2007a), este trabajo elabora una cartografía crítica de las líneas visibles e invisibles que

desde sus orígenes atraviesan la democracia representativa. El pensamiento abismal divide arbitrariamente la realidad en dos universos distintos y contrapuestos caracterizados por la imposibilidad de la copresencia entre ellos: este lado de la línea y el otro lado de la línea. Este lado de la línea es el espacio de la ciudadanía y los derechos, identificado con lo moderno-occidental (lo civilizado) producido por el Norte global, los países y actores más poderosos del planeta. Es el espacio donde operan marcos<sup>7</sup> que sólo reconocen como humanas ciertas vidas que merecen ser lloradas (Butler, 2010; 2011; 24). El otro lado de la línea es, por el contrario, el ámbito de lo que ha sido radicalmente excluido de lo humano, regido por estados de naturaleza hobbesianos (fuera de la ley, el orden y la democracia) en los que imperan lógicas autoritarias de apropiación y violencia. Allí se encuentran los *damnes* (condenados) de Fanon (1963): los sujetos, grupos, países, lenguas, saberes y modos de vida subalternizados por el Norte global y el pensamiento hegemónico occidental. El otro lado de la línea corresponde al Sur global, metáfora geopolítica que simboliza el “sufrimiento humano causado por la modernidad capitalista” y colonial a través de toda su variedad de formas de explotación, dominación y subordinación (Santos, 2003a: 420).

La consecuencia de esta cartografía abismal es que lo que forma parte del otro lado de la línea es considerado como objeto de apropiación, explotación y esclavización y, por tanto, clasificado como objeto desechable, suprimible o descartable. Lo que habita al otro lado de la línea es sistemática y activamente producido como no existente.

Santos explica que el pensamiento abismal se manifiesta a través de narrativas totalizantes con pretensiones de verdad y universalidad capaces de regular nuestro pensamiento y acción en el mundo. Es lo que mediante una analogía del mundo de la agricultura el sociólogo llama monoculturas o lógicas de producción de no existencia.<sup>8</sup>

Bajo este prisma de análisis puede hablarse de un pensamiento político abismal imperante que se expresa de varias maneras. La línea abismal que separa lo democrático de lo no democrático se basa en la idea de que existe una sola concepción, una sola prác-

7. En el sentido que Judith Butler (2011: 24) le otorga, es decir, esquemas conceptuales que permiten definir “los límites de lo pensable” y desde los cuales “ciertas vidas se perciben como vidas, mientras que otras, aunque aparentemente están vivas, no consiguen asumir una forma que se perciba como la de los seres vivos”.

8. Hay producción de no existencia “siempre que una cierta entidad es descalificada y considerada invisible, no inteligible o desechable” (Santos, 2010a: 34).

9. Un dispositivo (cuerpo heterogéneo de discursos, instituciones y prácticas) que establece una forma de pensar, mirar y nombrar el mundo, un saber-poder que instituye un determinado orden y condiciona lo que puede verse, pensarse y decirse en un periodo concreto.

“Cada sociedad – escribe Foucault (1994: 187)– tiene su régimen de verdad, su ‘política general de la verdad’: es decir, los tipos de discursos que ella acoge y hace funcionar como verdaderos; los mecanismos y las instancias que permiten distinguir los enunciados verdaderos o falsos, la manera de sancionar unos y otros; las técnicas y los procedimientos que son valorizados para la obtención de la verdad; el estatuto de aquellos encargados de decir qué es lo que funciona como verdadero”.

tica y un solo discurso democrático legítimo y viable: el de la democracia electoral basada en los valores del liberalismo político (individualismo, igualdad formal, representación parlamentaria, sufragio individual, competencia entre partidos, entre otros). La democracia liberal se constituye así como una monocultura política o, en palabras de Foucault, se erige como un “régimen de verdad”,<sup>9</sup> como referente incuestionado a partir del que concebir, medir y evaluar cualquier experiencia democrática.

Al configurarse como una monocultura extensiva y homogeneizante fundada en una razón “perezosa, que se considera única, exclusiva, y que no se ejercita lo suficiente como para poder mirar la riqueza inagotable del mundo” (Santos, 2006: 20), la democracia liberal adquirió poder para: 1) operar como un régimen de verdad electoral capaz trazar las líneas que separan la “democracia” de lo que no es, convirtiendo concepciones y prácticas democráticas alternativas que se apartan de la ortodoxia liberal en “objeto sistemático de desconocimiento, devaluación y sustitución por esquemas procedimentales liberal-representativos” (García Linera, 2003: 182). 2) Establecer un orden político que, a través de procedimientos formales electorales, legitima la existencia de un cierto tipo de sociedad y transforma los intereses de un grupo o clase en intereses universales. 3) Elevar a universal lo que es local y contextual. Y 4) presentar como necesario y natural lo histórico y contingente.

Las grandes líneas de la cartografía abismal de la democracia pueden sintetizarse en cinco cuyo análisis permite trazar un panorama de las principales limitaciones de la democracia de baja intensidad y del tipo de relaciones políticas, sociales y culturales que (re)produce.

## 2.1 Ceguera epistémica y ausencias de la representación

Las actuales democracias de baja intensidad no representan de manera efectiva a vastos sectores de la sociedad y no satisfacen sus expectativas, a menudo siquiera las más inmediatas. Para identificar ausencias significativas de la representación política y mostrar lo que ha sido excluido, marginado o devaluado por las ideas políticas hegemónicas, abordo la cuestión de la represen-

tación desde la perspectiva de la “epistemología de la ceguera”<sup>10</sup> (Santos, 2001; 2003a: 279).

La democracia liberal enfrenta un grave problema de ceguera derivado de dos factores: 1) la falta de elementos analíticos para abarcar realidades invisibilizadas por las orientaciones teóricas con las que el liberalismo se aproxima la realidad; y 2) una actitud colonial basada en la naturalización de la supuesta superioridad occidental.

La deficiente representatividad de la democracia producida de este lado de la línea hunde sus raíces en la ceguera epistémica propia del liberalismo, generada en buena medida por las pretensiones de universalidad (la idea de que existen verdades válidas independientemente de su contexto de enunciación) y neutralidad (la concepción de la democracia como artificio puramente formal exento de valores) del discurso democrático liberal. La monocultura de la democracia liberal se autopercibe como la “forma final de gobierno humano” (Fukuyama, 1990: 7) y se autoproclama la única forma legítima de democracia. Fuera de ella reina la ingobernabilidad, por lo que debe ser promocionada globalmente como sistema político, incluso por la fuerza de las armas, si es necesario.<sup>11</sup>

Sin embargo, las pretensiones de universalidad y neutralidad de la democracia liberal están siendo cada vez más objeto de cuestionamiento por importantes teóricos de la filosofía política y las ciencias sociales. Según Ashcroft (et al., 1995: 55), el mito de la universalidad abstracta es una estrategia fundamental de control imperial al servicio de los centros hegemónicos de producción de poder y saber, que tratan de imponer al resto del mundo modelos políticos, sociales y culturales, ocultando su parcialidad y particularidad. El universalismo abstracto, que encubre la realidad concreta de los individuos y los aparta de su entorno socio-cultural, es portador de un discurso arrogante y de una actitud colonial que produce recortes de realidad. La base de este discurso y esta actitud es la creencia en la superioridad del pueblo que conquista y en la inferioridad de los conquistados. En el caso del universalismo europeo, este discurso identifica lo europeo (u occidental) con lo universal (Ashcroft, *ibid.*), situando todo lo no occidental en una posición de subalternidad.

10. Definida como la que “excluye, ignora, silencia, elimina y condena a la no existencia epistémica todo lo que no es susceptible de ser incluido en los límites de un conocimiento que tiene como objetivo conocer para dominar y prever” (Santos, Meneses y Nunes, 2004b: 67). La traducción es mía.

11. Robinson (1996: 6) critica que las estrategias de promoción de la democracia liberal a escala internacional impulsadas por Occidente están diseñadas para servir a los intereses del capital global. En ellas subyace la voluntad de supeditar los anhelos de transformación económica, política y social de los países intervenidos a un sistema internacional basado en el reordenamiento de los sistemas políticos de los países periféricos y semiperiféricos del sistema mundial a partir de los criterios de la globalización neoliberal: “La promoción de la ‘democracia de baja intensidad’ no sólo se dirige a mitigar las tensiones sociales y políticas producidas por los *statu quo* no democráticos basados en élites, sino también a suprimir las aspiraciones populares y de masas de una profunda democratización de la

vida social en el orden internacional del siglo XXI". La traducción es mía.

12. El periodo que Huntington (1994:17) llama "tercera ola de democratización". La primera abarca aproximadamente entre 1828 y 1926, con las revoluciones estadounidense y francesa, aunque el fascismo y el nazismo actuaron como contraola. La segunda se da entre 1942 y 1962, cuando la coalición aliada promovió la democracia en Alemania occidental, Italia, Austria, Japón y Corea del Sur. En este periodo surge una contraola entre 1958 y 1975, con los golpes militares que derivaron en dictaduras en varios países latinoamericanos. La tercera ola comenzó en Portugal en 1974, con la Revolución de los claveles. Se extendió a América Latina a principios de los ochenta y alcanzó el este de Europa a finales de los noventa.

13. La traducción es mía.

14. Resulta interesante la observación de Douglas Lummis (2002: 26-27) sobre el carácter metonímico que el concepto de pueblo adquiere en la historia de la democracia occidental. El modelo liberal de representación política se basa en una

La universalización de la democracia liberal encubre la naturalización de un determinado particularismo occidental. Se trata, en otras palabras, de un "localismo globalizado" (Santos, 2005b: 273). A pesar de haber sido exportada a diferentes contextos sociales y culturales, sobre todo durante las últimas décadas del siglo XX,<sup>12</sup> la democracia liberal es una forma particular e histórica de democracia que comienza a despuntar en la Europa que tiene como base el ideario liberal-burgués del progreso, la razón, la ciencia, la secularización y la emancipación. La democracia liberal surge a la luz del avance del liberalismo político y económico en suelo europeo. Sus orígenes se encuentran en la experiencia política de prácticamente cuatro países occidentales: Inglaterra (el parlamentarismo, Locke, la revolución Gloriosa de 1688, entre otros fenómenos), Francia (la Ilustración y la revolución de 1789), Holanda (la República de Batavia y los trabajos de Grocio sobre el derecho de gentes) y Estados Unidos (la *Bill of Rights* de Virginia de 1776, la Constitución Federal de 1787 y el triunfo de los federalistas, que asumen las tesis de la teoría democrática liberal).

Todos estos acontecimientos se producen en un marco histórico concreto: la Europa colonial, capitalista y expansiva que se configura en la modernidad occidental. En efecto, fue la modernidad eurocéntrica, capitalista y liberal la que, tras siglos de letargo y desprestigio, recuperó la democracia en su versión representativa para limitar el poder de la monarquía absolutista, combatir los privilegios de clase ostentados por élites nobiliarias y abogar por una distribución igualitaria del poder político. El principio de representación fue y es uno de los pilares del liberalismo político, aunque originalmente no fue concebido para canalizar las aspiraciones democráticas del pueblo, sino como una "estrategia de los ricos para asegurar y mantener su propia posición de dominación socioeconómica por medios políticos" (Pateman, 1985: 148).<sup>13</sup> La burguesía emergente, proyectada metonímicamente como pueblo,<sup>14</sup> creó un gobierno representativo a su imagen y semejanza utilizando la representación política como instrumento para asentar social, política y jurídicamente las bases de su proyecto de sociedad liberal-capitalista. La historia de la democracia representativa es la historia de la apropiación de la democracia por las clases propietarias, originariamente partidarias de un régimen constitucional favorable a los intereses de la economía capi-

talista, con derechos civiles y políticos restringidos a las minorías acaudaladas, con garantías para la iniciativa privada, sin redistribución de riqueza y sin derechos sociales.

La democracia liberal se articuló desde sus orígenes sobre una matriz epistemológica individualista y monocultural (clasista, racista, machista y homófoba). Despojado de sus particularidades biológicas, históricas y sociales, el individuo jurídico (una abstracción del ser humano blanco, adulto, masculino, heterosexual, propietario, cristiano y padre de familia), fue elevado a patrón de referencia universal y proclamado único actor de la democracia liberal. La “democracia” censitaria (clasista y sexista), representativa de las minorías dominantes, perduró en Europa hasta el siglo XX. Gracias a luchas de sectores y movimientos sociales por romper las barreras electorales del liberalismo, el parlamentarismo elitista se vio obligado a incorporar a grupos tradicionalmente excluidos de y por la política liberal: obreros, mujeres, minorías étnicas y sexuales, inmigrantes o personas con discapacidad, entre otros colectivos, iniciándose el proceso histórico de conquista, universalización y democratización del sufragio.<sup>15</sup> Ello significó la ampliación de los márgenes de la representatividad oligárquica liberal, dando paso al actual sistema de democracia de partidos en competencia. Durante el siglo XX la democracia de partidos y el sufragio universal limaron el carácter antidemocrático del parlamentarismo burgués, pero no han servido para superar la democracia oligárquica en la que minorías privilegiadas tienen poder de veto sobre la mayoría, y menos aún para disminuir la desafección que tantas personas sienten por la política convencional.

A pesar de la inclusión formal de grupos y sujetos subalternos en las estructuras representativas de la democracia liberal, las líneas abismales entre sectores dominantes sobrerrepresentados (varones, sujetos heterosexuales, clase media y alta, cristianos, etc.) y sectores subalternos no representados o subrepresentados (negros, mujeres, campesinos, población LGTB, etc.) siguen siendo una realidad. “Todavía hoy - afirma Alejandro Auat (2011: 133) - se exige un tipo humano para nuestras democracias”. La historia de la política liberal dentro y fuera de Occidente es una historia de exclusiones, discriminaciones y dominaciones. El acceso a la

universalidad sesgada e incompleta que toma la parte por el todo: “Como regla general, cuando la clase media y alta en cualquier país dice que apoya *el poder del pueblo*, por *pueblo* se refieren a ellos mismos. Cuando piden democracia, no piden que tomen el poder la clase de personas que les sirven de criados y trabajadores, que generan el superávit o que sustentan su riqueza y estatus. [...] El *demos* de la democracia originalmente significaba la clase más pobre y numerosa de ciudadanos, y democracia en su sentido original significaba el gobierno por parte de esa clase”.

15. La democratización del sufragio fue un proceso lento llevado a cabo entre finales del siglo XIX y mediados del XX, e incluso más tardíamente. Gran parte de las democracias liberales de los países industrializados introdujo el sufragio universal en los años inmediatamente posteriores a la Primera Guerra Mundial. Nueva Zelanda fue el primer país en romper con la discriminación sexista al conceder en las elecciones de noviembre de 1893 el sufragio a las mujeres. Sin embargo, en el sentido común político, liberalismo y democracia se presentan como dos caras

de un mismo fenómeno: la democracia representativa. A pesar de ello, no existe una relación innata ni recíproca entre liberalismo y democracia, sino que se trata de fenómenos diferentes y, en ciertos aspectos, contradictorios. Como observa Nun (2002: 141), poniendo implícitamente de relieve la existencia de liberalismos no democráticos (elitistas y con apenas democracia política): “El liberalismo se democratizó mediante la incorporación del sufragio universal como su casi único elemento democrático. [...] Cuando hoy se habla de ‘democracias liberales’ se incurre deliberadamente en una exageración retórica que convierte lo adjetivo en sustantivo. Nos hallamos, en verdad, ante ‘liberalismos democráticos’”.

16. Aunque se trata de conceptos íntimamente relacionados, Aníbal Quijano y otros teóricos de los estudios decoloniales establecen una distinción conceptual entre colonialismo y colonialidad. El colonialismo, que es anterior a la colonialidad (Quijano, 2001: 202), se refiere a los sistemas de control, explotación y dominación económica, política, militar y cultural de un país sobre otro, particularmente a los impuestos por Europa al resto del mundo

representación política de voces y sectores cuyos intereses han sido marginados sigue siendo un desafío pendiente.

La estrechez representativa de la democracia liberal puede ejemplificarse con dos casos. El primero es la subrepresentación de los pueblos originarios anteriores a la expansión colonial europea. En virtud de sus postulados individualistas, la democracia liberal no reconoce otras identidades que las individuales. La representación política individualista ignora que la humanidad no sólo se compone de individuos, sino también de pueblos y culturas capaces de adquirir protagonismo político. Para la democracia liberal no hay sujetos políticos colectivos implicados en luchas sociales. Para existir políticamente, los sujetos están obligados a individualizarse, pues la democracia se expresa en la fórmula de una persona, un voto, nada más. El voto, para la tradición liberal y democrática eurocéntrica, es una expresión de libertad individual que tiene un carácter secreto, personal e intransferible, no asambleario, público y comunitario. El voto colectivo, como canal de expresión comunitaria, es tratado colonialmente por la democracia eurocéntrica, que lo desacredita como práctica exótica, local y residual.

Por esta y otras razones los movimientos indígenas reclaman nuevas formas de representación política. Lo hacen, por un lado, denunciando la legitimación y reproducción de la colonialidad<sup>16</sup> a través de la democracia (neo)liberal, que construye el campo político a partir de discriminaciones fundadas en pertenencias étnico-raciales. Y exigiendo, por otro, la descolonización - o refundación, en palabras de Santos (2010a) - de la democracia y del Estado de tradición liberal y eurocéntrica.

El segundo ejemplo es la lucha de los movimientos de indignados surgidos a raíz de la crisis global y sus consecuencias. En España, el 15M, bajo las consignas de “no nos representan” y “democracia real ya”, ha puesto de manifiesto algunas de las deficiencias sistémicas fundamentales de la democracia representativa. Entre otros aspectos que disminuyen la capacidad ciudadana de representación y participación, los indignados critican el empobrecedor bipartidismo de facto, el incumplimiento de las promesas electorales, la adopción de compromisos de trascendencia sin

consultar a la ciudadanía, la elaboración de listas cerradas impuestas por las cúpulas de los partidos y la desigualdad de oportunidades entre las formaciones políticas nuevas o minoritarias y las candidaturas más asentadas.

Más allá de estas críticas, como en el caso anterior, hay una denuncia de la ceguera y la arrogancia de la democracia situada de este lado de la línea. Las presencias colectivas que desde 2011 vienen inundando las calles y plazas de Europa, Estados Unidos y el mundo árabe han puesto en entredicho un modelo de democracia que a pesar de arrogarse la representación del conjunto de la ciudadanía ha mostrado no ser representativo de grandes sectores de la sociedad civil, como desempleados, jóvenes, estudiantes, desahuciados o pensionistas, entre otros grupos que denuncian su subrepresentación parlamentaria y su nula participación en los procesos de toma de decisiones. El modelo liberal de representación partidaria ha desvelado su miopía al identificar la sociedad civil con la sociedad civil organizada, incurriendo en la despolitización y la invisibilización de formas de protesta (ocupación pacífica de espacios públicos, ciberactivismo, desobediencia civil, etc.) llevadas a cabo por la sociedad civil desorganizada y apartada de las estructuras clásicas de representación (partidos políticos, sindicatos, movimientos sociales, etc.). Estas formas de organización y contestación implican la transgresión de los abismos creados por la democracia liberal, fundados en el voto y la representación, y revelan que la sociedad civil se define como algo complejo y plural que no puede reducirse a la sociedad civil organizada.

Ambos ejemplos dejan al descubierto la ceguera de los marcos epistemológicos del liberalismo, que le impide reconocer las ausencias producidas por una teoría monocultural de la democracia fundada en la negación de la diversidad cultural y humana. Superar la epistemología de la ceguera y sus consecuencias en el campo de la política requiere un tratamiento postabismal de la diversidad, que comienza por aceptar que “la comprensión del mundo excede en mucho a la comprensión occidental del mundo” (Santos, 2009: 100). Un paso en esta dirección consiste en reconocer, por un lado, la pluralidad de sujetos políticos y sociales implicados en luchas emancipadoras y, por otro, la demodiversidad<sup>17</sup> negada por la monocultura electoral.

desde finales del siglo XV. La colonialidad, por su parte, es concebida como un residuo del colonialismo formal que pervive en el imaginario social. Quijano (1993: 201) advierte que el fin del colonialismo no significó el fin de la colonialidad, que el sociólogo define como un “patrón de poder” que permite instaurar y naturalizar múltiples relaciones de control y dominación sobre diferentes ámbitos de la experiencia humana como, entre otros, el cuerpo, la historia, el lenguaje, el trabajo, el saber y la identidad.

17. Neologismo creado por Santos y Avritzer (2004c: 65; Santos, 2007b: 117) a partir de una analogía con el concepto de biodiversidad. Con él que se refieren a la “coexistencia pacífica o conflictiva de diferentes modelos y prácticas democráticas”. La demodiversidad se basa en dos pilares: 1) el reconocimiento de múltiples concepciones y prácticas democráticas en circulación social (deliberativas, participativas, representativas, asamblearias, competitivas, radicales, comunitarias, etc.) y 2) la democracia liberal procedimental hegemónica es una democracia de baja intensidad.

18. En la línea de Marx (1982), Hobsbawm (2001: 67) critica el perfil antidemocrático del burgués revolucionario y el carácter falsamente universal de su principal instrumento jurídico de legitimación, el constitucionalismo liberal, presentado bajo un barniz de neutralidad y universalidad que esconde sus componentes oligárquicos: “El clásico liberal burgués de 1789 –y el liberal de 1789-1848– no era un demócrata, sino un creyente en el constitucionalismo, en un Estado secular con libertades civiles y garantías para la iniciativa privada, gobernado por contribuyentes y propietarios. Sin embargo, oficialmente, dicho régimen no expresaría sólo sus intereses de clase, sino la voluntad general ‘del pueblo’, al que se identificaba de manera significativa con ‘la nación francesa’”.

## 2.2 Líneas abismales entre ciudadanos y políticos

Las democracias de baja intensidad generan líneas abismales entre ciudadanos y políticos directamente relacionadas con la actual “crisis de la representación política” (Touraine, 1994: 121). El malestar ciudadano con la democracia liberal se traduce en lo que Santos y Avritzer (2004c: 37-38) califican como una doble patología. Por un lado, la “patología de la representación”, la falta de identificación o ausencia de reconocimiento entre representantes y representados. Por otro, la “patología de la participación”, observable en fenómenos como la apatía, el escepticismo político, el conformismo, la desafección y la abstención electoral, alimentados en gran parte por la convicción de que el voto apenas sirve para algo. A estas patologías puede añadirse una tercera, que Marcel Gauchet (*apud* Innerarity, 2006: 23) llama “patología de la despartenencia”, que afecta al individuo que experimenta sentimientos de desapego respecto a lo colectivo.

Estas líneas de fractura se apoyan en dos pilares ideológicos de la teoría política liberal: 1) la separación radical entre gobernantes y gobernados, quedando el monopolio de las decisiones en manos de los primeros; y 2) el desarrollo de formas de elitismo representativo que recelan de la participación ciudadana y a las que subyace la creencia en la superioridad de los representantes respecto a los representados.

La separación entre gobernantes y gobernados no es fruto de la ineptitud de los representantes, sino “un producto buscado por los creadores del sistema representativo” (Gargarella, 2002: 3). Edmund Burke, Emmanuel Sieyès, Benjamin Constant y Jeremy Bentham fueron, entre otros, y con matices entre ellos, los grandes patrocinadores del gobierno representativo oligárquico<sup>18</sup> como la mejor forma de organizar un régimen político acorde con el orden social y económico burgués.

La concepción liberal de la representación tenía como objetivo la superación de la representación feudal, basada en el mandato imperativo, en virtud del cual los representantes en las asambleas estamentales medievales estaban sujetos a las instrucciones de sus representados, que en caso de incumplimiento de los representantes podían llegar a impugnar su nombramiento. La

concepción liberal de la representación fue concebida como representación libre, no sujeta a instrucciones del electorado que pudieran limitar la actuación de los representantes. Los políticos están desvinculados del electorado porque no representan intereses locales o parciales, sino los intereses de la nación. Es la figura del representante moderno que habla en nombre de la soberanía nacional. El discurso de Burke a los electores de Bristol al ser elegido diputado en noviembre de 1774 ilustra bien la idea liberal de representación:

“El Parlamento no es un congreso de embajadores que defienden intereses distintos y hostiles, intereses que cada uno de sus miembros debe sostener, como agente y abogado, contra otros agentes y abogados, sino una asamblea deliberante de una nación, con un interés: el de la totalidad; donde deben guiar no los intereses y prejuicios locales, sino el bien general que resulta de la razón general del todo. Elegís un diputado; pero cuando lo habéis escogido, no es el diputado por Bristol, sino un miembro del Parlamento” (Burke, 2006: 571).<sup>19</sup>

Además del mandato representativo, otro los axiomas del pensamiento liberal clásico es el llamado “principio de distinción” (Manin, 1998: 64), la idea de que “los representantes fuesen socialmente superiores a quienes les eligieran” en riqueza, talento y virtud. Según Bachrach (1973: 20), las teorías políticas elitistas se apoyan en dos supuestos básicos. El primero es que las masas son “intrínsecamente incompetentes”, y el segundo es que en el mejor de los casos las mayorías son “materia inerte y moldeable a voluntad, y en el peor, seres ingobernables y desenfrenados con una proclividad insaciable a minar la cultura y la libertad”. El elitismo liberal se alimenta de la creencia en la escasa capacidad intelectual y moral de las mayorías, caracterizadas por connotaciones negativas, como la impulsividad y la irracionalidad, que pueden conducir a la anarquía.

La creencia en la superioridad de los representantes como individuos prominentes y distinguidos puede encontrarse en los autores de *El federalista*. Los federalistas eran partidarios de una élite representativa que por gozar de sobresaliente sabiduría y prudencia estaba en condiciones de guiar a la sociedad por encima

19. La traducción es mía.

de los intereses particulares de las facciones, alejados del bien común y susceptibles de generar la ingobernabilidad de la democracia: “El propósito de toda constitución política es, o debería ser, en primer lugar, que los hombres obtengan gobernantes que posean la mayor capacidad para discernir y la mayor virtud para perseguir el bien común de la sociedad” (Hamilton, Madison y Jay, 1852: 263).

El principio de distinción, expresado en la antítesis entre élite y masa, pone de manifiesto la demofobia innata de la democracia liberal: el sufragio censitario, el desprecio de las mayorías, la desconfianza de la participación ciudadana, la valoración positiva de la apatía política y la puesta en marcha de dinámicas de despolitización y empobrecimiento de lo público son propios de diseños institucionales no interesados en disminuir la distancia entre representantes y representados.

Así, tal y como fue planteada en sus orígenes por los padres de la constitución estadounidense y por los revolucionarios franceses, la representación política no contemplaba el control de los representantes por los representados. Como forma de relación vertical entre electores y elegidos, la representación está estructurada sobre líneas abismales proyectadas para consolidar una élite virtuosa de representantes moral y socialmente distinta de la masa. Una élite de individuos o partidos que controla los procesos políticos y está protegida contra reivindicaciones provenientes del otro lado de la línea abismal, como el mandato imperativo o la revocación permanente de los representantes, que buscan reducir la distancia entre los representantes políticos y el conjunto de la ciudadanía. La cuestión es cómo superar la visión de que los representantes agotan el potencial de la democracia para reconocer como existentes a los representados y hacerlos copresentes en los mismos procesos, espacios y tiempos de gestión política. La imposibilidad de la copresencia entre gobernantes y gobernados es un rasgo constitutivo de la democracia de baja intensidad. Frente a esta imposibilidad, y en contra de la división abismal de los espacios políticos, desde el otro lado de la línea reivindican reducir esta brecha mediante el reconocimiento del derecho a la copresencia y a la credibilidad para intensificar la democracia experimentando nuevas relaciones entre representantes y representados.

### 2.3 Despotismos democráticos

Uno de los principales factores de la crisis de legitimidad de las democracias de baja intensidad es la combinación de democracia política y autoritarismo social.<sup>20</sup> Los actuales datos de pobreza y desempleo en los llamados PIGS (Portugal, Italia, Irlanda, Grecia y España) constatan la presencia en las democracias “avanzadas” europeas de formas abismales de desigualdad y exclusión vinculadas a las experiencias de producción de no existencia y exclusión radical.

La combinación entre democracia política y autoritarismo social hunde sus raíces en la dicotomía público-privado propia del pensamiento liberal. Al convertir el Estado en el reino de la política, el liberalismo abrió una escisión entre dos espacios en teoría recíprocamente excluyentes: el espacio público y el privado. Al espacio público se le atribuye una importancia central. Es el espacio de la ciudadanía, integrado en el contrato social, formado por “un grupo de individuos racionales, libres e iguales ante la ley, que conforman el sujeto por excelencia de la cosa pública y de la legitimación del poder” (Peschard, 2001: 24). El espacio privado, en cambio, está excluido del contrato social, libre de los formalismos y regulaciones del ámbito público y de la interferencia del Estado. Es el ámbito de lo familiar, lo doméstico y de la intimidad personal, que incluye las relaciones económicas.

Al circunscribir el poder al Estado, el liberalismo adoptó una perspectiva estatocéntrica y reduccionista del poder político que despolitizó los ámbitos privados en los que operan poderes (económicos, sociales, culturales) considerados no políticos. Todo un campo de prácticas despóticas<sup>21</sup> marcadas por desigualdades de poder tan extremas que la parte fuerte tiene la capacidad de imponer a la parte débil sus criterios y decidir unilateralmente lo que le conviene. El elemento débil adquiere la condición de siervo, definida por la obediencia, el sometimiento, la subordinación y la dependencia respecto a quien ejerce el poder autoritario. Así, el despotismo patriarcal o laboral fueron naturalizados e invisibilizados por la igualdad jurídica formal de todos los individuos ante la ley y el poder político, más allá de cuyos límites oficiales no se extiende el derecho, la democracia ni la ciudadanía.

20. Por autoritarismo social entiendo una forma de concebir y estructurar las relaciones sociales basada en la organización jerárquica y desigual. Dicha organización es instituida a partir de diferencias de clase, género, etnia, orientación sexual o edad, entre otras, tomadas como el fundamento de una clasificación social que identifica diferencia con desigualdad y produce inferioridad social naturalizando jerarquías que atribuyen a ciertos grupos determinados “lugares” en la sociedad.

21. La etimología de la palabra “déspota” proviene del griego *despótes* (Corominas y Pascual, 1980: 478), que significa dueño, señor de algo o alguien sobre el que se ejerce un dominio arbitrario y una autoridad absoluta. El déspota es una figura relevante de la sociedad y la política griegas. Es el dueño absoluto de sus bienes, de las personas que dependen de él para sobrevivir (esclavos, mujeres, hijos y familiares) y de los animales que utiliza para mantener sus propiedades. La característica principal del déspota es ser el autor único y exclusivo de las reglas que rigen la vida familiar. Para Aristóteles (2000, I, 1252a), el poder

despótico es arbitrario porque emana exclusivamente de la voluntad y las necesidades del déspota. Locke (1981: 132) afirma que es un “poder absoluto y arbitrario” ejercido contra la persona o grupo que se desea dominar, hasta el grado de poder privar al dominado del derecho a la vida. El poder despótico equivale a la declaración de un “estado de guerra”, que Locke (1981: 14) describe como una situación de enemistad, “de odio y destrucción” entre quien domina y quien es dominado. La figura opuesta es el esclavo (*doulós*). Su etimología procede del verbo griego *dokein*, que significa estar sometido al poder y servicio de otro, lo que pone de manifiesto su naturaleza sumisa y dependiente.

22. Tilly (2010: 234) considera un régimen democrático en la medida en que “las relaciones políticas entre el Estado y sus ciudadanos se caractericen por la consulta amplia, igual, protegida y mutuamente vinculante”. Identifica los fenómenos de desdemocratización social y política con los procesos que erosionan la ciudadanía, promueven la desigualdad social y obstaculizan el

La democracia se enfrenta hoy a un déspota suprasoberano, a nuevos “poderes privados neofeudales” (Domènech apud López Arnal, 2007: 113) que actúan a escala local y global: el neoliberalismo incrustado en las principales instituciones económicas, políticas y financieras mundiales. Bajo la creencia de que la libertad del mercado y sus principios traerán el mejor resultado para la humanidad, el despotismo neoliberal impone condiciones políticas, sociales y económicas que van en la línea de expropiar derechos, dismantelar el sector público, destruir el medio ambiente y desmovilizar a la población. Y todo ello mediante la democracia parlamentaria, orientada por las lógicas de la desregulación, la privatización y la mercantilización.

Este fenómeno ha supuesto la aparición de nuevas formas de autoritarismo social articuladas en torno a un proceso de desdemocratización de la democracia representativa y sus instituciones. No en vano diferentes teóricos sociales hablan de un escenario caracterizado por el predominio de los “procesos de desdemocratización”,<sup>22</sup> por el auge de un “fascismo social” y financiero,<sup>23</sup> la presencia de “enclaves autoritarios”<sup>24</sup> o la transición hacia una “democradura” (Santos, 2011). Más allá de sus diferencias, estas categorías de análisis destacan la multiplicidad de despotismos dispersos en la sociedad que conviven con los principios formales de la democracia liberal. De ahí que tales relaciones despóticas sean calificadas provocativamente de “democráticas”. Veamos algunos ejemplos.

La usurpación (a menudo con la connivencia del Estado) de competencias estatales por poderes privados (agencias de calificación, bancos, empresas transnacionales, entre otros) que tienen la capacidad de imponer las reglas de juego y decidir despóticamente sobre aspectos que afectan a la vida de las personas. Situación que puede observarse en las condiciones que el magnate estadounidense Sheldon Adelson, promotor de Eurovegas en España, exige a las administraciones públicas, que implican reformas regresivas en la legislación de extranjería, fiscal y laboral. Es una manifestación del “fascismo paraestatal” identificado por Santos (2005b: 354).

La ausencia de mecanismos democráticos de control y regulación de los mercados financieros especulativos, lo que supone la permisividad con los paraísos fiscales y da alas al blanqueo, la fuga de capitales y la falta de transparencia en las grandes operaciones financieras.

La corrupción, la opacidad en la toma de decisiones y el escaso control ciudadano de los políticos y de las políticas públicas.

La enorme cantidad de dinero público destinada al rescate de bancos privados, hecho que contrasta con los recortes de derechos sociales y económicos, justificados con la retórica de la austeridad. Se habla de “medidas dolorosas pero necesarias”, de “reformas ineludibles” y de “sacrificios colectivos”, eufemismos para disimular el despido de trabajadores, la congelación de pensiones o la degradación de servicios públicos como la sanidad o la educación. Las políticas de austeridad son la expresión más cruda y actual de los mencionados procesos de desdemocratización en Europa, pues suponen la vigencia encubierta de un Estado de excepción democrática en al menos cuatro aspectos: 1) los gobiernos dicen ser los garantes de los regímenes constitucionales, pero en la práctica las constituciones están suspendidas por derogación informal de normas, derechos y garantías constitucionales. 2) Se aprueban sin debate ni consulta pública memorandos internacionales que alienan la soberanía popular. 3) Las promesas electorales son violadas con impunidad. 4) Por encima del bien común predomina la protección de los “derechos” de los acreedores y la defensa de los intereses y privilegios privados.

La agudización de las desigualdades sociales y territoriales derivadas de las transformaciones económicas y sociales generadas por la globalización neoliberal, que han abierto una brecha cada vez mayor entre los países del Norte y los del Sur. *El Informe sobre Desarrollo Humano 2005* revelaba un dato ilustrativo de las tendencias económicas de nuestro tiempo: el ingreso total de los 500 individuos más ri-

establecimiento de mecanismos vinculantes de consulta ciudadana.

23. Santos (2005b: 14; 2009: 174) define el fascismo social como un régimen social caracterizado por la vigencia de un marco democrático liberal en el que se producen relaciones profundamente desiguales de poder, influencia y capital y donde un pequeño grupo dispone de poder de veto sobre la vida de las mayorías. Sobre la modalidad de fascismo social llamada fascismo financiero, véase Santos (2010b).

24. Garretón (1990) los concibe como el conjunto de elementos institucionales (normativos, constituciones y legislativos), actorales (grupos que no respetan el juego democrático), socioculturales (actitudes y valores que dificultan la participación democrática) y ético-simbólicos (problemas relativos a violaciones de derechos humanos) que obstruyen o impiden los procesos de democratización social, dirigidos a potenciar la igualdad efectiva y la participación ciudadana.

cos del mundo era entonces superior al ingreso de los 416 millones más pobres del planeta (PNUD, 2005: 4-5).

Las metamorfosis en el mundo del trabajo (deslocalizaciones productivas, zonas francas para atraer capitales, mano de obra con apenas derechos, etc.) han llevado a miles de personas a trabajar en infiernos laborales. Es el caso de las maquilas centroamericanas. Sometidas a interminables jornadas laborales, con salarios ínfimos y condiciones de trabajo deplorables. En un entorno de crisis económica, el trabajo, lejos de ser un factor de inclusión social y generación de ciudadanía, se convierte en un bien escaso, lo que obliga a la mano de obra a aceptar cualquier empleo y prácticamente bajo cualquier condición.

El secuestro de la democracia, y por tanto de la soberanía popular, por el sector financiero, que a través de la troika (Fondo Monetario Internacional, Banco Central Europeo y Comisión Europea) impone un despotismo tecnocrático al investir con el título y el poder de “virreyes” (Monti en Italia, Draghi en el BCE y Papademos en Grecia) a ejecutivos de Goldman Sachs, aunque también ocurre algo parecido en Estados Unidos, donde quienes tuvieron responsabilidad directa en la crisis ocupan puestos relevantes de la política económica.

#### 2.4 Democracia política vacía

“Toda la historia de la democracia representativa es la del vaciamiento de la democracia popular”. Con esta declaración, Juan Carlos Monedero (2012) señala el proceso de vaciamiento de contenido sustantivo de la democracia liberal desde sus orígenes. Por vaciamiento de la democracia entiendo su reducción a alguno de los siguientes aspectos: 1) a un concepto político estático desvinculado de procesos históricos y sociales; 2) a un valor político intrínseco y exclusivo de Occidente; 3) a un sistema de organización política definitivo, irreversible e universalizable (al estilo de Fukuyama) consistente en una mera “técnica de control político” (Roitman, 2005: 164) con ciertos procedimientos para la

elección periódica de políticos profesionalizados y la alternancia de élites en el gobierno.

El vaciamiento democrático suele apoyarse en una visión abstracta, occidentecéntrica e instrumental de la democracia que la convierte en una técnica de gestión sin contenido económico, ético y social. El vaciamiento se traduce en la pérdida de alcance, densidad e impacto real de los procesos de democratización. Su consecuencia inmediata es el escaso control ciudadano de los representantes y la incapacidad de la democracia para ponerse al servicio de la transformación social.

Santos y Avitser (2004c: 37 y ss.) elaboran una genealogía del vaciamiento de la democracia representativa a partir del análisis de la llamada “concepción hegemónica de la democracia”, un cuerpo heterogéneo de doctrinas sobre el significado de la democracia y la participación política desarrolladas a lo largo de la modernidad occidental y cuya versión más influyente (el elitismo democrático) se consolida durante el periodo de entreguerras del siglo XX. La concepción hegemónica de la democracia se alimenta de las reflexiones de teóricos como, entre otros, Max Weber, Hans Kelsen, Joseph Schumpeter, Norberto Bobbio, Robert Dahl, Giovanni Sartori y Anthony Downs. Aunque presenta diferentes versiones, las concepciones minimalistas, procedimentalistas o elitistas que la forman comparten un enfoque normativo de la democracia que suele incurrir en la llamada falacia electoralista - la equiparación de elecciones relativamente libres y universales con la democracia (Schmitter y Karl, 1996: 52) - y se caracterizan por la preferencia por un conjunto de mecanismos institucionales (Parlamento, constitución, sufragio universal, elecciones competitivas, etc.) inscritos en la teoría política liberal.

Desde esta órbita, Bobbio (1986: 21) define la democracia como:

“Método de legitimación y de control de las decisiones políticas en sentido estricto, o de “gobierno” propiamente dicho, tanto nacional como local, donde el individuo es tomado en consideración en su papel general de ciudadano y no en la multiplicidad de sus papeles específicos de feligrés de una iglesia, de trabajador, de estudiante, de soldado, de consumidor, de enfermo, etc.” (Bobbio, 1986: 21).

25. La traducción es mía.

En la misma línea, Schumpeter (1961: 291) la concibe como “un cierto tipo de arreglo institucional para tomar decisiones políticas y, en razón de ello, incapaz de ser un fin en sí misma”.<sup>25</sup> Hayek, (2007: 103), por su parte, la define como “un medio, un expediente utilitario para salvaguardar la paz interna y la libertad individual”.

El máximo de conciencia democrática posible de la concepción hegemónica puede observarse en el informe de la Comisión Trilateral sobre la gobernabilidad de las democracias (1975). Según los autores, “la expansión democrática de la participación y compromiso políticos han creado una ‘sobrecarga’ en el gobierno” (Crozier, Huntington y Watanki, 1977-78: 379), produciendo la ingobernabilidad de los regímenes democráticos, por lo que recomiendan restricciones de la participación popular. El “exceso de democracia” (*ibid.*,: 385) aumenta los conflictos sociales, pone en riesgo la continuidad del sistema y genera un exceso de demandas sociales que el Estado es incapaz de satisfacer.

Sometida desde la década de los ochenta a gobiernos y políticas de signo neoliberal, la democracia representativa se ha convertido en un mercado electoral en el que compiten opciones políticas subordinadas a los grandes poderes económicos. Son las “democracias de libre mercado” (Borón, 2000: 184) que reproducen lógicas abismales. En ellas las decisiones políticas, separadas de los procesos democráticos de formación de voluntades y de los intereses sociales en juego, son transferidas a sectores no elegidos, permitiendo desdemocratizar la política y la sociedad sin salirse del sistema. De esta manera, la democracia representativa es usada instrumentalmente para vaciarla, deslegitimarla y ponerla al servicio de oligarquías plutocráticas ocultas tras procedimientos retóricamente democráticos.

## 2.5 Ciudadanías de baja (y bajísima) intensidad

La democracia de baja intensidad tiene su correlato en la “ciudadanía de baja intensidad” (O’Donnell, 1993), una de las manifestaciones más crudas del pensamiento político y jurídico abismal. La ciudadanía de baja intensidad se inspira en los planteamientos de Marshall (1997: 312), que define la ciudadanía como “un status que se otorga a los que son miembros de pleno derecho

de una comunidad” territorial y política. Según Marshall (1997: 302-303), la ciudadanía se compone de tres dimensiones complementarias: 1) la dimensión civil, formada por “los derechos necesarios para la libertad individual (libertad de la persona, libertad de expresión, de pensamiento y de religión, el derecho a la propiedad, a cerrar contratos válidos, y el derecho a la justicia)”;

2) la dimensión política, “el derecho a participar en el ejercicio del poder político como miembro de un cuerpo investido de autoridad política, o como elector de los miembros de tal cuerpo”; y 3) la dimensión social, que incluye un amplio catálogo de beneficios, “desde el derecho a un mínimo de bienestar económico y seguridad al derecho a participar del patrimonio social y a vivir la vida de un ser civilizado conforme a los estándares corrientes en la sociedad”. Marshall concibe la ciudadanía fundamentalmente como un receptáculo de derechos individuales que el Estado debe garantizar. El ejercicio de la ciudadanía se traduce en la posesión y disfrute de derechos legalmente reconocidos por el Estado. Se trata de una “ciudadanía de derechos” (Capella, 2002: 23) situada en la perspectiva del liberalismo.

Desde un punto de visto crítico, Capella (1993) relaciona la construcción de ciudadanía de baja intensidad con el concepto de servidumbre, basado en relaciones jerárquicas de obediencia y subordinación. Las democracias liberales promueven una ciudadanía sierva, sujetos formalmente ciudadanos pero prácticamente súbditos. De este modo, los ciudadanos de baja intensidad gozan del reconocimiento jurídico de derechos, pero disponen de escasa capacidad para ejercerlos, presentan un elevado grado de desafección, desconfianza y apatía política, adolecen de una limitada capacidad de autodecisión y de un débil control sobre la función pública. Las democracias de baja intensidad refuerzan una concepción de la ciudadanía cada vez más restringida al ejercicio de la ciudadanía electoral:

“Los ciudadanos no deciden ya las políticas que presiden su vida. El valor o pérdida de valor de sus ahorros, las condiciones en que serán tratados como ancianos o las que reunirá su lecho de muerte, sus ingresos, el alcance de sus pensiones de jubilación, la viabilidad de las empresas en las que trabajan, la calidad de los servicios de la ciudad que habitan, el funcionamiento del correo,

las comunicaciones y los transportes estatales, los impuestos que soportan y su destino. Todo ello es producto de decisiones en las que no cuentan, sobre las que no pesan, adoptadas por poderes inasequibles y a menudo inubicables. Que golpean con la inevitabilidad de una fuerza de la naturaleza” (Capella, 1993: 136).

Tener derecho a votar en un contexto marcado por la desigualdad social y económica estructural, la pobreza, la marginación y la exclusión social no implica volverse plenamente ciudadano. La globalización neoliberal y la actual crisis económico-financiera están propiciando la transición del “estatuto de ciudadanía al de lumpen-ciudadanía” (Santos, 2004d: 18). Amplios colectivos sociales a los que se les reconoce el estatus ciudadano están siendo desposeídos de la ya de por sí frágil ciudadanía de baja intensidad en pro de una ciudadanía de bajísima intensidad. Estos grupos heterogéneos (trabajadores, desempleados, estudiantes, desahuciados, entre otros) están cayendo en el abismo que los conduce directamente al otro lado de la línea abismal, el espacio de la infraciudadanía donde habitan los invisibles que forman parte de la “sociedad civil incivil” (Santos, 2003b: 25), un contingente de seres deshumanizados declarados “inútiles para el mundo” (Castel, 2004: 465), sujetos empobrecidos, inferiorizados por su condición social, sin voz, expropiados de sus derechos (económicos, sociales, culturales e incluso en algunos casos civiles y políticos) y sin ningún poder real de decisión.

## Conclusiones

La democracia representativa occidental es producto del pensamiento abismal moderno, que consagra formas coloniales de institucionalidad y sociabilidad que dividen ontológicamente la realidad en dos zonas antagónicas: la de lo humano y la de lo no humano, infrahumano o subhumano. Las definiciones de lo no humano están relacionadas con la producción de invisibilidad y exclusión, fenómenos en los que las democracias representativas tienen una responsabilidad directa al consolidar una cultura política articulada en torno a democracias individualistas, elitistas, en las que el distanciamiento entre los políticos y la ciudadanía se incrementa, que valoran positivamente la apatía política, conviven con espacios despóticos de apropiación y violencia,

comparten el poder con fuerzas no elegidas al margen del Estado, promueven la profesionalización de la política y conducen al vaciamiento de la propia democracia. Lo que supone un estímulo para un cambio de radical de mirada que asuma el doble reto de transgredir la cartografía abismal delineada y construir, desde las perspectivas democráticas situadas del otro lado de la línea, formas postabismales de conocimiento, política y sociedad.

## Bibliografía

**Aristóteles** (2000), *Política*, Gredos, Madrid.

**Ashcroft**, B. et al. (1995), “*Universality and difference*”, en Ashcroft, B., Griffiths, G. y Tiffin, H. (eds.) (1995), *The Post-Colonial Studies Reader*, Routledge, Londres, 53-56.

**Auat**, A. (2011), *Hacia una filosofía política situada*, Waldhuter editores, Buenos Aires.

**Bachrach**, P. (1973), *Crítica de la teoría elitista de la democracia*, Amorrortu, Buenos Aires.

**Bauman**, Z. (2005), *Vidas desperdiciadas. La modernidad y sus parias*, Paidós, Barcelona.

**Bobbio**, N. (1986), *El futuro de la democracia*, Fondo de Cultura Económica, México D. F.

**Borón**, A. (2000), *Tras el búho de Minerva. Mercado contra democracia en el capitalismo de fin de siglo*, Fondo de Cultura Económica/CLACSO, Buenos Aires.

**Burke**, E. (2006), “Discurso a los electores de Bristol”, en Molina Bentancur, C. et al., *Derecho constitucional general*, Universidad de Medellín, Medellín, 569-572.

**Butler**, J. (2010), *Marcos de guerra: las vidas lloradas*, Espasa, Madrid.

– (2011), *Violencia de Estado, guerra, resistencia. Por una nueva política de la izquierda* + “Las categorías nos dicen más sobre la necesidad de categorizar los cuerpos que sobre los cuerpos mismos” (entrevista de D. Gamper Sachse), Katz, Madrid.

**Capella**, J. R. (1993), *Los ciudadanos siervos*, Trotta, Madrid.

– (2002), “La ciudadanía de la cacotopía. Un material de trabajo”, *El vuelo de Ícaro. Revista de derechos humanos, crítica política y análisis de la economía*, 2-3, 7-31.

**Castel, R.** (2004), *La metamorfosis de la cuestión social. Una crónica del salario-do*, Paidós, Buenos Aires.

**Collier, D.** y Levitsky, S. (1997), “Democracy With Adjectives: Conceptual Innovation in Comparative Research”, *World Politics*, 49 (3), 430-451.

**Corominas, J.** y Pascual, J. A. (1980), *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*, vol. II, Gredos, Madrid.

**Crozier, M.**, Huntington, S. y Watanki, J., (1977-78), “Informe del Grupo Trilateral sobre la Gobernabilidad de las Democracias al Comité Ejecutivo de la Comisión Trilateral”, *Cuadernos Semestrales. Estados Unidos. Perspectiva Latinoamericana*, 2-3, 377-397.

**Dahl, R.** (1971), *Polyarchy: Participation and Opposition*, Yale University Press, New Haven.

**Fanon, F.** (1963), *Los condenados de la tierra*, Fondo de Cultura Económica, México D. F.

**Foucault, M.** (1994), *Microfísica del poder*, Planeta-De Agostini, Barcelona.

**Fukuyama, F.** (1990), “¿El fin de la Historia?”, *Estudios Públicos*, 37, 5-37.

**García Linera, Á.** (2003), “Movimientos sociales y democratización política”, en Salazar Pérez, R., Sandoval Forero, E. y de la Rocha Almazán, A. (coords.), *Democracias en riesgo en América Latina*, LibrosEnRed, México, 139-206.

**Gargarella, R.** (2002), “Ni política ni justicia: sobre los déficits de nuestro sistema institucional”, *Revista Aportes para el Estado y la Administración Gubernamental*, 19, 1-8.

**Garretón, M. A.** (1990), “Las condiciones socio-políticas de la inauguración democrática en Chile”, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), Documentos de Trabajo, núm. 444, 1-36.

**Hamilton, A.**, Madison, J. y Jay, J. (1852), *The Federalist, on the New Constitution: written in 1788*, Masters, Smith & Co., Hallowell.

**Harvey, D.** (2004), *El nuevo imperialismo*, Akal, Madrid.

**Hayek, F.** (2007), *Camino de servidumbre*, Alianza Editorial, Madrid.

**Hobsbawn, E.** (2001), *La era de la revolución, 1789-1848*, Crítica, Barcelona.

**Huntington, S.** (1994), *La tercera ola. La democratización a finales del siglo XX*, Paidós, Barcelona.

**Innerarity, D.** (2006), *El nuevo espacio público*, Espasa, Madrid.

- Locke, J.** (1981), *Ensayo sobre el gobierno civil*, Aguilar, Madrid.
- López Arnal, S.** (2007), “La irrupción de la fraternidad. Entrevista político-filosófica a Antoni Domènech”, en López Arnal, S. (ed.), *Entrevistas del Viejo Topo*, 92-117.
- Lummis, D.** (2002), *Democracia radical*, Siglo XXI, México.
- Manin, B.** (1998), *Los principios del gobierno representativo*, Alianza Editorial, Madrid.
- Marshall, T.** (1997), “Ciudadanía y clase social”, *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 79, 297-344.
- Marx, K.** (1982), *Obras fundamentales. Tomo I: Marx. Escritos de juventud*, Fondo de Cultura Económica, México.
- Monedero, J. C.** (2012), “El 15-M ha dinamitado una falsa democracia y nos deja ante nuestra propia libertad”, entrevista de J. L. Argüelles, *La nueva España*, 27-10-2012, disponible en <<http://www.lne.es/gijon/2012/10/27/15-m-dinamitado-falsa-democracia-deja-propia-libertad/1317884.html>> [fecha de consulta: 25-10-2012].
- Nun, J.** (2002), *Democracia: ¿Gobierno del pueblo o gobierno de los políticos?*, Siglo XXI, Madrid.
- O'Donnell, G.** (1993), “Estado, democratización y ciudadanía», *Nueva Sociedad*, 128, 62-87.
- Pateman, C.** (1985), *The Problem of Political Obligation. A Critique of Liberal Theory*, University of California Press, Berkeley.
- Peschard, J.** (2001), *La cultura política democrática*, Instituto Federal Electoral, México.
- PNUD** (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo) (2002), *Informe sobre desarrollo humano 2002. Profundizar la democracia en un mundo fragmentado*, Mundi-Prensa Libros, Madrid.
- (2005)**, *Informe sobre desarrollo humano 2005. La cooperación internacional ante una encrucijada: ayuda al desarrollo, comercio y seguridad en un mundo desigual*, Mundi-Prensa Libros, Madrid.
- Quijano, A.**, (1993), “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina”, en Lander, E. (comp.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*, CLACSO, Buenos Aires, 201-246.
- **(2001)**, “Colonialidad del poder, globalización y democracia”, en *VVAA, Tendencias básicas de nuestra época: globalización y democracia*, Instituto de Estudios Diplomáticos e Internacionales Pedro Gual, Caracas, 25-61.

**Robinson**, W. I. (1996), *Promoting Polyarchy: Globalization, US Intervention, and Hegemony*, Cambridge University Press, Cambridge.

**Roitman**, M. (2005), *Las razones de la democracia en América Latina, Siglo XXI*, México.

**Santos**, B. S. (2001), “Toward an Epistemology of Blindness: Why the New Forms of ‘Ceremonial Adequacy’ neither Regulate nor Emancipate”, *European Journal of Social Theory*, 4 (3), 251-279.

**(2003a)**, *Crítica de la razón indolente. Contra el desperdicio de la experiencia. Para un nuevo sentido común: la ciencia, el derecho y la política en la transición paradigmática*, Desclée de Brouwer, Bilbao.

**(2003b)**, “Poderá o direito ser emancipatório?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, 3-76.

**(2004a)**, *Democracia de alta intensidad: apuntes para democratizar la democracia*, Cuadernos de Diálogo y Deliberación, 5, Corte Nacional Electoral, La Paz.

–, **Meneses**, M. P. y **Nunes**, J. (2004b), “Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo”, en Santos, B. S. (org.), *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*, Afrontamento, Porto, 19-101.

y **Avritzer**, L. (2004c), “Introducción: para ampliar el canon democrático”, en Santos, B. S. (coord.), *Democratizar la democracia: los caminos de la democracia participativa*, Fondo de Cultura Económica, México, 35-74.

**(2004d)**, *Reinventar la democracia, reinventar el Estado*, Abya-Yala, Quito.

**(2005a)**, *Foro Social Mundial: manual de uso*, Icaria, Barcelona.

**(2005b)**, *El milenio huérfano. Ensayos para una nueva cultura política*, Trotta/ILSA, Madrid.

**(2006)**, *Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social (encuentros en Buenos Aires)*, CLACSO, Buenos Aires.

**(2007a)**, “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46.

**(2007b)**, “Globalización y democracia”, *Archipiélago*, nº 73-74, 111-125.

**(2009)**, *Una epistemología del Sur: la reinención del conocimiento y la emancipación social, Siglo XXI/CLACSO*, México.

**(2010a)**, *Refundación del Estado en América Latina. Perspectivas desde una Epistemología del Sur*. Lima: IIDS-IILS y Programa Democracia y Transformación Global.

**(2010b)**, “El fascismo financiero”, *Rebelión*, 13-05-2010, disponible en <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=105755>> [fecha de consulta: 11-10-2012].

**(2011)**, “Tercera carta a las izquierdas”, *Rebelión*, 23-12-2011, disponible en <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=141811>> [fecha de consulta: 12-11-2012].

**(2012)**, Portugal. *Ensaio contra a autoflagelação*, Almedina, Coimbra.

**Schmitter** Ph. C. y Karl T. L. (1991), “What Democracy Is... And Is Not”, en Diamond, L. y Plattner, M. (eds.), *Global Resurgence of Democracy*, John Hopkins University, Baltimore, 49-62.

**Schumpeter**, J. A. (1961), *Capitalismo, socialismo e democracia*, Fundo de Cultura/OrdemLivre.org, Rio de Janeiro.

**Tilly**, Ch. (2010), *Democracia*, Akal, Madrid.

**Touraine**, A. (1994), *¿Qué es la democracia?*, Temas de Hoy, Madrid.

**Wallerstein**, I. (2001), “Democracy, Capitalism and Transformation”, ponencia presentada en *Documenta 11*, Viena, 16 de marzo, disponible en <<http://www2.binghamton.edu/fbc/archive/iw-vien2.htm>> [fecha de consulta: 10-11-2012].

**Wolin**, Sh. (2008), *Democracia S. A. La democracia dirigida y el fantasma del totalitarismo invertido*, Katz, Barcelona.



## III. Representação de quê?

João Paulo Neves da Silva

Como tópico de central importância nas artes e nas ciências, a representação origina problemas conceptuais semelhantes em ambos os campos, largamente desconhecidos da maioria da sociedade. Com o ambicioso objetivo de explicarem a realidade e a vida, as artes de encenação e as ciências exatas vivem permanentemente num deambulo entre a mimetização e a abstração, enquanto vão tentando encontrar a sua verdadeira identidade no seio do mundo a que pertencem.

Na sua contribuição para a discussão do tema, Fernando Mora Ramos falou-nos inicialmente da sua experiência profissional enquanto ator, diretor artístico e encenador no Teatro da Rainha, como ponto de partida para uma reflexão sobre o que é a encenação e de como a mesma foi evoluindo ao longo dos tempos desde uma perspectiva isomórfica e imitativa da vida para uma visão crítica, e abstrata das relações humanas, bem patente no trabalho de Bertolt Brecht, um dos pais do teatro épico.

Esta mesma dicotomia é igualmente visível no domínio da ciência, onde uma ciência fundamental que procura compreender os mecanismos das leis naturais através da replicação e reprodução da realidade contrasta com uma ciência aplicada que procura desenvolver novos conceitos abstratos e criativos para a resolução de situações reais.

A dualidade mimetização/abstração na ciência e no teatro também se estende à relação de ambas as áreas com o público, sendo particularmente interessante analisar a conflitualidade que determinado tipo de representações podem provocar no seu público-alvo. Fernando Mora Ramos abordou esta temática dentro da sua vasta experiência enquanto ator de variadas peças dramáticas que provocaram diferentes reações em plateias distintas.

João Neves desenvolveu o tema dissertando sobre a conflituosa relação entre representação, ciência e o mundo. Numa sociedade cada vez mais globalizada onde a democratização do conceito

de representação científica ameaça colocar em causa a independência da comunidade científica, faz ainda assim sentido falar num futuro da representação científica como ferramenta para o conhecimento do mundo, do desenvolvimento da sociedade e crescimento do homem.

Daniel Cunha, não esteve presente na sessão - Fernando Mora Ramos veio substituí-lo - mas redigiu o artigo que se junta também no final deste capítulo.

## Representação

Fernando Mora Ramos

Sobre o cruzamento de conceitos e sua aplicabilidade a actividades artísticas ou científicas verifica-se que tanto é verdade a cientificidade de formas artísticas quanto a “artisticidade” das fórmulas científicas. Nos exemplos apresentados neste tema da representação, portanto relativos às linguagens da arte, no caso o teatro, e da ciência, no caso a nano-tecnologia (ciência aplicada portanto), se pode dizer que encontramos *démarches*, trajectos e procedimentos, que se cruzam por, por assim dizer, realizarem caminhos que sendo inversos nos pontos de partida, acabam por convergir na busca comum de um esforço de clarividência dos seus modos de exposição, da sua relação a terceiros.

Se na ciência, fórmulas, números, estatísticas, equações se materializam em formas plásticas e pictóricas num desejo de síntese - desenho meio abstracto mas ao mesmo tempo forma meio surreal, o estranho animal resultante de umas dadas combinações formais e cromáticas, que o João Neves apresentou - já no teatro a teoria do estranhamento é justamente a presença na imagem - corpos em relação num contexto visivo acústico e objectual - de um “*gestus*” que a desnaturaliza procura que a imagem se dessacralize e se apresente como matéria conceptual a partir da sua condição figurativa - a imagem é claro, é mais complexa, pois tendo uma dimensão predominantemente figurativa pela presença dos corpos pode materializar, tanto na sua condição interdisciplinar como na trabalho dos corpos uma materialidade que encaminha os modos de ver para a abstracção.

Assim sendo, na linguagem científica, em que a dimensão dos fenómenos de que a experimentação se faz a caminho de novas invenções úteis ou da revelação de desconhecidos, encontramos beleza na medida, nos elementos da própria linguagem e nas maquetas e figurações que a traduzam, que têm uma condição figurativa e objectual própria - semelhante à pintura ou à escultura animada, por exemplo, como um protótipo pode ser (pensemos no robot “*curiosity*” - curioso nome, pela simplicidade, para me-

cânica tão complexa -, na sua descida em Marte e numa espécie de jogo elementar que materializa, velocidade inacreditavelmente lenta, observação do solo e de acidentes no solo de Marte como e reacções típicas de um actor mecânico na infância de um tipo de jogo, de uma vocação lúdico-científica que encanta a assembleia fascinada de cientistas que o fez como quem olha um boneco a pilhas na sua sala de estar) já na arte, no caso do teatro, o princípio contraditório da articulação de elementos de linguagem sensíveis e estruturalmente capazes de conduzir a emoções profundas, com outros elementos que são de teor racional e não sensacional, desprovidos de “aura”, “desfetichizados”, apontam para essa condição dupla da linguagem artística, por um lado emociona fazendo pensar, por outro, faz pensar emocionando e faz as duas coisas imbricadamente.

Não nos esqueçamos entretantos que nesta relação razão/emoção, a dimensão cognitiva, a experiência de laboratório mental assembleístico que se cria na tensão cena/sala e nos seus vaivéns específicos é, em si, um dispositivo de emergência do que, não pensado, se possa pensar e do que pensado se possa repensar. Se este tipo de produção de sentido, de pensamento, não é ciência, não se pode dizer que não seja, pela sua estrutura própria, pelo seu dispositivo específico, um modo profundamente sensível - e de prazer - de escrutinar o real e de imaginar os impossíveis, sendo portanto um modo de tornar os ocultos objecto de clarividência.

## Representação, ciência e o mundo

João Paulo Neves da Silva

### I. Representação em Ciência: Teoria versus Modelo

A maneira como percebemos a realidade materializa-se na representação que dela fazemos. Não é, pois, de estranhar que o conceito de representação seja tão vasto quanto a multiplicidade de pessoas que o aplicam. Para a ciência, cujo objetivo ulterior é permitir uma representação explicativa do mundo, dos seus elementos e interações, a representação tanto pode assumir uma perspectiva mais exata e racional, como um carácter mais abstrato e transcendente. É esta aparente dualidade e contradição de conceitos que tanto tem fascinado cientistas e filósofos ao longo dos tempos, levando a múltiplas visões do que se entende ser representação em ciência.

Muito embora já tivesse sido abordada superficialmente nos séculos anteriores, a problemática da representação em ciência apenas surge tratada de uma forma sistemática a partir das décadas de 1910/20. Fortemente influenciados pelo positivismo lógico do “Círculo de Viena” e do “Grupo de Berlim”, os filósofos da ciência do início de século XX definem inicialmente a representação científica como uma mera produção literária de um determinado assunto numa locução formal e concisa<sup>1</sup>. A representação científica é assim vista como um sinónimo de teoria científica, servindo como um simples instrumento escrito que permite a compreensão das várias facetas da realidade. Esta “visão sintática da teoria” rejeita os modelos científicos e atribui-lhes carácter de inutilidade visto não os considerar essenciais para a aplicação bem-sucedida do enunciado teórico.

O poder central atribuído à escrita na formulação da teoria começa então ser questionado, reclamando-se por uma maior atenção a ser dada aos modelos científicos. No seguimento desta nova ideologia, emerge em 1970 a “visão semântica da teoria”, que define a representação científica como sendo uma coleção de modelos e não frases, em que os modelos têm um papel central na definição da própria teoria<sup>2</sup>. Deste modo, as representações

1. R. Frigg, M.C. Hunter, (2010), “Beyond Mimesis and Convention: Representation in Art and Science”, 1st Edition, Springer Verlag, Berlin, Germany, pp. 264.

2. E.M. Grosholz, (2007), “Representation and Productive Ambiguity in Mathematics and the Sciences”, 1st Edition, Oxford University Press, New York, U.S.A., pp. 250.

3. S. Okasha, (2002), "Philosophy of Science: A Very Short Introduction", 1st Edition, Oxford University Press, New York, U.S.A., pp. 160.

científicas materializam-se através de figuras que demonstram alvos, gráficos que demonstram dados, equações que demonstram equivalências, maquetes que demonstram estruturas ou mapas que demonstram espaços.

Todas estas entidades, por sua vez, combinam-se de modo particular para comprovarem e justificarem cada teoria formulada. Perante isto, o desafio que se coloca é o de escolher os modelos ou grupos de modelos que melhor possam fundamentar cada teoria e definir os critérios que permitam considerar um modelo mais representativo do que outro. Esta decisão deve assentar não apenas na natureza do modelo em si, mas também no carácter de veracidade do modelo face ao pressuposto teórico por ele representado.

É através destes mesmos modelos científicos e aplicado o método científico, que os cientistas conseguem desenvolver uma lógica de justificação das teorias produzidas. Cria-se assim uma ciência que se fundamenta a si mesma, que é tendencialmente autónoma, que não possui quaisquer ambições de validade universal e que se reflete na própria humanidade, na medida que todos os processos e ferramentas utilizadas na comunidade científica acabam por ser transpostos de modo similar na sociedade através da tecnologia<sup>3</sup>.

## **II. Ciência da Representação: Realismo versus Antirrealismo**

Cientes da definição abrangente que um modelo científico pode ter enquanto representação do conhecimento, os filósofos da ciência cedo se deparam com outro problema decorrente da própria realidade. Podendo a realidade ser dividida em entidades observáveis (água, terra, seres vivos) e entidades inobserváveis (elétrões, quarks, leptões), como poderá a ciência fornecer modelos representativos de algo que nunca foi diretamente observado? E se parte da realidade for efetivamente inobservável, como poderemos nós ter a certeza que ela realmente exista e seja verdadeira?

A problemática criada em torno desta questão deu origem a duas correntes filosóficas distintas: o realismo e o antirrealismo cien-

tífico. Enquanto o realismo considera o modelo científico como universal e aplicável a todos os elementos da realidade (observáveis ou não)<sup>4</sup>, o antirrealismo argumenta que o modelo científico apenas pode ser aplicável a entidades observáveis, por serem as únicas cuja existência pode ser comprovada<sup>5</sup>. Esta polémica disputa tem-se arrastado até aos dias de hoje, sendo o palco de numerosa contra-argumentação em prol de cada uma das posições.

Realistas defendem-se dos seus oponentes argumentando que o conhecimento não está limitado às faculdades de observação do ser humano. A comprová-lo, está o facto de algumas das melhores teorias científicas alguma vez desenvolvidas como a teoria geral da relatividade (Albert Einstein, 1915), a teoria quântica (Max Born, 1925) ou a teoria do “Big Bang” (George Gamow, 1948) serem baseadas em entidades inobserváveis. E sendo uma evidência que tais teorias nunca foram desmentidas ou contrariadas pelos avanços tecnológicos produzidos ao longo de décadas, significa que os modelos científicos que estão por detrás da sua formulação serão eles próprios também provavelmente verdadeiros.

Inconformados com esta visão, os antirrealistas reiteram que o conhecimento apenas pode ser gerado a partir do mundo visível. “Ficções úteis” é o nome que atribuem às entidades inobserváveis retratadas por certos modelos científicos, uma vez que são elementos artificiais introduzidos pelos cientistas a fim de ajudá-los a prever certas ocorrências no meio envolvente. E ainda que essas mesmas “ficções úteis” sejam capazes de prever fenómenos no mundo observável, elas não conseguem descrever a natureza subjacente de uma realidade inobservável nem aferir da sua veracidade.

Naturalmente que do ponto de vista dos apoiantes do realismo científico, este argumento antirrealista acaba por ser fortemente criticado, pois seria necessário um grande milagre para que muitas teorias conhecidas do mundo inobservável fizessem tantas previsões exatas do mundo observável e ao mesmo tempo fossem falsas, a menos que os modelos científicos nos quais se baseiam fossem verdadeiros. Este raciocínio é conhecido entre os realistas como o “argumento do milagre” e atesta a plausibilidade de uma teoria de acordo com o seu sucesso empírico, ainda

4. M. Ghins, (2011), “Scientific Representation and Realism”, *Principia* 15: 461-474.

5. R. Dudau, (2002), “The Realism-Antirealism Debate in the Philosophy of Science”, PhD Thesis, in: University of Konstanz, Konstanz (Germany), pp. 190.

6. B.C. Van Fraassen, "Science as Representation - Flouting the Criteria", *Philosophy of Science*, 71: 794-804.

7. EVANS 1995,354.

que a mesma seja baseada em modelos científicos desenhados a partir de uma realidade inobservável.

Apesar da validade do "argumento do milagre", alguma prudência deve ser tomada no que respeita à utilização deste juízo intuitivo. Vários são os casos de teorias tidas como corretas no passado e que mais tarde se vieram a revelar falsas ao longo do tempo. A título de exemplo, durante séculos acreditou-se na existência de uma substância invisível que povoava o universo inteiro - o éter, meio sobre o qual elementos como a luz e o som se propagavam na forma de vibrações ondulatórias. Apenas com a chegada do séc. XIX e a realização de diversas experiências científicas, é que se veio a verificar a inexistência de tal entidade, o que não invalidou que durante séculos a sua presença fosse universalmente aceite como verdadeira.

### III. O Mundo Representado pela Ciência: Idealização versus Abstração

Lançada a discussão sobre o papel da representação científica na formulação de teorias e sobre a multiplicidade representativa em ciência, importa também distinguir os vários tipos de processos que estão na origem e génese do modelo científico. Ignorando a velha disputa realismo/antirrealismo científico e tomando por base a "visão semântica da teoria", acredita-se que existem dois grandes processos mediante os quais se geram os diferentes tipos de representações científicas: a idealização<sup>6</sup> e a abstração<sup>7</sup>.

Unicamente focada na mimetização da realidade, a idealização produz modelos-réplicas do seu sistema-alvo com o objetivo de explicar os diversos fenómenos físicos e não-físicos do mundo envolvente. Os modelos resultantes assemelham-se assim a cópias simplificadas da realidade obtidas à custa da distorção do seu sistema-alvo. Esta simplificação permite uma rápida validação do pressuposto teórico veiculado pela representação científica. A figura de modelo-réplica é assim muitas vezes utilizada para designar o tipo de representação resultante de um processo de idealização.

Investigadores como Bas Van Fraassen e Ronald Giere são tidos

como os principais defensores desta corrente ideológica, apesar de ambos terem ligeiras discrepâncias sob a sua visão do modelo-réplica. Enquanto Bas Van Fraassen defende que a idealização deverá produzir modelos verdadeiramente isomórficos da realidade, Ronald Giere introduz um conceito mais flexível de similitude, admitindo abertamente uma eventual inexatidão e simplificação dos modelos construídos por este processo<sup>8</sup>.

8. R.N. Giere (2004), "How Models Are Used to Represent Reality", *Philosophy of Science*, 71: 742-752.

Se o método da idealização fará mais sentido à luz de uma conceção mais clássica da ciência, a verdade é que existem também muitos outros modelos científicos cuja génese não se enquadra necessariamente numa perspetiva isomórfica. Nelson Goodman e Roman Frigg introduziram pela primeira vez o conceito de abstração. De acordo com a sua visão, o processo de abstração pode desenvolver representações implicitamente possíveis de um determinado sistema ainda que esse próprio sistema-alvo nunca antes tenha existido na realidade nem tão-pouco se assemelhe a nada daquilo que se conheça<sup>7</sup>.

A ideia subjacente neste caso é que as representações abstratas não pretendem ser imagens fiéis de uma realidade já existente mas antes representações possíveis de uma realidade que poderia existir segundo as leis naturais do nosso mundo. O modelo atómico de Bohr é um exemplo desta visão, retratando uma estrutura ficcionada que pode facilmente ser entendida como uma representação abstrata. Embora contestadas por muitos defensores do processo de idealização, as representações abstratas desempenham também um papel importante na ciência e na geração de conhecimento, explicando numerosos fenómenos naturais do mundo que nos rodeia.

#### **IV. A Ciência Representada pelo Mundo: Ciência Aplicada versus Ciência Fundamental**

Na ciência, a representação é entendida como o veículo que permite o conhecimento do mundo e tanto pode diferir na natureza (teoria versus modelo), como na origem (abstração versus idealização) ou abrangência (realismo versus antirrealismo). Para a comunidade, a representação científica importará mais em termos do efeito que possa ter na sociedade civil e de que forma ela se

9. Assembleia da República - Comissão de Educação e Ciência, (2010), "Relatório da Ciência em Portugal", Divisão de Edições da Assembleia da República, pp. 76.

manifesta no quotidiano de cada cidadão. Neste caso, o impacto da representação científica mede-se sobretudo pelo grau de proximidade que se possa estabelecer entre a investigação científica e a mais-valia que essa mesma ciência traz para o ser humano.

Uma antiga divisão que se estabeleceu durante muitos anos na investigação é a velha dicotomia entre ciência fundamental e a ciência aplicada. Enquanto a primeira ambiciona produzir conhecimento de base que leve a uma melhor compreensão da realidade sem preocupações de aplicabilidade, a segunda refere-se à investigação destinada a criar conhecimento novo com vista a ser aplicado a situações reais, usando para tal conhecimento gerado anteriormente pela investigação fundamental. Alguns autores e cientistas, contudo, não apreciam esta distinção por entenderem que a aplicação dos conhecimentos gerados será apenas uma questão de tempo ou oportunidade<sup>9</sup>.

No contexto da sociedade, a ciência aplicada encontrar-se-á mais próxima do cidadão do que a ciência fundamental. Ao passo que a ciência fundamental será considerada como a parte pura e livre dos constrangimentos socio-político-económicos, a ciência aplicada (muitas vezes relacionada com o conceito de tecnologia) está afetada pela estratégia política e económica vigente. É a capacidade das comunidades humanas para incorporarem o desenvolvimento tecnológico veiculado pela ciência num determinado tempo histórico que determina o seu grau de transformação e adaptabilidade.

Essa capacidade da sociedade para endogeneizar conhecimento científico ao mesmo tempo que condiciona o tipo de investigação que a ciência produz, revela que na prática estas duas entidades não são totalmente autónomas nem independentes uma da outra. Ainda que o pensamento científico se fundamente ele próprio através do método científico e seja validado através da experiência, é inegável que a sociedade possui hoje uma forte influência sobre a investigação científica, seja através da ingerência governamental, do financiamento público-privado, do escrutínio da imprensa ou da aceitação pública.

Se no limite a ciência se reflete na sociedade e vice-versa, é lícito pensar que a representação científica também afeta o mundo

em que vivemos e dele retira componentes que se manifestam na própria representação. A emergência de conceitos como a “popular science” ou a “public understanding of science” tem sido feita à custa de modelos de representação que aproximam estes dois mundos aparentemente imiscíveis, contribuindo para uma maior democratização da investigação sem que esta perca a sua independência e autonomia central<sup>10</sup>.

## V. O Futuro da Representação na Ciência

Grande parte daquilo que antigamente se conheceu como ciência clássica sofreu uma importante evolução ao longo dos últimos anos como resultado da crescente aproximação entre ciência, indústria e sociedade. A ciência é hoje cada vez mais um negócio corporativo que mobiliza bilhões e que define tendências no seio de uma sociedade cada vez mais informada e interessada. Como resultado desta evolução, todos os intervenientes tiveram que se adaptar a esta nova realidade, dando assim lugar a novas figuras e papéis.

Os principais artífices da ciência, os investigadores científicos, são hoje além de técnicos especializados nas suas respetivas áreas de “expertise”, profissionais académicos que tiveram que se familiarizar com conceitos novos tais como “accountability” (prestação de contas), “overheads” (custos indirectos), “tech transfer” (transferência de tecnologia), avaliações, massa crítica ou propriedade intelectual. A concorrência por financiamento público tornou-se uma preocupação permanente e a gestão de todas as pressões políticas um requerimento essencial para um cientista moderno<sup>11</sup>.

Neste novo ambiente, o representante científico deve acumular o papel de investigador numa comunidade que se pretende autónoma com o papel de intermediário numa sociedade que se pretende financiadora. É da sua responsabilidade garantir que a pesquisa desenvolvida reúna a qualidade necessária para ser cientificamente válida e, ao mesmo tempo, desenvolver representações desse mesmo conhecimento que demonstrem à sociedade a pertinência das suas descobertas. Em troca, a sociedade validará a pesquisa científica através do seu financiamento e/ou apoio público.

10. R.B. Fonseca, (2009), “A Ciência e a Tecnologia n’A Capital - Da Página de Fait-Divers à Página de Ciência”, CIES e-Working Papers, 59: 1-42

11. M.M.A. Jorge, (2004), “Ciência, Sociedade e Ambiente - A Transdisciplinariedade como Desafio Epistemológico”, Educação, Sociedade & Culturas, 21: 23-50.

12. T. Schor, (2007), "Reflexões sobre a Imbricação entre Ciência, Tecnologia e Sociedade", *Scientiae Studia*, 5: 337-67.
13. EVANS 1995, 20.

Com o surgimento desta nova ciência pós-acadêmica e a aceitação de um novo campo científico parcialmente subjugado pelas pressões económicas e políticas da sociedade, encontram-se em confronto os ideais de uma ciência pura e isolada veiculada pelos antigos cientistas académicos. Se para o cientista clássico esta exposição mediática poderá levar a que o investigador perca a sua objetividade científica e ganhe até uma vaidade in comportável com o seu estatuto, para o cientista moderno esta exposição mediática é um mal necessário para aproximar a ciência da sociedade e garantir fundos que permitam o desenvolvimento da corrente de investigação<sup>12</sup>.

A solução para esta crescente perda de independência da ciência face à sociedade será pois a saudável convivência entre ambas as fações, aproveitando as valências da ciência pós-acadêmica para garantir financiamento e os princípios da ciência clássica para manter a sua independência. Esta convivência pode ser feita através da formação de novos cientistas capazes de concentrar em si mesmos as duas competências, ou então através da articulação em equipas transdisciplinares de cientistas clássicos e modernos.

Levando em consideração esta nova linha de representantes científicos, deve também ser tida em linha de conta uma nova dimensão de representação científica que surgiu com a era da globalização. A chamada "popular science", muitas vezes também designada de "literatura da ciência" é uma interpretação da ciência destinada ao grande público. Muitas vezes baseada em conceitos científicos acessíveis, fórmulas matemáticas simplificadas, analogias e metáforas, a "popular science" tem-se massificado através de livros, artigos de jornais/revistas, documentários televisivos, exposições científicas e páginas de internet<sup>13</sup>.

Vários são os objetivos da "popular science", sendo o principal deles o informar e convencer outsiders do mundo científico da importância, significado e validade dos resultados experimentais, das conclusões obtidas e das suas implicações no mundo quotidiano. A "popular science" enfatiza o carácter único das descobertas para um público generalista, recorrendo muitas vezes a uma distorção/simplificação dos dados científicos como

forma de aumentar a compreensão da sociedade e o impacto dos avanços conseguidos.

Esta nova forma de comunicar ciência despoletou na sociedade um crescente interesse pelo conhecimento científico, pela imagem dos cientistas e pela representação dos processos da investigação, gerando aquilo que se conhece como o “public understanding of science”. Para um sector mais conservador da ciência, a desvantagem desta abordagem é dar ao público apenas uma versão suficiente daquilo que é verdadeiramente a ciência, o que pode contribuir para uma deficiente aprendizagem do conhecimento científico<sup>13</sup>.

Somados os prós e contras, é inegável que a produção de novas representações em ciência, sejam elas destinadas a uma comunidade científica fechada ou então a um público mais amplo, contribuem para a geração de conhecimento, e esse conhecimento tem forçosamente que ser entendido como um aspeto positivo dentro da educação da sociedade. Assim sendo, o futuro da representação científica passará por uma maior democratização do conceito, desde que essa democratização não seja feita à custa da distorção do conhecimento científico veiculado. É este o grande desafio que a representação impõe à comunidade científica nas próximas décadas que se avizinham.

## A problemática da representação musical

Daniel Cunha

1. Fernando Gil e Mário Vieira de Carvalho, *A 4 Mãos: Schumann, Eichendorf e Outras Notas* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005), pp. 14-15.

Permitam-me que utilize a palavra conhecedora (e apaixonada) do filósofo Fernando Gil para introduzir o tema que me proponho tratar. Escreveu Fernando Gil, pouco tempo antes de morrer, que:

Sendo embora a mais profunda das artes, se não a mais profunda dimensão do espírito (...), a música acha-se afectada por uma indigência e precariedade intrínsecas. Primeiro porque, precisamente, requer ser executada, e isso singulariza-a absolutamente. Ao contrário das artes da linguagem, da vista, do tacto, da matéria, não se materializa em obras que se manifestam por si mesmas - o quadro, o poema, a estátua, o edifício. Mesmo depois de ser registada em partituras. É admirável que, para a música nascer, a partitura se exponha a dever ser recriada, de cada vez (também por esta razão a música se reporta ao tempo), num modo que é diferente do acto de ler ou de olhar. Estes equivalem à escuta, não à interpretação, que medeia entre criação e escuta; e se no executante interpretação e escuta se produzem em simultâneo, elas não se confundem.<sup>1</sup>

De facto, para que uma obra musical exista na sua totalidade necessita de ser executada, recebendo por parte do intérprete uma determinada representação das intenções do compositor. O papel fundamental do intérprete é, sem dúvida, o de servir o compositor, papel este que, na sua essência, não mudou muito ao longo dos tempos, sofrendo apenas alguma oscilação de grau consoante as épocas. Este conceito pode parecer claro, mas há muito que considerar na relação entre o compositor e o intérprete, entre a obra musical e a sua interpretação, ou representação. Um dos aspectos mais fascinantes da interpretação musical é que uma *performance* de uma determinada obra musical é um fenómeno único, irrepetível. O porquê deste facto será explorado ao longo deste artigo.

Para que o fenómeno musical se manifeste na sua plenitude é necessário estarem presentes três factores que formam um cordão indissociável: o compositor, o intérprete e o ouvinte. O compositor, tal como qualquer outro criador em qualquer outra arte, coloca na sua obra um pedaço de si mesmo, uma representação do seu eu, de uma forma mais directa do que em outras formas de arte, na opinião do compositor americano Aaron Copland:

É de ter sempre em conta que quando se escuta uma criação de um determinado compositor estamos a ouvir um homem, um determinado indivíduo, com a sua própria personalidade especial. Para que um compositor tenha algum valor é necessário que possua a sua própria personalidade. Pode ser de maior ou de menor importância, mas, no caso de música significativa, esta será sempre um reflexo da sua personalidade. Nenhum compositor pode introduzir na sua música uma característica que não possua enquanto homem.<sup>2</sup>

Sendo uma obra musical a expressão da personalidade de um compositor e partindo do princípio, em que acredito, que toda a música tem sempre um determinado significado que existe para além da notação musical, a verdadeira tarefa do intérprete é a de tentar desvendar esse significado, criando uma representação das intenções do compositor, o mais fiel possível ao que está escrito na partitura. Como refere Pedro Magalhães (Sobre a Natureza Tensional e Constitutiva da Representação Política), para que isto aconteça é inevitável “olhar para a relação entre duas entidades distintas - representado e representante, objecto e sujeito da representação”. A representação musical de uma determinada obra terá como finalidade sensibilizar profundamente o ouvinte, sendo esse, no fundo, o objectivo essencial da música.

Contudo, a notação musical é, na realidade, um meio muito limitado de representar as intenções do compositor. É demasiado vaga e subjectiva para o fazer com grande precisão, variando o seu significado de acordo com o contexto. A sua limitada precisão é a principal razão de existirem tantas possibilidades de interpretação/representação de uma determinada obra.

2. Aaron Copland, *What to Listen for in Music* (New York: Mentor Books, 1963), pp. 158-159.

A humanidade foi ao longo dos tempos desenvolvendo símbolos que são essenciais para a comunicação entre nós, sobretudo nas diversas formas de linguagem, e em relação aos quais estamos inclinados para reagir de uma forma relativamente consistente. No entanto, dependendo das circunstâncias ou do contexto, o significado de um determinado símbolo pode mudar radicalmente. A letra “P” isolada, por exemplo, não tem grande simbolismo a não ser o de simples letra do alfabeto. Mas quando encontramos, por exemplo, a letra “P” no centro de uma pauta musical ela adquire o significado de uma indicação dinâmica, ou seja, relativa à intensidade com que é executada uma determinada passagem musical, sendo uma abreviatura da palavra italiana *piano* (que indica pouca intensidade). Por sua vez quando esta letra surge colocada abaixo de uma pauta musical - no caso das partituras para piano - ela adquire uma simbologia relativa à utilização do pedal direito do piano - o pedal de sustentação. Neste caso o “P” tem outra grafia para não se confundir com o “P” de *piano*.

Vejamos agora um exemplo dentro da simbologia musical, de como o contexto pode influenciar a interpretação de determinada indicação musical relativa à intensidade. A indicação *sforzato* ou *sforzando*, que aparece normalmente representada como *sf.* ou *sfz.* e que traduzida para português significa “reforçado,” é, como muitas outras, bastante ambígua. Esta indicação implica um reforço sonoro súbito de uma certa nota ou acorde, no entanto a intensidade aplicada deverá ser moldada de acordo com a linha melódica, com a dinâmica precedente, com o carácter da passagem, podendo resultar num *sforzato* violento, ao estilo de Beethoven, ou num pequeno acento melódico ou noutra variante de acordo com o contexto.

O que se pode concluir é que o músico profissional, além de dominar o seu instrumento tecnicamente, necessita de possuir um excelente conhecimento da simbologia musical para melhor representar as intenções do compositor. Além disso necessita de estar familiarizado com o universo musical do compositor que interpreta para melhor poder representar esse mundo sonoro. Ninguém em seu perfeito juízo toma a decisão de escolher entre as 32 Sonatas para Piano de Beethoven a Sonata op. 106 como introdução ao estudo da obra do mestre de Bona. Esta Sonata é

de uma complexidade extrema, sendo uma das últimas compostas pelo compositor. Mesmo que o intérprete possua os meios técnicos para a abordar, o facto de não estar familiarizado com a linguagem do compositor impedi-lo-ia de produzir uma representação satisfatória e informada do seu mundo sonoro.

Para além de todos estes factores, o intérprete necessita de ser capaz de olhar para uma certa passagem musical numa partitura e, analisando a melodia, a harmonia, as indicações de fraseado, articulação, dinâmica, etc., ser capaz de identificar o sentimento que está representado nesse trecho, tendo todos os elementos em atenção. Só depois de identificado o sentimento (ou sentimentos) que o intérprete acredita estar representado nessa passagem é que este poderá idealizar uma forma de a executar. Digo “acreditar” porque identificar os diferentes sentimentos que o compositor colocou na partitura nem sempre é fácil, pois a forma pela qual estes sentimentos são expressos musicalmente foi mudando ao longo dos séculos. Assim, é extremamente importante perceber como os diferentes sentimentos são representados nas diferentes épocas para uma melhor compreensão das diferentes obras musicais.

Apesar de alguns teóricos musicais terem tentado formular códigos onde se estabelece uma relação sistemática entre várias fórmulas melódicas e um determinado sentimento, ou entre determinadas tonalidades e sentimentos muito específicos, nada é assim tão a preto e branco na representação musical. Robert Schumann, brilhante compositor alemão do período romântico e não menos brilhante jornalista musical, publicou, em 1835, um artigo no seu *Die Neue Zeitschrift für Musik* (Novo Jornal para a Música), intitulado “Características das Tonalidades”, onde critica o teórico e compositor Christian Schubart. Este último dizia-se capaz de encontrar em certas tonalidades características expressivas muito específicas, tão específicas que roçam o ridículo. Por exemplo, em *Mi menor* Schubart via representada “uma menina usando um vestido branco com um laço cor-de-rosa no peito”<sup>3</sup> (é isto que se imagina ao ouvir o Prelúdio Op. 28 Nº 4 de Chopin nesta tonalidade?), e em *Sol menor* ele encontrava “descontentamento, desconforto, luta contra um plano sem futuro, um ranger dos dentes em fúria”<sup>4</sup>. Como Robert Schumann sugere, basta ou-

3. Robert Schumann, *Schumann On Music: A Selection from the Writings*, edição e tradução Henry Pleasants (New York: Dover Publications, 1965), p. 62.

4. Schumann, p. 62.

5. Schumann, p. 62. vir a Sinfonia Nº 40 em Sol menor de Wolfgang Amadeus Mozart, com o seu charme e a sua contagiante vivacidade, para deitar por terra a teoria de Schubart. Por sua vez, o compositor Karl Zelter defendia que qualquer sentimento poderia ser representado por qualquer tonalidade, o que também considero um pouco exagerado. Não podemos negar as características geralmente atribuídas ao modo maior (mais luminoso, aberto e positivo) e ao modo menor (mais escuro, introvertido). Penso que o sentimento de profunda tristeza, por exemplo, nunca poderá ser representado pela tonalidade de Dó Maior, uma das tonalidades mais luminosas de todas. Concordo com a opinião de Schumann, que afirma que a verdade está entre estas duas posições extremas e que os sentimentos mais simples se manifestam melhor em tonalidades mais familiares, enquanto os sentimentos mais complexos requerem tonalidades mais exóticas e distantes.

Um fenómeno interessante acontece quando transpomos uma certa obra para outra tonalidade: a obra fica desprovida de parte da sua expressividade. Recordo-me de assistir a um episódio que sucedeu num curso de aperfeiçoamento pianístico da nossa ilustre pianista e pedagoga Helena Sá e Costa, já falecida, em que um aluno tocou, na tonalidade de Sol Maior o Improviso Nº 3 Op. 90 de Franz Schubert, originalmente composto em Sol bemol Maior. Acontece que o editor da primeira edição desta obra, composta em 1827, transcreveu-a para Sol maior, com o intuito de facilitar a sua leitura aos pianistas amadores. Depois da execução, Helena Sá e Costa prontamente pediu ao aluno que “quando tivesse tempo transcrevesse a obra para Sol bemol Maior.” Não há dúvida que a tonalidade exótica e pouco usual de Sol bemol maior dá outra expressividade à obra, porque foi nesta tonalidade que o compositor a idealizou originalmente, como “um pintor quando escolhe uma cor”<sup>5</sup>, tal qual refere Robert Schumann, e apenas a tonalidade original pode representar plenamente as verdadeiras intenções do compositor.

Quando o músico profissional está perante o texto musical, e partindo do princípio que domina o seu instrumento tecnicamente, o seu desafio principal é o de tentar ser o mais fiel possível à partitura e, como temos observado, o carácter pouco preciso da notação musical em reflectir fielmente o pensamento do compo-

ditor tornam possível uma multitude de interpretações da mesma obra. Para além disso, devemos acrescentar que as diferenças culturais, a idade, o país de proveniência, a educação, as influências musicais, as diferentes personalidades, etc., são factores que adicionalmente contribuem para que tenhamos um grande número de pessoas a tocar a mesma obra com uma multitude de interpretações diferentes, e apenas um denominador comum: a partitura musical. Posso aqui citar João Neves da Silva (Representação, Ciência e o Mundo) que afirma que “a maneira como percebemos a realidade materializa-se na representação que dela fazemos. Não é, pois, de estranhar que o conceito de representação seja tão vasto como a a multiplicidade de pessoas que o aplicam”. Como vemos, algo semelhante se passa na música e na interpretação. Por conseguinte, apesar da partitura musical parecer estática, imutável enquanto escrita no papel, na realidade, e como refere Aaron Copland, ela é um “organismo vivo, (...) sendo possível ser observada a uma luz diferente e de diferentes ângulos por vários intérpretes ou até pelo mesmo intérprete em diferentes alturas.”<sup>6</sup> Acrescentaria que o mesmo acontece com o ouvinte ao escutar a mesma obra em diferentes alturas, mesmo que esteja a ouvir a mesma interpretação.

6. Copland, p. 160.

No entanto, apesar de serem várias as interpretações possíveis de uma certa obra musical existem limites interpretativos que não podem ser ultrapassados e que são geralmente impostos pela própria partitura. Contudo, apesar da partitura dever funcionar como guia para o intérprete (e não o contrário), é necessário que este olhe para ela com inteligência, pois os compositores muitas vezes cometem erros e mudam de opinião, principalmente em relação às indicações de tempo (velocidade de execução da obra), etc.. Um caso flagrante e muito discutido é a indicação metronómica indicada pelo próprio Beethoven no primeiro andamento da Sonata Op. 106 para piano. É praticamente impossível tocar este andamento na velocidade indicada e não sacrificar clareza na execução, contrastes dinâmicos, fraseado, respirações, etc. A música ganha um carácter frenético que, na minha opinião, não lhe é favorável. Testemunha disto mesmo é a gravação desta Sonata pelo grande pianista austríaco Artur Schnabel que, apesar de ter gravado, nos anos 30, uma integral das Sonatas para piano de Beethoven notável - a primeira na história da gravação, peca

7. Paul e Eva Badura-Skoda, *L'Art de Jouer Mozart au Piano* (Paris : Editions Buchet/Chastel, 1972), p. 13.

8. Copland, p. 161.

por ter seguido demasiado à risca a indicação metronómica neste referido andamento.

No documentário *The Man and Mask* (O Homem e a Máscara) sobre um dos maiores pianistas vivos, Alfred Brendel, este afirma que, como acontece com cada pessoa, cada obra musical tem a sua própria personalidade, com as suas qualidades e defeitos. Para ele numa determinada obra musical existe sempre uma linha que delimita essa “personalidade”, a qual, numa execução, não poderá ser pisada ou ultrapassada, pois neste caso deixaria de a representar correctamente. Isto não quer dizer que dentro dessa linha só haja uma interpretação ideal e fiel possível, mas sim que existe bastante liberdade desde que não se ultrapasse essa linha delimitadora e se distorça a obra. As relações entre os intérpretes e os compositores constituem um debate de longa data. Na época do Romantismo o intérprete reivindicava toda a liberdade de manifestar a sua imaginação, como se vê nesta carta escrita por Franz Liszt:

O virtuoso (...) não é uma ferramenta passiva, feita para exprimir os sentimentos e os pensamentos dos outros sem acrescentar nada de si mesmo. Ele não é um tradutor mais ou menos hábil de obras que não deixam nenhum lugar aos seus próprios comentários... Para o virtuoso, as obras não passam de materializações trágicas e comoventes das suas próprias emoções; ele é chamado a fazê-las falar, chorar, cantar, suspirar, a dar-lhes de novo vida de acordo com a sua própria consciência. De modo que ele é, como o compositor, um criador, pois ele deve sentir dentro dele as paixões a que pretende intensamente dar vida.<sup>7</sup>

Alguns compositores da primeira metade do séc. XX como Maurice Ravel e Igor Stravinsky diziam que não queriam que a música deles fosse “interpretada”: “toquem apenas as notas; não acrescentem nada, e não tirem nada”<sup>8</sup>. Estas reacções extremas foram sem dúvida o resultado dos abusos cometidos pelos intérpretes do período Romântico do séc. XIX. Não há dúvida que quando uma obra é executada ela é de alguma forma influenciada pela personalidade do intérprete, e o resultado será sempre uma representação das intenções do compositor reflectida pela per-

sonalidade do executante. Isto acontece mesmo que a notação musical tente ser o mais precisa possível - o que acontece em algumas obras do séc. XX - ou mesmo quando um intérprete tenta ser o mais impessoal possível na leitura da obra. É de notar que a liberdade de que Liszt fala na interpretação não é totalmente descabida nos dias de hoje quando abordamos obras da época do Romantismo.

Mas como anteriormente referi, interpretações diferentes da mesma obra podem ser igualmente fieis às intenções do compositor. Por exemplo, se escutarmos a valsa de Chopin Op. 64 N<sup>o</sup> 2 em Dó sustenido menor nas interpretações de Sergei Rachmaninov e Alfred Cortot, dois dos mais notáveis pianistas do século XX, deparamo-nos com abordagens bastante distintas da mesma obra, mas ambas extremamente expressivas e fiéis às intenções do compositor Polaco. Rachmaninov (1873-1943) era um pianista, compositor e maestro Russo. Na obra que compôs está sempre presente uma profunda nostalgia, muito pelo facto de Rachmaninov ter vivido grande parte da sua vida fora da Rússia. Talvez não seja por acaso que na interpretação desta valsa de Chopin, Rachmaninov enalteça, principalmente na primeira secção, o seu lado nostálgico, dando-lhe um ritmo mais pausado (principalmente comparado com o tempo de Cortot), prestando especial atenção às mudanças harmónicas, e cantando a linha melódica de forma pungente. Alfred Cortot (1877-1962) era um pianista e maestro Franco-Suíço. Ao interpretar esta valsa Cortot enaltece o seu aspecto dançante, tocando-a com uma expressão mais ligeira e elegante que Rachmaninov e também num ritmo mais rápido que permite enaltecer as longas linhas melódicas de uma forma admirável. Cortot, ao contrário do pianista Russo, guarda o canto pungente para a secção central da valsa, onde este pianista enaltece o lado operático que Chopin foi buscar a Bellini, dando sinais da sua própria formação como maestro de ópera Wagneriana, no início da sua carreira. Rachmaninov é, nesta secção, mais contido no canto, mas não deixa de frasear a linha melódica com rara elegância. Estas duas interpretações não traem as indicações do compositor e enaltecem diferentes aspectos presentes na mesma partitura, constituindo assim duas representações válidas da mesma obra. Existem obras-primas musicais que, como proferiu o pianista Austríaco Artur Schnabel, “são melhores do que qual-

9. Charles Rosen, "The Future of Music," in *Freedom and the Arts: Essays on Music and Literature*, ed. Charles Rosen (Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2012), p. 28.

quer realização possível"<sup>9</sup> e são estas que continuarão a atrair os mais variados intérpretes e as mais diversas abordagens. É esse o verdadeiro fascínio da música.

Mas afinal o que é que a música é capaz de exprimir ao ouvinte? O que é que pode representar? Pode exprimir alegria, tristeza, fúria, paz, tranquilidade, paixão, entre muitos outros sentimentos, classificáveis e inclassificáveis, e em diversos graus de intensidade. Aliás, até é capaz de representar uma combinação de sentimentos aparentemente impossível de sobrepor. Além disso, a mesma obra pode representar para pessoas diferentes significados muito diversos. Chegar ao consenso do significado de uma certa obra ou de uma certa passagem musical não é importante. É importante sim que esta represente algo para o ouvinte.

Apesar da essência da música não ser o de representar algo de concreto, desde o séc. XVII que os compositores se aventuraram a tentar criar obras musicais descritivas. No entanto, apenas no séc. XIX é que se chegou a um ponto em que os compositores conseguiam descrever de uma forma mais convincente. Então, apesar de não ter nascido neste século, foi durante esta época que a música chamada "programática" (em oposto à música "absoluta") teve o seu apogeu. Existem dois tipos de música programática: a que é literalmente descritiva e aquela que tem um sentido mais poético. Uma das obras que contém os dois tipos é a Sinfonia Nº 6 "Pastoral" de Beethoven. Esta sinfonia contém momentos em que procura descrever o canto do cuco, por exemplo, representando-o musicalmente de forma clara. Mas, para além disso, Beethoven escreveu títulos para cada andamento da sinfonia que apenas pretendem dar uma ideia poética para a música. Beethoven refere que a música da Sinfonia "Pastoral" não tenta descrever o campo, mas sim recriar as emoções sentidas quando se está nesse ambiente. No fundo toda a boa música programática pode viver bem sem o seu programa de base, pois este não deve ser mais importante que a própria música. A música programática é o resultado de uma reacção emocional por parte do compositor a um programa ou história, não podendo ser completamente descritiva.

Face à vastidão do tema que me propus tratar muito ficou por referir. A problemática da interpretação musical é extremamente difícil de abranger, pela sua complexidade, em tão poucas palavras. Havendo sempre muito para discutir sobre a interpretação musical, haverá sempre ainda muito mais por descobrir nas obras-primas da música, tais como uma Sonata de Beethoven ou uma Balada de Chopin. É esta procura permanente de novas descobertas que move e moverá sempre os músicos e os apaixonados pela música.

## Bibliografia

**Badura-Skoda**, Paul e Eva. *L'Art de Jouer Mozart au Piano*. Paris : Editions Buchet/Chastel, 1972.

**Brendel**, Alfred. *Alfred Brendel on Music: Collected Essays*. Chicago: A Cappella Books, 2001.

**Copland**, Aaron. *What to Listen For in Music*. New York: Mentor Books, 1963.

**Rosen**, Charles. *Music and Sentiment*. New Haven and London: Yale University Press, 2010

**Rosen**, Charles. “The Future of Music,” in *Freedom and the Arts: Essays on Music and Literature*, ed. Charles Rosen. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2012

**Schumann**, Robert. *Schumann On Music: A Selection from the Writings*, edição e tradução Henry Pleasants. New York: Dover Publications, 1965.

**Vieira de Carvalho**, Gil, Fernando e Mário. *A 4 Mãos: Schumann, Eichendorff e Outras Notas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

Documentário: **Kidel**, Mark. *Alfred Brendel: Man and Mask*. England: BBC Opus Arte, 2000

## Gravações

**Chopin**, Frédéric. *Valsa em Dó Sustenido Menor Op. 64 Nº 2*. Alfred Cortot, piano; Disco Digital, Naxos Historical, 8.111035, 2005 (gravação de 1934)

**Chopin**, Frédéric. *Valsa em Dó Sustenido Menor Op. 64 Nº 2*. Sergei Rachmaninov piano; Disco Digital, RCA Victor, 09026 62533 2, 1994 (gravação de 1927)



## IV. Representação e Revolução

Ana Fouto e David Castaño

*Nesta sessão foram propostas duas abordagens distintas ao conceito de representação política. Ana Fouto analisou a utilização do conceito jurídico de representação enquanto mecanismo de formalização da relação política. Através da análise de alguns problemas de interpretação de experiências particulares e de modelos de teorização na experiência histórica portuguesa, procurou demonstrar como a apropriação do significado jurídico da representação pretendeu responder à inquietação fundamental do fenómeno político - a da “legitimidade” - ao mesmo tempo que permite identificar, no actual debate sobre a superação do modelo de representação política, alguns dos mais relevantes elementos de disrupção desse discurso historicamente sedimentado.*

*David Castaño propôs uma revisitação a um caso concreto de ruptura político-institucional: o processo da transição democrática portuguesa, momento histórico onde se confrontaram as duas formas concretização do princípio democrático - democracia directa e democracia representativa - processo esse que veio a revelar as dificuldades em se alcançar uma solução de compromisso e de equilíbrio entre estas duas alternativas.*

*Do debate, foi salientada a fraca capacidade de regeneração e de alteração do quadro partidário então formado, fenómeno em parte explicado pelo facto dos partidos maioritários se terem desenvolvido a partir do Estado. Foi também levantada a interrogação sobre a possibilidade de superação do modelo representativo enquanto mecanismo capaz de assegurar uma autêntica interpretação da vontade política da comunidade, através do modelo alternativo da “democracia participativa”, particularmente recorrendo à utilização das redes sociais. Suscitou-se, assim, a reflexão sobre a equívoca equiparação do modelo representativo a um modelo democrático, e sobre os vícios e virtudes aparentes dos dois modelos - “representativo” e “participativo” - assim como sobre a dicoto-*

*mia que se pretende estabelecer entre ambos em correntes de pensamento e discurso políticos contemporâneos, retomando-se um dos problemas inicialmente identificados na primeira comunicação - o problema da “autenticidade” na representação da vontade da comunidade política.*

## Da construção histórica da representação política: contributo para uma actualização problematizante do conceito

Ana Fouto

### Introdução

Toda a representação implica ausência. É partindo da percepção desta ausência que pretendemos analisar o fenómeno da representação numa perspectiva jurídico-política.

No plano da teoria do conhecimento, a representação permite que o que está ausente se torne presente novamente, através da consciência. A teoria representativa do conhecimento suscita, pois, um problema que aqui nos interpela especialmente para introduzir a análise que pretendemos desenvolver - o questionar da possibilidade e veracidade do conhecimento indirecto traduz-se politicamente na necessidade de apurar em que medida a actuação dos *representantes* corresponde à realização dos fins e interesses dos *representados* ou àquilo que por estes é *representado* como tal.

### Parte I

No plano estritamente jurídico, a representação implica uma substituição, por força da qual alguém age em nome e, historicamente, no interesse de outrem. Uma análise da “representação” em sentido jurídico-político implica, pois, considerar antes de mais a existência de uma relação - que se traduz no poder de representação - a actuação em nome de outrem e a atribuição do acto ao representado. Esta relação introduz um primeiro tópico que pretendemos apontar para a problemática da representação política: o que é “representado” pelos “representantes” políticos? No questionamento da democracia representativa e das insuficiências dos seus mecanismos de actuação, o problema do afastamento entre os “representantes políticos” e o eleitorado, por um lado, e o da definição do conteúdo do “mandato”, por outro, reflectem bem a centralidade desta interrogação.

1. J. J. GOMES  
CANOTILHO, *Direito  
Constitucional e Teoria  
da Constituição*, 7.<sup>a</sup> ed.  
(reimpr.), Almedina,  
2003, p. 289.

Veja-se como, constitucionalmente, o problema da legitimidade pode ser levantado através da interpretação do mecanismo de representação no momento da intervenção política por excelência que é a manifestação da vontade através do voto: qual o valor dos programas eleitorais? Qual o significado político e jurídico do afastamento do programa eleitoral pelos representantes eleitos? Existe verdadeiramente um mandato, em sentido técnico-jurídico, ou trata-se de representação sem mandato? De que modo a relação entre o deputado e o partido condiciona a “representação”? Afastado o mandato imperativo, como integrar tecnicamente o mandato livre? A fórmula constitucional permite compreender e delinear o tipo de representação em causa: ao determinar que os deputados representam o povo - e não o seu círculo eleitoral - rejeitar-se-ia o princípio do mandato limitado. Mas a possibilidade do mandato livre tem sido posta em causa teoricamente, particularmente no âmbito do sistema de partidos, e mesmo no plano normativo da prática parlamentar ela não deixa de conhecer limitações relevantes.

Estas interrogações, e as múltiplas respostas que no âmbito da doutrina constitucional e da ciência política elas recebem, demonstram não só como o fenómeno da representação convive com algumas perplexidades no plano da prática política e institucional, mas também suscitam uma outra prevenção: é necessário ter presente como a linguagem jurídica se sedimenta no discurso político e aferir em que medida existe apenas uma utilização sugestiva dos conceitos ou uma verdadeira apropriação do seu significado jurídico na percepção do fenómeno da representação política, desde logo porque daí decorre, consequentemente, a compreensão da legitimidade política como um direito ou como um dever.

## Parte II

Da perspectiva da opção constitucional vigente, a “representação” traduz a concretização do princípio democrático enquanto “complexo-normativo”<sup>1</sup> (integrando os elementos representativo e participativo). Esta formulação não deixa, todavia, de colocar alguns problemas interpretativos, designadamente no que toca à identificação material da democracia com a soberania popular ou,

em termos procedimentais, com os mecanismos de selecção de titulares de órgãos de poder e, assim, de limitação prática do poder.

Mas de entre os vários elementos tradicionalmente conformadores da representação democrática formal, aqueles que mais directamente nos interpelam para uma compreensão histórica do conceito são a fundação da legitimidade do poder político no princípio da soberania popular e o exercício do poder no interesse do povo. A representação democrática não se esgota na autorização para o exercício do poder, mas implica ainda um controlo do conteúdo dos actos praticados sob essa autorização. E, neste sentido, permite mais rigorosamente indagar, afinal, *o que é representado*. Neste sentido, e no plano da prática política, é a legitimidade adquirida por via da autorização concedida pelos mecanismos previstos que acaba por funcionar como medida de validação do próprio exercício do poder, para lá do que não caia no domínio do juízo de inconstitucionalidade.

Partindo das dificuldades que se levantam na teorização e problematização actuais, e procurando superar a pluralidade de significados que os mesmos termos adquirem nos planos jurídico-privado e jurídico-político, identificamos o tópico do consenso como elemento radical do fenómeno da “representação”. Para além da constituição - como emanção do consenso fundador manifestado no momento constituinte - o processo de eleição, mais que atribuir um poder, permite a contínua formação e formalização de um consenso da comunidade, e será neste consenso que reside a limitação última do poder.

A definição de “comunidade” colhida por S. Agostinho em Cícero de “multidão associada pelo consentimento”<sup>2</sup> tornou-se essencial na concepção ocidental do fenómeno político e explica a permanência de fórmulas e experiências contratualistas muito antes do advento do *Leviathan*. Permanência, por exemplo, em aspectos tão fundamentais da experiência histórica como no movimento conciliarista ou na fundamentação desenvolvida pelos jurisprudentes medievais do poder de jurisdição na soberania manifestada pelo consenso, na figura da *universitas*, distinta da mera aglomeração de indivíduos<sup>3</sup>.

2. CÍCERO, *A República*, livro I, 39-42; S. AGOSTINHO, *A Cidade de Deus*, livro XIX, cap. 21.

3. BALDO, a propósito do conceito de cidadania, caracteriza o indivíduo enquanto membro da comunidade como aquele que se governa a si próprio pelo exercício do consentimento; BARTOLO, por seu lado, identificou o exercício do consentimento pelo povo - ao criar os seus costumes e estatutos - como elemento demonstrativo de que o povo detinha soberania jurídica.

4. “Importa mais obedecer a Deus do que aos homens.”; *Actos dos Apóstolos*, 5, 29.

### Parte III

O conceito de *representação* pode ser densificado face às categorias “liberdade”, “fundamento” e “limite”, através da análise da teorização historicamente produzida de um momento de ruptura, traduzida num tópico central no pensamento político ocidental que é o “direito de resistência”. Objecto privilegiado da teoria política medieval e moderna, o direito (e o dever) de resistência é essencial não só para a compreensão da natureza do poder político, mas também para a reformulação contemporânea dos “direitos naturais”. O fundamento do “direito de resistência”, teorizado primeiramente no âmbito da teologia e historicamente definido nas fontes - da patrologia à Segunda Escolástica, mas também consolidado no plano técnico-jurídico pelos comentadores medievais - assenta, por um lado, numa concepção finalista do poder e por outro, na teoria do consenso da comunidade.

O “direito de resistência” é introduzido na tradição política ocidental por via do desenvolvimento dado pela patrística à conhecida passagem dos *Actos dos Apóstolos*<sup>4</sup>, como excepção ao dever de obediência. É neste contexto que importa atentar na definição dos fins do poder e da natureza da lei para a identificação do que não é lei e, portanto, não obriga. Tal como importa, também, atentar na teorização da origem do poder e no impacto que os “contratualismos” tiveram na prática institucional (em particular, o conciliarismo) e na sedimentação de conceitos como os de *comunidade, jurisdição, cidadania e representação*. Por fim, impõe-se observar como o “direito de resistência” opera nos sistemas de pensamento político moderno, em particular nos que rejeitam a matriz escolástica, e em que medida através dele se garante um momento derradeiro de reconhecimento de “direitos naturais”.

Formulado enquanto excepção, num quadro teológico e político orientado pelo dever de obediência, a “resistência” é enquadrada originariamente pela integração agostiniana do homem numa realidade complexa, em que àquele se reclamam obediências (tão frequentemente) antagónicas. A teoria da lei formulada por S. Agostinho exprime esta tensão ao constituir-se a partir da identificação de uma hierarquia, na qual a lei humana se subordina à lei natural e à lei eterna. O desenvolvimento deste princípio

na teoria aquiniana da lei consagrará no pensamento medieval o direito de resistência à lei humana contrária ao direito suprapositivo.

Mas o direito de resistência é também concebido como um mecanismo de recomposição da ordem política sempre que o exercício do poder não corresponde aos fins para os quais foi instituído. A problemática da representação deve ser compreendida no âmbito de uma concepção finalista do poder<sup>5</sup> e ganha centralidade no contexto quer do naturalismo político quer da média via tomista, que reconhecem a origem imediata do poder temporal numa transferência da comunidade. A identificação da tirania *quod exercitium* com o exercício do poder em função do interesse pessoal do soberano em detrimento do interesse da comunidade<sup>6</sup> permite entrever o papel da “representação” dos interesses como factor de limitação ética - e por isso também espiritual - do poder, na medida em que o exercício do poder é compreendido como *officium*, incorporando o conceito aristotélico-tomista do *bem comum*.

O pensamento político moderno mantém como tópico incontornável o direito de resistência, muito embora a secularização do fenómeno político, na esteira de Maquiavel, a par de uma secularização do próprio pensamento jurídico em que Hobbes é figura pioneira, e o conseqüente desenvolvimento de fórmulas absolutizantes do poder tenham introduzido distintos pressupostos e limitações. É todavia no pensamento político da Segunda Escolástica que pretendemos fixar este breve excuro. Não só pela proximidade histórica e pelas implicações práticas que este teve em Portugal num momento de prova fundamental como foi o da Restauração, mas também, cremos, pela actualidade de algumas das formulações mais características. É certo que a identificação da modernidade política é objecto controvertido, não apenas no que toca à interpretação das fontes, como também, de uma perspectiva metodológica, à própria dificuldade de seleccionar o que buscar na investigação jus-historigráfica como manifestação da novidade que, supostamente, nos aproxima.

A tendência para estabelecer pontos de comparação com as instituições políticas contemporâneas da partir das categorias políti-

5. Veja-se como JOÃO DE SALISBÚRIA fundamentou a teoria da resistência activa e fez a apologia do tiranicídio advogando a existência não apenas de um direito, mas de um verdadeiro dever de resistir ao tirano; *Policraticus*, cap. 15.

6. S. TOMÁS DE AQUINO, *Suma Teológica*, II-II, q. 42.

7. Herbert BUTTERFIELD, *The Whig Interpretation of History*, Norton Library, Nova York, 1965, p. 12.

8. Veja-se, a título de exemplo, como Domingos PORTUGAL, sustentando a licitude da Restauração, rejeita a necessidade de autorização prévia do Sumo Pontífice para a destituição do tirano; *Tractatus de Donationibus Regiis*, Livro II, cap. XXIV. No mesmo sentido, Velasco GOUVEIA, *Da Justa Aclamação do Sereníssimo Rei de Portugal D. João IV*, Lisboa, 1644, I parte, IV. Para uma síntese do pensamento político dos autores portugueses mais representativos do século XVII, vide Pedro CALAFATE, *Da origem popular do poder ao direito de resistência*, Esfera do Caos, Lisboa, 2012.

9. Veja-se a este propósito a distinção tomista entre *vis coactiva* e *vis directiva* da lei, como argumento a favor da vinculação do soberano à sua própria lei.

10. Francisco SUÁREZ, *Defensio fidei catholicae adversus anglicanae sectae errores, cum responsionem ad Apologiam pro iuramento fidelitatis*, Coimbra, 1613.

cas tradicionalmente identificadas como típicas da modernidade - a começar pelas noções de “Estado” e de “nação” -, alimenta, por vezes, uma (questionável) perspectiva progressiva da história em direcção a uma meta que é o presente<sup>7</sup>. Mas tendo próxima esta prevenção metodológica, é também de uma leitura de continuidades, e não apenas de rupturas, que resultam as mais recentes interpretações da modernidade jurídica e política. A Segunda Escolástica manteve em grande medida a formulação tomista do direito de resistência, assumindo matizes mais ou menos cautelosos<sup>8</sup> no que respeita quer à identificação dos pressupostos da resistência, quer à conformação da resistência não apenas como direito, mas também como dever.

Contudo, e tendo presente que esta corrente de pensamento peninsular não é monolítica e oferece desenvolvimentos inovadores no plano epistemológico, pretendemos, mais que enunciar postulados teóricos, tomar em consideração argumentos que foram utilizados na literatura restauracionista para suportar, perante a Europa e o Papado, as pretensões portuguesas. Princípio prévio, característico da posição epistemológica típica da Segunda Escolástica, é a condenação do poder absoluto. Com raízes firmadas no pensamento político da patrística e fortalecida particularmente em momentos fundamentais da história medieval como foram a reforma gregoriana ou a longa querela que opôs o Papado ao Império, a rejeição da regra *rex legibus solutus* (recuperada do direito romano justiniano e desenvolvido com especial empenho pelos juristas do imperador) sustenta-se tanto no plano da concepção vicarial do poder, como no plano da teoria da lei<sup>9</sup>.

A par desta concepção limitada do poder, e no seu seguimento, são as relações entre as esferas temporal e secular que condicionam grande parte do debate moderno em torno do político. É neste contexto que Suárez será chamado a responder, pelo Papa, à defesa da teoria do poder divino dos monarcas por Jaime I de Inglaterra<sup>10</sup>, desenvolvendo a doutrina do *poder indirecto* - que mantém uma concepção teleológica do poder e da origem mediata do poder temporal por via da soberania popular, atenuando muito embora o poder de intervenção do poder espiritual no plano temporal, reconhecendo apenas um poder de intervenção indirecta. A literatura restauracionista adoptou este quadro teó-

rico para defender perante a Europa a legitimidade da destituição da dinastia filipina. Não só tentando demonstrar que o monarca espanhol não detinha título legítimo, mas também - e principalmente - que o exercício do poder fora tirânico, contrário aos interesses da comunidade, e como tal esta - verdadeiro titular da soberania - podia afastar o monarca tirano e aclamar quem detivesse título legítimo para reinar.

Considerando particularmente a obra de Francisco Velasco de Gouveia<sup>11</sup> (pela sua função e difusão), vemos afirmarem-se os princípios acima enunciados:

*O poder régio dos reis está nos povos e repúblicas e delas o receberam imediatamente.*<sup>12</sup> (...)

*Ainda que os povos transferissem o poder nos Reis, lhes ficou habitualmente, e o podem reassumir quando lhes for necessário para a sua conservação.*<sup>13</sup> (...)

*Podem os reinos e povos privar os reis intrusos e tiranos negando-lhes a obediência, submetendo-se a quem tiver legítimo direito de reinar neles.*<sup>14</sup>

*Vai, todavia, mais longe ainda o autor ao preterir o vínculo de subordinação do povo católico à Santa Sé quanto à destituição de soberanos, que autores como Suárez haviam defendido:*

*Os reinos, posto que sejam católicos, não têm regularmente, senão em certos casos, dependência do Sumo Pontífice, para privarem os reis tiranos intrusos, e aclamarem aos que forem legítimos.*<sup>15</sup>

É, antes de mais, uma teoria da origem e do fundamento do poder que está ainda em causa. Como nota Diogo Pires Aurélio, a teorização moderna do “fundamento” do poder encerra em si o “gérmen da sua negação”<sup>16</sup> e é nesta essência contraditória da concepção contratualista - que funda a legitimação no consentimento -, que reside a tensão inerente à fórmula da “representação”.

A própria *transferência* do poder, nas suas múltiplas concretizações, implica um primeiro plano de *representação*, particular-

11. Francisco VELASCO DE GOUVEIA, *Da Justa Aclamação do Sereníssimo Rei de Portugal D. João IV* (1644).

12. Francisco VELASCO DE GOUVEIA, *Idem*, Parte I, I.

13. Francisco VELASCO DE GOUVEIA, *Idem*, Parte I, II.

14. Francisco VELASCO DE GOUVEIA, *Idem*, Parte I, III.

15. Francisco VELASCO DE GOUVEIA, *Idem*, Parte I, IV.

16. Diogo PIRES AURÉLIO, *Maquiavel & Herdeiros*, Temas e Debates, Lisboa, 2012, pp. 285-286.

17. Francisco VELASCO DE GOUVEIA, *Idem*, Parte I, II.

18. Quentin SKINNER, *Uma Genealogia do Estado Moderno*, Imprensa de Ciências Sociais, ICS-UL, Lisboa, 2011, p. 27.

mente na teoria - acolhida na literatura política da Restauração - que distingue o poder *in actu* do poder *in habitu*<sup>17</sup>. Esta distinção é fundamental pelo que revela sobre a concepção de soberania popular e limitação do poder, mas também pelo que deixa já entrever como subjacente a um outro aspecto fulcral na teoria moderna do poder: o da multiplicação da *persona* política, que a teoria hobbesiana do Estado tão precisamente viria a identificar e na qual o conceito de *representação* é basilar, sendo o mais absoluto dos monarcas não mais que um “representante absoluto” do seu povo<sup>18</sup>. Contudo, quando nas fontes se encontram referências à *representação*, de que se trata afinal?

Objecto privilegiado na análise jus-historiográfica das instituições políticas medievais e modernas é o que diz respeito, precisamente, a um dos mecanismos de *representação* por excelência: as cortes. Apurar a *função* das cortes é ainda detectar o afloramento de concepções limitativas do poder e olhar para a evolução desta instituição na modernidade é particularmente útil para a sua caracterização, pois se é certo que a modernidade é a era dos absolutismos, ela é também a da emergência do *Leviathan* firmado no contratualismo e a da imediata resposta jurídico-política às novas concepções absolutizantes do poder, resposta essa sobre a qual também assentará a estrutura discursiva do pensamento político contemporâneo.

Não devemos, é certo, repercutir nesta instituição e nas suas variantes históricas uma interpretação directa da *representação* tal como a entendemos no contexto pós-revolucionário do século XVIII, em que o próprio conceito de *vontade* - filosófica, jurídica e política - adquire uma conformação distinta. Uma vez mais, o pressuposto da *ausência* revela-se central para a consideração de uma prevenção metodológica quando se trata de adoptar uma noção de *dualismo* operante que se manifestaria não só no pacto originário como também em experiências de exercício pactuado do poder, como seriam as cortes. Porque para que tal possa plenamente entender-se, necessário se torna que permanentemente se distingam dois actores políticos, o que está longe de ser pacífico. A esta luz, é legítimo inquirir pelo real alcance do princípio *quod omnes tangit*, tradicionalmente reconhecido pela jus-historiografia portuguesa como princípio actuante no reino,

designadamente quanto à expressão de um “consenso”; ou qual o alcance limitador desta instituição em particular para o poder do soberano; ou em que medida ela é expressão de uma “liberdade dos povos”.

Mas pretendemos atentar sobretudo na utilização política dos conceitos e, particularmente, na interacção entre os conceitos subjacentes à caracterização das cortes no pensamento político moderno e ao direito de resistência. Pensamos que se podem extrair dessa comparação entre princípios actuantes algumas pistas para a avaliação da existência de um verdadeiro fenómeno de *representação* e qual o seu significado. Dir-se-á que a concepção naturalista e objectiva da sociedade e do poder, ainda que conjugada com elementos de carácter voluntarista - em particular pela Segunda Escolástica - impede que se possa ver na *repræsentatio* moderna mais que um fenómeno de *identificação* entre representante e representado, em que o soberano se assumia como *manifestação* da comunidade - o que afastaria necessariamente a ideia de *pactismo* - e que tal ocorreria por necessidade e não por força de um pacto ou de um mandato representativo que só o século XIX plenamente consagraria<sup>19</sup>. Do pacto originário decorreria uma natural sujeição, identificando-se o *rei* com o *reino*.

Mas não deixa de ser notório que o *pactismo* condiciona não só a explicação da origem do poder - num *pacto de sociedade* que a Segunda Escolástica vai teorizar com implicações especialmente relevantes para o pensamento moderno - como a própria configuração do poder, quer no que respeita ao seu conteúdo - juridicamente consubstanciado em direitos e deveres régios - quer no que respeita à forma do ser exercício - assumindo aqui uma natureza claramente limitadora de que a teoria do poder de resistência é apenas a mais radical expressão, mas em que se fundam aspectos tão relevantes para a caracterização da experiência histórica portuguesa como a operabilidade do princípio *quod omnes tangit* (que se traduzia, particularmente, numa clara limitação do poder de lançar contribuições sem o consentimento das cortes).

Tomando alguns dos argumentos invocados pela literatura da Restauração, é notória a superioridade política atribuída às cortes. Veja-se paradigmaticamente o valor dado às *Actas das Cortes*

19. A. M. HESPANHA, “Qu’est-ce que la “constitution” dans les monarchies ibériques de l’époque moderne?”, in *Themis*, 2001, pp. 5-18.

20. Publicadas na *Monarchia Lusitana*, de Frei António BRANDÃO, em 1632.

21. A. M. HESPANHA, *Idem*.

22. João SALGADO DE ARAÚJO, *Ley Regia de Portugal*, Madrid, 1627.

*de Lamego*, um texto que surge durante o domínio filipino e que será invocado permanentemente em actos políticos e legislativos ao longo do século XVII (e que só no século XIX a doutrina jus-historicista demonstrou ser uma falsificação)<sup>20</sup>. A tradicional adopção da *natura rerum* como fundamento da ordem política poderia, à partida, fundamentar uma indisponibilidade da relação entre governo e governados<sup>21</sup>; mas como explicar então a destituição do tirano enquanto exercício de um direito - ou mesmo de um dever - de resistência, senão num contexto em que se admite como disponível essa relação? Veja-se, ainda a este propósito, como um outro autor setecentista, João Salgado de Araújo, funda as obrigações régias (e não deixa de ser relevantes esta caracterização das funções do rei como sendo de natureza obrigacional) no “*contrato celebrado com los pueblos*”, a par da lei natural e das gentes, bem como da lei divina<sup>22</sup>.

## Conclusão

As dificuldades que a determinação do mandato implicam no plano político podem demonstrar a justificação de uma concepção formal da representação, enquanto mecanismo de selecção dos governantes, mas o elemento constitutivo - historicamente determinado - da representação como instituição política recebida contemporaneamente reside no conceito de *consenso* e este determina-se numa dimensão material, na identificação do *objecto do consenso*.

O que rejeitamos, todavia, é a antinomia que, no actual discurso de contestação ao sistema político vigente, se pretende identificar entre *representação e participação*, apresentando os mecanismos representativos como impeditivos da participação política e propondo como fórmula substitutiva a (pretensa) “espontaneidade” dos actos de “participação”, que (só) aparentemente dispensam mediações e possibilitariam a superação do dilema do pressuposto da *ausência* em que assenta a *representação* política - nomeadamente através dos novos meios de comunicação e de interacção em redes sociais. Também eles são, ironicamente, veículos de novas ausências - desde logo, as da verdadeira *identidade* dos seus actores - mas parece que a etimologia dos *media* não faz, por um só momento, perder tempo para pensar que, afinal, está anulada à partida, e necessariamente, a imediação das

fórmulas ditas mais *participativas*...

É ainda a luta dos herdeiros de Rousseau, que pretendem excluir da *representação* uma genuína expressão da vontade, vendo nela um fenómeno de *substituição* - e de abdicação - consentida do exercício da liberdade, e não um mecanismo que, constituindo-se através de um acto de vontade, é ainda - e talvez - o mecanismo mais eficaz de exercício da liberdade em comunidades de homens, e não de deuses<sup>23</sup>. Desde logo porque só aí se encontra um efectivo limite ao próprio exercício do poder - porque como tão bem compreendeu Rousseau, a vontade absolutamente exercida não pode, por definição, conhecer limites. É por isso que o seu soberano é ainda um soberano absoluto, que “*nunca poderá assumir deveres*” e que “*não tem necessidade de dar garantias aos seus súbditos*”<sup>24</sup>. E sê-lo-ão ainda, estruturalmente, as novas (velhas) alternativas que reclamam que da vontade apenas se *participa* e que esta não se representa.

23. J. J. ROUSSEAU, *O Contrato Social*, livro III, cap. IV.

24. J. J. ROUSSEAU, *Idem*, livro I, cap. VII.

## Bibliografia

A. M. Hespanha, “Qu’est-ce que la “constitution” dans les monarchies ibériques de l’époque moderne?”, in *Themis*, 2001

S. Tomás de Aquino, *Suma Teológica*, II-II

Frei António Brandão, *Monarchia Lusitana*, 1632.

Herbert Butterfield, *The Whig Interpretation of History*, Norton Library, Nova York, 1965

Pedro Calafate, *Da origem popular do poder ao direito de resistência*, Esfera do Caos, Lisboa, 2012

J. J. Gomes Canotilho, *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7.<sup>a</sup> ed. (reimpr.), Almedina, 2003

Cícero, *A República*, livro I

Velasco Gouveia, *Da Justa Aclamação do Sereníssimo Rei de Portugal D. João IV*, Lisboa, 1644

J. J. Rousseau, *O Contrato Social*, livro III, cap. IV

Diogo Pires Aurélio, *Maquiavel & Herdeiros*, Temas e Debates, Lisboa, 2012

João **Salgado de Araújo**, *Ley Regia de Portugal*, Madrid, 1627

**S. Agostinho**, *A Cidade de Deus*, livro XIX

Quentin **Skinner**, *Uma Genealogia do Estado Moderno*, Imprensa de Ciências Sociais, ICS-UL, Lisboa, 2011

Francisco **Suárez**, *Defensio fidei catholicae adversus anglicanae sectae errores, cum responsionem ad Apologiam pro iuramento fidelitatis*, Coimbra, 1613

Francisco **Velasco de Gouveia**, *Da Justa Aclamação do Sereníssimo Rei de Portugal D. João IV* (1644)

Francisco **Velasco De Gouveia**, *Idem*, Parte I, II

## Representação e democracia na transição portuguesa

David Castaño

### Introdução

Através da análise de um caso concreto de ruptura político-institucional e das diferentes alternativas então defendidas pelos principais actores civis e militares, procuraremos neste artigo lançar as bases para um debate em torno do conceito de representação política para que apontam os textos de Ana Fouto, Antoni Aguiló, Guilherme Marques-Pedro e Pedro Magalhães. Entre 1974 e 1975 Portugal foi palco de uma acesa batalha, que esteve bem perto de se materializar, entre aqueles que, seguindo Marx, entendiam a representação parlamentar como um obstáculo à implementação de um regime democrático e os que acreditavam que esta era um meio indispensável para se chegar a esse fim. Como lembra Diogo Pires Aurélio, autor a que também recorreu Pedro Magalhães, o conceito de representação foi diversas vezes pensado “como contraponto à democracia, e não como seu instrumento ou prolongamento natural”<sup>1</sup>. O período revolucionário português foi um destes momentos, tendo ficado patente a difícil articulação entre democracia directa e democracia representativa, proposta por Antoni Aguiló como uma das vias para se ultrapassar o que descreve ser o esgotamento da democracia representativa liberal, que também designa por democracia de baixa intensidade.

### Parte I

A relativa facilidade com que, através de um golpe militar, se derubou o Estado Novo, contrastou com a dificuldade em definir e instituir um novo modelo político. No programa do MFA, documento fundacional do novo regime, os autores do golpe justificavam a sua actuação pela necessidade de se definir uma política ultramarina que conduzisse à paz e que tal desiderato só poderia ser alcançado mediante o saneamento das instituições vigentes que se deveriam tornar, “pela via democrática, indiscutidas representantes do Povo Português”. Nesse sentido, o Programa

1. Diogo Pires Aurélio, *Representação Política. Textos clássicos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2009, p. 13.

2. Programa do MFA, [www.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut07](http://www.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=estrut07).

3. António Duarte Silva, *A independência da Guiné e a descolonização portuguesa...*, pp. 233-235.

preconizava a eleição, “por sufrágio universal directo e secreto”, de uma Assembleia Nacional Constituinte no prazo de doze meses<sup>2</sup>. No entanto, a rápida evolução dos acontecimentos veio colocar em causa esta promessa e o futuro dos territórios africanos seria decidido durante a fase dos governos provisórios sem que se tivesse verificado a almejada legitimidade democrática.

Antevendo este desenlace, o primeiro desvio ao programa seria proposto por Spínola, Palma-Carlos e Sá Carneiro, respectivamente Presidente, Primeiro-ministro e ministro adjunto do Primeiro-ministro, que em Julho de 1974, em resposta à duplicação dos centros de poder, simbolizada na instalação da Comissão Coordenadora do MFA em S. Bento, advogam a necessidade de um reforço dos poderes presidenciais através da realização de um referendo destinado a aprovar uma Constituição Provisória e a eleger um Presidente da República, implicando uma alteração ao calendário eleitoral inicialmente previsto, adiando para 1976 a eleição da Assembleia Constituinte.

Palma-Carlos entendia que o Programa do MFA fora ultrapassado pelo “brotar de partidos políticos, e não só de meras associações cívicas ou políticas” e pela abertura de negociações com o PAIGC e a FRELIMO, “em termos reveladores de certas orientações de fundo”. Por este motivo defendia a aprovação de uma constituição provisória que, de acordo com a Carta das Nações Unidas, claramente reconhecesse o princípio do direito à autodeterminação com todas as suas consequências, incluindo a independência dos territórios portugueses da África e da Ásia, sendo que a futura Assembleia Constituinte, a eleger até 30 de Novembro de 1976, integraria deputados eleitos “pelos territórios que, em virtude do exercício do direito à autodeterminação, tiverem optado por qualquer forma de ligação política com Portugal”. Deste modo procurava-se evitar que nas eleições para a Assembleia Constituinte agendadas para Março de 1975 se levantasse o problema da representatividade dos territórios ultramarinos, dada a escassez de tempo para se procederem às consultas necessárias em qualquer processo de autodeterminação<sup>3</sup>. A aceleração do processo revolucionário deixaria para trás este problema de representatividade.

Quando confrontado com este projecto o líder socialista, então ministro dos Negócios Estrangeiros e responsável pelas

negociações com os movimentos independentistas, opôs-se. Temia que o processo se viesse a traduzir num mero plebiscito a Spínola e pensava que essa legitimidade reforçada abafaria os partidos políticos, que deveriam reafirmar o seu papel numa democracia pluralista, reafirmação que só poderia acontecer mediante a realização de eleições, pelo que se deveria manter o calendário inicialmente apresentado<sup>4</sup>. A oposição dos socialistas e do MFA, que apesar dos esforços de Spínola não foi desactivado, conduziram à queda de Palma-Carlos e à nomeação de um novo primeiro-ministro que, por outras razões, também se viria revelar pouco interessado em atribuir carácter prioritário à realização de eleições constituintes. Com o primeiro governo provisório caiu também Sá Carneiro. Vasco Gonçalves, o militar designado pelo MFA para a chefia do governo, informou o PPD que o seu líder não poderia permanecer no governo porque o Movimento não o aceitaria<sup>5</sup>.

Três meses mais tarde, no final de Setembro, o sucesso alcançado pelo PCP pelo MDP e pela Intersindical na inviabilização, através de forte mobilização popular, da manifestação da “Maioria Silenciosa”, que conduziu à queda de Spínola e a um reforço do MFA, fizeram o país entrar naquela que alguns autores denominam “deriva comunista”<sup>6</sup>. Relativamente à descolonização ficou aberto o terreno para os defensores da entrega directa dos territórios aos movimentos de libertação e a nível político-partidário o PCP emergiu como uma importante força política, com grande capacidade de mobilização popular, reforçando a sua aliança com o MFA. A aceleração da dinâmica revolucionária passava, entre outros, pelo desvirtuamento das eleições através da ideia, apoiada pelo PCP, da participação directa de representantes do MFA na Assembleia Constituinte, que deveriam constituir uma percentagem entre 10% a 20% do número total de deputados<sup>7</sup>. Foi perante esta possibilidade que o líder socialista, que em Dezembro de 1974 afirmara que o lugar dos militares era nos quartéis<sup>8</sup>, se destacou como defensor da institucionalização do MFA, posição que deve ser interpretada como uma estratégia de minimização de danos, oferecida como uma alternativa que, impedindo a participação directa do MFA na Assembleia Constituinte, garantiria a realização de eleições e a aplicação do Programa do MFA através da celebração de um acordo prévio entre os militares e os partidos.

4. *Diário de Notícias*, 11-7-1974, p. 7; *Expresso* 13-7-1974, p. 3.

5. Maria Manuela Cruzeiro, Vasco Gonçalves. *Um general na revolução...*, p. 79.

6. António José Telo, *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à actualidade*, vol. I, Lisboa, Editorial Presença, 2007, p. 91.

7. *Expresso*, 9-11-1974, p. 1.

8. Entrevista de Mário Soares a *O Século Ilustrado*, 21-12-1974.

9. Ver, por exemplo: António José Telo, *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à actualidade*, vol. I, Lisboa, Editorial Presença, 2007, p. 122; Luís Nuno Rodrigues, *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2010, pp. 544-545; Maria Inácia Rezola, *Os militares na revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2006, p. 128.
10. Maria João Avillez, *Soares, ditadura e revolução...*, pp. 412-414.
11. Comunicado do Secretariado Nacional do PS, 11-3-1975, CD-ROM, "Fontes para a História do Partido Socialista", FMS, 1999.
12. *Diário de Lisboa*, 12-3-1975, p. 2.
13. Luís Nuno Rodrigues, *Marechal Costa Gomes*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008, pp. 230-231.
14. *Diário de Notícias*, 17-3-1975, p. 10.

## Parte II

Conseguida a ausência de constituintes fardados em S. Bento, um novo acontecimento veio colocar novamente em causa a realização de eleições. A 11 de Março, o ex-presidente Spínola, convicto que estaria para breve um golpe desencadeado pela extrema-esquerda, tentou uma resposta militar condenada ao fracasso. De acordo com a historiografia mais recente o 11 de Março deve ser interpretado como um artil elaborado com a intenção de fazer avançar Spínola e assim antecipar e neutralizar a realização de um golpe de direita que segundo diversas informações na posse de alguns sectores do MFA estaria a ser preparado deste Fevereiro<sup>9</sup>. Nessa mesma tarde, depois do PCP ter anunciado que a contra-revolução fora esmagada, alguns dirigentes socialistas, entre os quais o seu líder, defenderam que o PS deveria denunciar publicamente que se estava perante uma manobra que tinha como finalidade forçar e acelerar o processo revolucionário. Pelo contrário, Salgado Zenha defendeu que caso esse caminho fosse seguido o mais provável seria o adiamento ou mesmo o cancelamento das eleições. Soares foi sensível a estes argumentos tácticos e alterou o seu posicionamento<sup>10</sup>.

O PS emitiu então um comunicado onde condenava "severamente" a provocação reaccionária e se manifestava contra todos os atentados "à irreversibilidade do processo revolucionário em curso"<sup>11</sup>, tendo participado numa manifestação ao lado do PCP, da Intersindical e de outros partidos de esquerda onde se ouviram apelos a fuzilamentos e se criticou duramente o silêncio e a ausência do PPD<sup>12</sup>. Nessa noite, naquela que ficou conhecida como "Assembleia Selvagem", apenas a firme oposição do Presidente Costa Gomes impediu que fosse aprovado o pretendido pela maioria dos militares presentes: o cancelamento das eleições<sup>13</sup>. Nos dias seguintes o PS procurou manter a sua posição de partido-charneira, realizando encontros quer com o PCP quer com o PPD. O seu líder veio publicamente criticar as tentativas de marginalização de que os populares democratas estavam a ser alvo e em paralelo congratulou-se com as medidas adoptadas no domínio económico, nomeadamente a nacionalização da banca, alertando, contudo, para os perigos de uma "estratégia anarco-populista" que poderia conduzir o país a um "capitalismo de Estado monolítico"<sup>14</sup>.

Os acontecimentos de 11 de Março tiveram também implicações no seio do governo provisório, tendo-se registado um reforço dos defensores da linha revolucionária. Durante as negociações para a formação do IV governo, Mário Soares chegou a ponderar a não participação de representantes do PS no governo e de passar, se necessário, à clandestinidade<sup>15</sup>. Por intermédio de Willy Brandt, fez chegar uma mensagem a Gerald Ford onde descrevia a gravidade da situação, afirmava que os socialistas estavam “a chegar a um ponto de desespero”, que o 11 de Março fora encenado para servir os interesses do PCP, que o MFA estava sob a influência deste partido e que as eleições agendadas para Abril iriam ser realizadas num clima intimidante para as forças moderadas<sup>16</sup>. A direcção socialista ainda ensaiou uma estratégia comum com o PPD que passava pelo abandono de ambos os partidos do governo e a sua passagem à oposição.

No entanto, dúvidas quanto à capacidade dos populares democratas honrarem esse compromisso levaram os socialistas a permanecer no governo<sup>17</sup>. A supremacia em termos de representatividade numérica do PS no governo foi substituída por uma situação de paridade, passando todos os partidos a estarem representados por dois ministros, incluindo o MDP, que passou figurava em plano de igualdade com os restantes três partidos. O MFA, e em particular a linha gonçalvista, passava assim a deter um ascendente dominante sobre o executivo. Em reunião da comissão directiva do PS, Soares, que fora forçado a deixar a pasta dos Negócios Estrangeiros, justificou este posicionamento com a necessidade de “aceitar todas as soluções que surgiam na mira de chegar às eleições e salvá-las” o que o levava a aceitar “quase tudo o que o MFA propunha”, nomeadamente a remodelação ministerial, pois “o essencial era chegar às eleições”<sup>18</sup>.

Do mesmo modo que a direcção do PS aceitou as alterações no governo que provocaram um nítido recuo do seu peso e influência, acatou também as novas propostas apresentadas pelo MFA no âmbito da negociação para a celebração do acordo com os partidos. Estas já não passavam apenas pela sua institucionalização e pelo desenho da futura orgânica constitucional mas procuravam garantir “a continuação da revolução política, económica e social iniciada em 25 de Abril de 1974”<sup>19</sup>. Apesar de praticamente

15. “Reports on meetings between canadian ambassador and portuguese officials”, telegrama da representação dos EUA na NATO para o Departamento de Estado, 14-4-1975, NATO 02041, State Department Cables.

16. Tiago Moreira de Sá, *Os Estados Unidos da América e a Democracia Portuguesa. As relações luso-americanas na transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*, texto policopiado, Lisboa, 2007, p. 246.

17. “Cabinet changes”, telegrama da embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado, 25-3-1975, Lisbon 01704, State Department Cables.

18. Acta da comissão directiva do PS, FMS, Arquivo PS, Órgãos Nacionais, Comissão Directiva, pt. 2128.001.

19. Anexo “C” da Acta do Conselho da Revolução de 27-3-1975, FMS, Fundo JMB, pt. 02975.01

20. Esta documentação encontra-se no Arquivo do Conselho da Revolução, caixa 84, pasta “Pacto MFA-Partidos” e no Arquivo do PS, FMS, Órgãos Nacionais, pt. 4385.083.

21. “Soares meeting with secretary”, telegrama da embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado, 16-9-1974, Lisbon 03972, State Department Cables.

22. Entrevista de Mário Soares ao *La Stampa*, 15-4-1975, reproduzida no *Diário de Notícias*, 16-4-1975, p. 9.

23. Comunicado da CNE, *Diário de Notícias*, 18-4-1975, p. 9.

24. Acta do Conselho da Revolução, 7-5-1975, FMS, FSMB, pt. 02975.09.

nenhuma das contrapropostas apresentadas pelos partidos, no sentido de minimizar a preponderância do poder militar sobre o poder político que se deseja civil, ter tido acolhimento<sup>20</sup>, PS e PPD subscreveram o Pacto. Vários estudos de opinião<sup>21</sup> indicavam uma vitória eleitoral do PS havendo que assegurar a realização da consulta popular. Essa era a prioridade que justificava cedências.

Durante a campanha eleitoral Soares não escondeu ter esperança que um grande sucesso do PS pudesse influenciar parte do MFA, uma vez que o movimento não era um bloco homogêneo e poderia vir a ser afectado por uma vitória socialista que colocaria o MFA perante dois caminhos possíveis: ou adoptava “posições mais elásticas” e corrigia a linha de actuação que vinha seguindo; ou optava por uma “fuga para a frente” que transformaria Portugal numa espécie de Albânia<sup>22</sup>. Esta fuga para a frente passava, entre outros aspectos, pelos apelos ao voto em branco, proferidos quer por importantes sectores do MFA, quer mesmo pelo organismo encarregado de conduzir o processo eleitoral que em comunicado afirmava que o voto em branco tinha “sentido patriótico e significado revolucionário”<sup>23</sup>. Pese embora este conjunto de vicissitudes, as eleições realizaram-se e os apelos ao voto em branco não tiveram o resultado pretendido (representaram 7%). O PS foi o partido mais votado com 38%, seguido do PPD com 26%, do PCP com 12% e do CDS com 7%. Os defensores da via pluralista tinham finalmente uma legitimidade - eleitoral - que se contrapunha à legitimidade revolucionária.

Perante esta alteração os adeptos da via revolucionária procuraram promover uma nova aceleração do processo. Apenas uma semana após as eleições ficou patente a existência de divergências quanto ao rumo político do país, não apenas entre os partidos mas também no interior do MFA. As comemorações do 1º de Maio simbolizaram o afastamento definitivo entre socialistas e comunistas e revelaram a existência de pontos de vista divergentes no seio do Conselho da Revolução, onde alguns conselheiros, entre os quais o Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves, criticaram os partidos mais votados e defenderam que as eleições não tinham favorecido o processo revolucionário, enquanto outros conselheiros atribuíam responsabilidades pelos confrontos registados ao próprio Conselho da Revolução que se teria deixado envolver numa disputa partidária<sup>24</sup>.

O líder socialista empenhou-se então em demonstrar que, além de ser o partido mais votado, o PS possuía grande capacidade de mobilização popular. Em meados de Maio, numa reunião da direcção do PS, Soares defendeu que embora o poder estivesse maioritariamente concentrado no MFA, os partidos ainda tinham algum poder fruto da sua capacidade de mobilização popular e dado o facto do MFA ter dificuldade em se opor a estas manifestações de massas<sup>25</sup>. No decurso de uma manifestação a favor do pluralismo nos meios de comunicação social, o líder socialista dirigiu-se directamente aos conselheiros da revolução e, lembrando que o PS era o maior partido português, afirmou que o Conselho da Revolução teria de dizer se queria governar apoiado na maioria do povo português ou se pretendia governar contra essa minoria. Nessa mesma ocasião revelou que o PS não estava disposto a permanecer num governo em teoria e que por isso dizia basta<sup>26</sup>.

No dia seguinte os líderes do PS e do PCP foram ouvidos separadamente pelo Conselho da Revolução. Depois de passar em revista vários casos, da imprensa aos sindicatos, das autarquias às empresas nacionalizadas, Soares afirmou que as regras do pluralismo não estavam a ser respeitadas e que ao Conselho da Revolução cabia a responsabilidade histórica de decidir se pretendia chegar ao socialismo por uma via não democrática. Sublinhou que essa não era a via por si escolhida e que em seu entender havia que atacar prioritariamente o problema do crescimento económico do país e, nesse sentido, reforçar os laços com a Europa. Em segundo lugar havia que “institucionalizar a democracia” e garantir que os trabalhos da Constituinte chegassem a bom porto. Por seu lado, Álvaro Cunhal, na linha do que já tinha sido advogado por Vasco Gonçalves, defendeu que a dinâmica eleitoral estava a travar o processo revolucionário e a encaminhar o país para um rumo que não era aquele que estava traçado. O líder comunista aproveitou ainda para questionar a continuidade da actividade da Assembleia Constituinte, uma vez que esta tinha sido eleita com base no Pacto MFA/Partidos, acordo que em seu entender o PS estava a colocar em causa com a suspensão dos seus representantes no governo. Cunhal voltou ainda a criticar a ausência do MFA na Assembleia Constituinte e sublinhou a necessidade de se evitar que o processo eleitoral contrariasse o processo revolucionário<sup>27</sup>.

25. Acta de Reunião, FMS, Arquivo Histórico do PS, Órgãos Nacionais, Comissão Directiva, pt. 02128.002.

26. *Diário de Notícias*, 23-5-1975, p. 1 e 8

27. Acta do Conselho da Revolução, 23-5-1975, FMS, FJMB, pt. 02975.13.

28. Plano de Acção Política, 21-6-1975, disponível em [www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=poderpol12](http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=poderpol12).

29. “Documento-Guia de Aliança Povo-MFA”, disponível em [www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=poderpol17](http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=poderpol17). Sobre a Assembleia do MFA de 8-7-1975 ver Maria Inácia Rezola, Os militares na revolução de Abril..., pp. 273-275.

Nas semanas seguintes multiplicaram-se as acções a favor da formação imediata de um governo revolucionário e da dissolução da Constituinte. As divisões existentes na sociedade portuguesa reflectiram-se no interior do MFA a partir do qual começaram a brotar documentos programáticos que eram contrários ao seu programa inicial. No final de Junho, o MFA divulgou o denominado Plano de Acção Política (PAP), que procurava conciliar democracia representativa e democracia directa. O documento defendia que o pluralismo partidário implicava “o reconhecimento da existência de vários partidos políticos e correntes de opinião”, mesmo que não defendessem opções socialistas, desde que estes não se opusessem “à construção da sociedade socialista por via democrática”. Advertia que as eleições iriam decorrer “durante o período de transição” para o socialismo, não se admitindo que estas viessem “a constituir um obstáculo” nesse caminho. Era ainda sublinhado que à Assembleia Constituinte estava expressamente vedado “qualquer tipo de interferência oficial na vida política ou administrativa nacional”, sendo incentivada a criação de organizações populares, que constituiriam “o embrião de um sistema experimental de democracia directa”<sup>28</sup>.

Apesar da quase completa ostracização da Assembleia Constituinte, quando a 8 de Julho a Assembleia do MFA se reuniu com a intenção de agregar os militares em torno do PAP surgiram outros dois documentos, um apresentando por Vasco Gonçalves, que defendia a construção de uma via socialista apoiada por uma vanguarda política e outro, apresentando por iniciativa do Gabinete de Dinamização do Exército depois alargada a outros organismos militares, denominado *Documento-Guia de Aliança Povo-MFA* que apresentava um conjunto de acções a levar a cabo tendo em vista a instauração do poder popular que ignoravam por completo a Assembleia Constituinte, recém-empossada, e que passavam pelo desmantelamento do aparelho de Estado e a formação de Comissões de Moradores e de Trabalhadores que constituiriam Assembleias Populares Locais. Destas emergiriam Assembleias Municipais, Distritais e Regionais até à formação da Assembleia Popular Nacional. O documento esclarecia ainda que a partir do nível municipal, o MFA disporia de uma participação directa, através de representantes das Assembleias de Unidades do Exército, Marinha e da Força Aérea<sup>29</sup>.

A oposição do PS ao Documento-Guia foi prontamente divulgada num longo comunicado que considerava que o texto aprovado na Assembleia do MFA era contrário ao Programa do MFA e à Plataforma de Acordo Constitucional subscrita pelo MFA e pelos partidos e que o mesmo representava “um desprezo formal pela vontade popular expressa nas eleições de 25 de Abril”. Na opinião dos socialistas o documento não visava, como proclamava, estabelecer as bases para a aliança povo-MFA, mas revelava “um esquema de organização do Estado” que ao contrário iria conduzir “a um generalizado mal-estar da população perante o poder militar senão ao divórcio entre o povo e o MFA”. Entre os vários aspectos referidos pelo PS como exemplos da violação do pacto assinado com os partidos, destacava-se aquele que lembrava que a Assembleia Legislativa seria eleita por sufrágio universal, directo e secreto, não existindo nenhuma referência a uma Assembleia Popular Nacional “formada por eleição em quarto ou quinto grau e a partir de votação por braços levantados”.

## Conclusão

Resumindo, na opinião do PS, estava-se perante a “redução do País a um organigrama híbrido” que servia, “no fundo e apenas, de cobertura à instauração de uma ditadura” que nunca poderia ser considerada uma ditadura do MFA, mas que “poderia ser imposta pelos sectores minoritários militares”, não deixando de ser notada a semelhança do modelo proposto com a experiência de 1917<sup>30</sup>. Já o líder comunista, em declarações ao jornal *Granma* de Cuba, admitia a possibilidade de uma intervenção militar “na aliança com o povo”, se fosse provado que em Portugal era impraticável uma coligação governamental e salientava que “governo militar não significa necessariamente ditadura”, defendendo que os laços entre o Povo e o Movimento das Forças Armadas podiam “perfeitamente existir fora dos partidos políticos - através de organizações de trabalhadores ou de organizações e assembleias distritais”<sup>31</sup>. Dias mais tarde, em entrevista a Oriana Falacci, Cunhal afirmaria que em Portugal a opção passava pela escolha de um “forte governo reaccionário ou uma forte democracia comunista”, já que em seu entender as eleições não tinham “qualquer importância”, não se podendo reduzir a ques-

30. Comunicado do PS sobre o Documento-Guia Povo-MFA, 9-7-1975, CD-ROM, “Fontes para a história do Partido Socialista”, FMS, 1999.

31. Entrevista de Álvaro Cunhal ao *Granma*, citada no *Diário de Lisboa*, 5-6-1975, p. 4.

32. Entrevista de Álvaro Cunhal ao semanário italiano «Europeo», transcrita no *Expresso*, 7-6-1975, p. 2.

33. Discurso de Álvaro Cunhal no comício da UJC, Pavilhão dos Desportos, 18-7-1975, Álvaro Cunhal, *A crise político-militar, discursos políticos V*, Lisboa, Editorial Avante, 1976, pp. 110-114.

tão “a percentagens de votos recebidos por um partido ou outro”, uma vez que, esclarecia: “se pensa que o Partido Socialista com os seus 40%, e o Partido Popular Democrático com os seus 27%, compõem a maioria, está a cometer um erro. Eles não têm a maioria”. No mesmo tom, o líder comunista afirmou: “A Assembleia Constituinte não será um órgão legislativo e certamente não será uma Câmara de deputados”<sup>32</sup>.

Perante a aprovação pela Assembleia do MFA do *Documento-Guia* e goradas as tentativas de afastamento de Vasco Gonçalves da liderança do governo promovidas pelo grupo de oficiais do MFA que se opunham ao modelo preconizado pelo Primeiro-Ministro, os socialistas abandonaram o governo, sendo pouco depois seguidos pelos populares democratas, tendo-se empenhado na realização de grandes manifestações contra a permanência de Gonçalves, designadas por Álvaro Cunhal como marchas contra-revolucionárias<sup>33</sup>. Estavam reunidas as condições para uma aproximação entre militares e civis que se opunham aos projectos de democracia directa apoiados por importantes sectores do MFA que continuavam apostados em levar a sua avante (vide o episódio do cerco à Assembleia Constituinte). Desta cooperação resultou a substituição do Primeiro-ministro e a clarificação militar de Novembro de 1975 que viabilizou a realização das primeiras eleições legislativas em Abril de 1976.

Deixando à extrema-esquerda o ónus do malogrado golpe de 25 de Novembro, os comunistas passaram a defender a Constituição que instituiu o regime representativo e que resultara de uma Assembleia cujo papel tinham menosprezado e cuja existência tinham questionado. Quase quatro décadas mais tarde, voltaram a realizar-se cercos ao parlamento e a verificar-se apelos à realização de assembleias populares. No entanto, alguns factores afastam-nos desse período. A extrema-esquerda, então apenas representada por um deputado da UDP, tem hoje uma maior expressão parlamentar, fruto de um longo processo de aproximação das suas várias tendências. Por outro lado, o regime representativo, então sem tradição no país, reconhece hoje as suas limitações e procura regenerar-se, estudando alterações à lei eleitoral que possibilitem uma melhoria da representação através, entre outras, da introdução de círculos uninominais.

Em 1975 não havia qualquer possibilidade de conciliação entre os defensores da democracia directa e da democracia representativa. Eram duas opções antagónicas. A afirmação de uma passava inevitavelmente pela exclusão da outra. Volvidos quase quarenta anos novas questões se colocam. Conciliar “democracia de baixa intensidade” com novas formas de representação política parece hoje mais fácil. No entanto, a história revela que “alta intensidade” e democracia dificilmente coexistem.



# V. Representação e Estética

Da realidade à criação, das trevas à luz:  
a representação da vida na ficcionalidade  
de «A Cidade de Ulisses», de Teolinda Gersão,  
e num ‘políptico’<sup>1</sup> de Margarida Cepêda

Marina Alexandra Carvalho da Rocha

## 1. Estado de Arte / Objecto de Estudo

Propícia a leituras de índole prevalentemente hermenêutica, a obra de arte, quer a literária, quer a da Pintura, é o objecto que nos propomos analisar neste artigo. O vector por que pautaremos tal análise é o da representação da Vida (humana), fortemente consubstanciada em personagens, tempos, espaços, recursos estilísticos e símbolos que plasmam intenções críticas e aspectos vários, os quais o leitor / espectador pode (e deve) considerar e degustar.

1. A utilização do termo ‘políptico’ é da nossa responsabilidade, pelo que se refere ao conjunto polivalente dos quadros da pintora portuguesa de que nos serviremos neste artigo e que constam do ponto numerado como 7.

## 2. Agulhagem do conceito - representação

O nome comum não-contável (ou massivo), *Representação*, é o que em Linguística chamamos de nome deverbal, isto é, tem origem primeira num verbo. Tal verbo é latino e enuncia-se como *repraesento, as, are, avi, atum*, sendo que a ele o dicionário Latim / Português faz corresponder os seguintes significados: ‘tornar presente, pôr diante dos olhos, fazer reviver; reproduzir (pela pintura ou pela palavra), repetir, representar, imitar, ser a imagem de’.

No caso do Dicionário de Língua Portuguesa, esta panóplia de itens lexicais estende-se a: ‘revelar, reproduzir, figurar’. Daqui que se depreende que ‘representação’ é o acto ou efeito de tudo isto. Pois bem, a acepção de que nos socorreremos, nesta comu-

nicação, não podia ser mais clara: tentaremos mostrar como, através das supracitadas ‘palavra’ e da ‘pintura’ procurarmos uma ou várias reproduções, figurações ou presentificações da Vida, tendo em conta um texto narrativo de Teolinda Gersão, *A Cidade de Ulisses*, e um conjunto de quadros de Margarida Cepêda, seleccionados da sua obra completa.

### 3. Problema / Hipóteses

Do que até fica escrito facilmente se compreenderá que estamos a bipartir a nossa reflexão, tendo em consideração a recepção de uma obra de arte por um público de leitores e espectadores / observadores nas suas múltiplas possibilidades de construção de sentidos e interpretações. Tanto a obra de arte em análise como o público a que se destina nos leva a questionar o seguinte:

- É possível encontrar pontos de comunhão entre o verbal (texto) e o não-verbal (imagem)? Se sim, quais?
- Que estratégias ou vectores de análise podemos seleccionar num texto escrito e que estratégias num quadro?
- Qual é a relação entre estas duas manifestações de Arte e a Vida?

Da resposta a estas questões nascerá o nosso artigo, que se segue a uma anterior comunicação negociada, partilhada e polivalente, tão em conformidade com um dos objectivos centrais destes encontros Mateus Doc.

### 4. Metodologia

A análise bipartida da supracitada obra de arte (do romance aos quadros) encontra a sua justificação na original matização que dela faz a romancista Teolinda Gersão, pois que, em *A Cidade de Ulisses*, inscrita no mito óbvio do lendário descobridor de Lisboa, a autora recorta o seu texto, criando uma concomitância entre o real vivido pelos protagonistas Paulo Vaz e Cecília Branco e aquilo que cada um pinta sobre esse real. Realidade e representação, lado a lado na Vida. Qual das duas a treva? Qual das duas a luz? Sobre estas questões versa o ponto que numerámos como 6.

Justamente partindo da mesma dicotomia, mas tomando-a de outra perspectiva, ou seja, dos quadros para o romance, Margarida Cepêda, de um modo geral, faz uso análogo de personagens mitológicas e / ou alegóricas, compendiando várias facetas da Vida nos seus quadros e configurando universos a partir do mesmo binómio treva / luz. Por isto escolhemos perspectivar a representação vital em sentido contrário, ou seja, da Pintura para a Literatura, encontrando diálogos com a obra de Gersão. Sobre tudo isto versa o ponto que numerámos como 7.

## 5. Fundamentação teórica

Estamos em condições de afirmar que, *apud* Aguiar e Silva (Aguiar e Silva 2002 e 2004), o texto (como concretização particular de um cânone), e depois de tornado como objecto de metalinguagem discursiva (Fonseca 1992 e 1994; Vilela 1995; Dressler 1981), pode dar origem a um novo prototexto (modelo canónico). Ora, isto mesmo acontece com o romance de Teolinda Gersão que, degladiando ou, pelo menos, esbatendo as fronteiras entre Literatura e Pintura, se reveste de originalidade e ecletismo, características enformadas por estratégias semânticas e discursivas de coesão e coerência, baseadas em estruturas anafóricas e de manutenção de co-referência que representam a Vida e a transfiguram.

Em suma, e porque da Arte e da Vida tratamos, podemos afirmar que todos estes mecanismos concorrem para uma evidência que René Magritte e o Surrealismo deram a ver ao mundo (que Gersão e Cepêda, *mutatis mutandis*, reinventam), isto é, «Coisas visíveis podem ser invisíveis. (...) Os nossos poderes do pensamento abrangem tanto o visível como o invisível - e eu faço uso da pintura para tornar os pensamentos visíveis.» (Paquet 1992, p. 45). Estão, portanto, apresentados os vectores do nosso texto.

## 6. A Cidade de Ulisses, de Teolinda Gersão

O romance *A Cidade de Ulisses*, de 2011, deu o mote ao trabalho de análise / reflexão que agora ganha forma, pois, tal como vem fazendo, desde há muito, a autora consegue a proeza de fazer

concomitantes um texto e a sua representação ou figuração em quadros que os dois protagonistas, Cecília e Paulo, vão pintando e irão expor no CAM (Centro de Arte Moderna), em Lisboa. Assim começaremos por apresentar um breve resumo do enredo, em seguida alguns excertos significativos com suas estratégias discursivas e mais evidentes e, finalmente, teceremos comentários sobre o seu papel como representação da Vida.

### 6.1. Excertos textuais:

#### Excerto A.

(Carta de Paulo Vaz ao Director do Centro de Arte Moderna, como introdução meta-artística, ou seja, de desconstrução do acto de criação / representação / fingimento): *Como sabe, é provavelmente sempre assim que surgem as obras de arte: a partir de motivações pessoais, em geral egoístas, para prazer do criador, para que ele possa exercer o seu domínio sobre o real, forçando-o a moldar-se ao seu desejo. Sorrio portanto e vejo-o sorrir a si, ao escrever estas linhas. As pessoas entram nas salas de exposições e vêem coisas na aparência objectivas. Mas os criadores estão dentro delas, inteiros, vida, corpo, alma, tudo - embora sob camuflagem. Expor-se é também esconder-se. E também no disfarce os criadores são mestres (Não irei portanto expor-me. Os artistas expõem, mas não se expõem. Fingem sempre. (...)) Tudo o que importa na vida se passa também sempre ao nível do imaginário. Pelo menos com os artistas é assim. La pittura è cosa mentale, disse Leonardo noutra contexto, mas também poderia aplicar-se a este. Muitas das minhas obras foram feitas a partir de uma paixão qualquer, as mulheres foram fonte de energia ou ponto de partida para muito do que produzi. Desta vez, também será assim. A memória, como deve estar lembrado, é a mãe das musas. (pp.18, 19)*

#### Excerto B.

##### Quadro 1. ‘Visita Guiada Aos Teus Quadros’

*Passei o resto da noite e os dias seguintes a ver os CDs, os DVDs e os trabalhos inacabados. (...) Queria seguir-te no teu percurso, Cecília. E antes de mais eras tu própria que eu procurava nas obras, nas imagens, nas fotografias. Numa vida que eu não conhecia (...)*

*(Visita Guiada Aos Teus Quadros)*

*(...) Sigo-te na tua tentativa de dar um sentido ao absurdo, de organizar o caos, de procurar harmonia onde ela não existe. (pp. 187, 188)*

*E havia os quadros, quase todos acrílicos, da série a que chamaste Ulisses, e que poderiam ser histórias portuguesas: Mulher à Janela, Mulher Esperando à Janela, A Espera.*

*Quadro 2. ‘Viagem ao Mundo I e II’*

*A Viagem ao Mundo I: a entrada era larga, cheia de luz e de cor, como uma história antiga, contada a crianças: imagens de animais exóticos e de especiarias, canela, pimenta, cravo da Índia (...) mas à medida que se avança entra-se num labirinto cada vez mais escuro, em que surgem frases, em flashes, nas paredes (...) como se chegasse ao fundo do labirinto e enfrentasse com terror o Minotauro. Mas à sua chegada o espelho ilumina-se e vê reflectida a sua própria face, com a legenda O Outro somos nós. (p. 202)*

*(...) A Viagem ao Mundo II aparece projectado sobre uma cor azul, o azul do mar e do céu, a cor do Enigma. (...)*

*Quadro 3. ‘Nostos’ (em Grego, regresso a casa)*

*A última peça é a instalação Nostos: o globo terrestre, em equilíbrio instável, sobre a jangada de Ulisses. A Terra parece leve como uma bolha de ar, uma bola de sabão. Conseguirá, alguma vez, chegar a bom porto? Tornar-se-á uma casa para biliões de habitantes à deriva? A jangada é frágil e a cada passo naufraga, submersa por ondas gigantes, mas volta a flutuar, cada vez mais insegura. Oscilando na jangada, a Terra muda muito lentamente de cor, do azul ao negro, ao vermelho e cor de fogo como se estivesse em chamas, depois torna-se branca, parecendo reduzida a cinzas, até que surge uma débil cor verde, que se torna frouxamente brilhante. Sugerindo talvez, apesar de tudo, um sinal de esperança. (A tua alegria, Cecília, a tua incorrigível alegria). (...) O regresso a casa, a Terra como um lugar habitável para a espécie humana faminta, sem tecto e sem abrigo, é porventura a utopia que nos mantém - mas até quando - à tona da água.*

*Percorri-a de um extremo ao outro, A Cidade de Ulisses, como se me acompanhasses - ias comigo, Cecília, ou antes, eu levava-te comigo, até ao outro lado (...) Mas foi também aí (...) que percebi que esse era também o lugar em que iria deixar-te. (...) E eu aceitava a inevitabilidade de perder-te. Como Orfeu, que deixa Eurídice entre as sombras e caminha sem ela em direcção à luz. (pp. 204, 205)*

## 6.2. Análise textual-discursiva dos excertos: representações vitais

Antes de mais, importa referir que estamos a tomar estes excertos partindo da concepção de Fonseca (Fonseca 1994) de ‘heterogeneidade de estatuto semiótico das entidades linguísticas’ (Fonseca 1994: 59), ou seja, ‘estão consagrados na língua dois modos absolutamente heterogêneos de significar: temos o modo de significar por *representação-descrição*, de um lado, e do outro, o modo de significar por *mostração-indicação*. É a conhecida distinção entre *dizer 1* e *dizer 2*’ (Fonseca 1994:59), o que põe em prática aquilo que o linguista toma como ‘heterogeneidade enunciativa’ ou ainda ‘interdiscursividade’. Assim, trazer para o texto narrativo um discurso quer das suas figuras, quer de vozes ou figuras que a ele tipicamente não pertencem, mas antes pertencem à Pintura ou a alegorias claras através de figuras míticas ou de animais, é, a nosso ver, entrosar num discurso o discurso de outros.

No atinente a esta questão, leiamos as palavras de Fonseca:

‘A consideração da conjugação de vozes no discurso deve ser distribuída por dois grandes eixos:

- o primeiro é o eixo do discurso como unidade global dominada pela correlação EU-TU, ou seja, Locutor e Alocutário;
- o segundo é o eixo dos discursos no discurso, isto é, do encaixe ou da irrupção no discurso de um dado Locutor de outras enunciações, outros discursos / discursos de outros.’ (Fonseca 1994:79)

Note-se que Paulo se dirige sempre a um TU bem definido, ora o Director do CAM, ora a Cecília. Ao dirigir-se a estas entidades enunciativas, Paulo torna-as presentes diante do seu discurso, logo esta é uma forma linguística de as representar. Curiosa-

mente, e por mestria narrativa de Teolinda Gersão, criado este contexto de recuperação do passado quer do primeiro contacto com o Director do CAM, quer por invocação de Cecília, já morta ao tempo deste discurso do pintor, a romancista consegue consubstanciar os dois ‘modos de significar’ de que Fonseca trata nos excertos que acima citámos: o da *mostração-indicação*, pois ele invectiva directamente outros Locutores por meio de deícticos pessoais (formas verbais ou nomes próprios) e ainda o da *representação-descrição*, pois todo o seu discurso, ao longo da segunda parte do romance, surge a partir da descrição dos quadros dele mesmo ou de Cecília, quadros que lhe permitem, enquanto representações da vida dela e de todos os humanos, afinal, conhecer verdadeiramente a mulher com quem havia vivido quatro anos. Do ponto de vista linguístico e discursivo, tais ‘modos de significar’ são maioritariamente conseguidos pela selecção de itens lexicais que remetem para pessoas, sentimentos, alegorias (concretização de abstrações), espaços, personagens e contextos representativos da Vida de Cecília, de Paulo, ele mesmo, e do Ser Humano em geral e em concreto.

Não podemos ser alheios ao facto de Paulo seleccionar a ‘sala de exposições’ como lugar de primeira configuração de alguma coisa, não do mundo, mas, antes de mais, dos criadores, dos artistas, do Ser Humano. Na escolha da organização de uma exposição como tema central deste romance está inequivocamente incrustada a intenção de representação, de simbolismo e de mostração. Esta exposição carrega, de imediato, uma necessidade urgente de esclarecimento quanto à posição do pintor sobre o estado da arte, sobretudo, a exposta - é uma mostração do respectivo criador ‘sob camuflagem’, uma espécie de codificação que desencadeia a urgência da descodificação, interpretação, enfim, hermenêutica. Como tal pode (e deve ser feito) o próprio o diz - através da mente e da memória (item lexical aqui tomado no sentido psicológico de activação de esquemas intelectuais ou conhecimento adquirido que prepare o observador para uma actualização de arquétipos ou códigos típicos da corrente geração contemporânea de artistas. A esta ‘memória’ ele dá o epíteto de ‘mãe das musas’.

Está prefigurado, conseqüentemente, o espaço de indagação: O que é verdadeiramente real e o que é fictício ou criado? A obra imaginada e consubstanciada fisicamente pelo criador? Ou o pintor que nela fica representado, assim como a sua vida, depois de desaparecer?

A resposta a estas perguntas surge no Excerto B: estando Cecília já morta, Paulo recupera toda a sua verdadeira vida, bem como os sentimentos por ela vividos, as suas experiências empíricas e gnosiológicas e ainda a sua posição relativamente à Arte, e tal recuperação é feita integralmente através da obra que ela deixou, isto é, quadros, desenhos, esboços, os seus ‘cadernos’ e ainda CD’s, DVD’s e filmes. Neles vem incrustada uma panóplia de material artístico: imagens, palavras, cores, melodias e cosmovisões que desenham na mente de Paulo e do leitor a própria Cecília, tornando-a presente e entendida, facto não conseguido por este homem ao longo dos quatro anos que viveu fisicamente com ela. Coloca-se, por conseguinte, de novo a questão: o que foi mais real para Paulo? A convivência com Cecília ou a observação da sua personalidade e do seu cosmos por meio da sua representação na obra deixada? Como já se compreendeu Teolinda inclina o seu leitor para uma prevalência da segunda vertente, ou seja, a representação da vida como que plasmada na Arte é, por vezes, bem mais significativa do que a sua vivência.

Mais: é na reunião do espólio dele mesmo e de Cecília que Paulo lê a sua Vida e a sua História: tal acontece um pouco ao jeito pessoal de heteronímia ou despersonalização que o protagonista sai da vida real de Cecília e entra naquela que foi e continua a ser a sua vida paralela para poder ver melhor - numa espécie de ‘avatar’. Nessa representação, ele encontra toda a essência da pintora.

Estamos agora em condições de começar a responder às três questões que inicialmente nos colocámos, no ponto número 3. (Problema / Hipóteses):

- › É possível encontrar pontos de comunhão entre o verbal (texto) e o não-verbal (imagem)? Se sim, quais?
- › Que estratégias ou vectores de análise podemos seleccionar num texto escrito e que estratégias num quadro?

› Qual é a relação entre estas duas manifestações de Arte e a Vida?

Eis os vectores de análise que tornam possível perceber uma aproximação e partilha entre o verbal e o não-verbal e, por inerência, entre um texto narrativo (romance) e vários quadros:

› a presença de quadros, fotografias, CD's, DVD's e cadernos de apontamentos e de notas, todos eles fazendo confluir imagem, palavra, som e outras sensações em diferido e activando inquestionável plurissignificação, no âmbito da representação do ser Humano em diferido; veja-se, inclusivamente, como os quadros (a que atrás nos referimos como quadros por ser este um termo um pouco mais abrangente) não dizem só respeito às obras dos protagonistas, mas aos momentos em que Paulo, por exemplo, deambula pela casa de Cecília (com autorização do marido) - '(Visita Guiada a Tua Casa)'.  
› a inclusão de países de todo o mundo, quer ao longo dos anos em que Paulo Vaz deambula em demanda pelo fim do seu desgosto amoroso, o que o leva à desviância e desregramento de vida, quer ao longo da vida de solteira e de casada de Cecília;

› a mulher, como elemento sempre presente nos trabalhos quer de Paulo, quer de Cecília; por vezes, surge sentada como 'natureza morta' (citando o próprio protagonista), inerte e vivendo uma vida de apatia;

› recurso a personagens e contextos mitológicos: Cecília faz uma grande viagem pelo mundo, a qual a levará à Grécia Antiga, designadamente até a Ulisses ou mesmo Orfeu e Eurídice. Foi no seu regresso da Guerra de Tróia para a ilha de Ítaca que Ulisses passou por Lisboa e fundou essa cidade, segundo a lenda, por isso ir à procura de Lisboa é ir à procura do seu próprio rumo e encontrar a sua direcção em contexto de regresso a casa. Desta vez, Cecília não iria encontrar uma Penélope, Telémaco e o cão, mas antes encontrar-se a si mesma, o seu verdadeiros Ser, a sua verdadeira Vida. O destino levou Cecília a permanecer no Hades, ainda que em luz, enquanto Paulo refez a sua vida. Notemos como a obra de Cecília é prova evidente de que o lugar mitológico em que sempre se encontrou era uma espécie de Parnaso: não se trata de acaso a última obra plástica ser um globo

terrestre a gravitar por sobre uma jangada frágil, do negro azul ao branco e ao verde, afinal, sempre frágil, mas sempre esperançado e cheio de uma qualquer luz que o impele a mover-se em direcção a bom rumo;

Em jeito de conclusão, estão reunidas condições que nos permitem afirmar que, neste romance em particular, e na sua obra completa, Teolinda Gersão se afasta de uma escrita em que Literatura e Pintura são domínios contíguos, para se aproximar e levar a bom porto uma escrita em que esses dois domínios se entrecruzam, perpassam e dão vida a um texto narrativo híbrido em que o leitor é levado numa espécie de labirinto cuja saída só é conseguida por meio de uma leitura sinestésica e plural, em que realidade e ficção se esbatem e confluem, em que os cinco sentidos assumem o comando simultaneamente, o que retira o tapete debaixo dos pés do leitor incauto, mas permite ao leitor avisado inebriar-se na mágica activação dos seus cinco sentidos.

*A escrita como imagem, o legível e o ilegível como verso e reverso de uma imagem num espelho, as palavras reflectidas ou projectadas sobre a água (...) Tinha já prontas várias telas, trabalhava nas últimas duas. Do projecto inicial ficariam apenas vestígios, no nome da exposição («A Cidade de Ulisses, Exposição de Paulo Vaz, a partir de um projecto de Cecília Branco»), e também o mote em que tínhamos pensado anos atrás:*

*«Os turistas fogem em geral de si mesmos e procuram, obviamente, as cidades reais. Os viajantes vão à procura de si, noutros lugares e preferem as cidades imaginadas. Com sorte conseguem encontrá-las. Ao menos uma vez na vida. (p. 181)*

A palavra torna-se imagem, som, cheiro e superfície tacteada, enquanto consegue que, em metamorfose, ele passe de turista a viajante. Da treva à luz. Resta-lhe degustar.

## **7. «Políptico» de Margarida Cepêda**

Porque de representação e sinestesia estamos a tratar, vejamos doravante um processo de representação conseguido no sentido inverso, não da palavra à imagem, mas da imagem à palavra.

Um sentido diferente, o mesmo efeito - a representação da Vida. Esta metodologia comparatista não é nova. Antes tem vindo a ser transversal à História da Literatura, da Arte e da Humanidade. Mais recentemente, já nos finais do século XX, Agustina Bessa-Luís fez o mesmo e publicou as suas *As Meninas*, texto criado a partir de quadros / desenhos da pintora portuguesa Paula Rêgo.

Assim sendo, não sendo nova a análise bilateral, novo é certamente o resultado de uma leitura conjunta destas duas criadoras portuguesas - Teolinda Gersão e Margarida Cepêda.

Para que possamos evidenciar o(s) paralelismo(s), e por questões de ordem lógico-metodológica, apresentamos uma listagem, anteriormente designada por 'políptico' (designação por nós cunhada, consequentemente da nossa inteira responsabilidade) por ser um conjunto de vários quadros de Cepêda, eis os quadros por nós considerados mais significativos para o contexto desta nossa comunicação / do nosso artigo. Cada um dos dois conjuntos de quadros foi por nós intitulado de acordo com as características mais exemplificativas que pretendemos manusear e explicitar.

### 7.1. Variações para a representação da Vida: a criação por oposição ao caos

1. Sob o rigor da geometria, o véu diáfano da fantasia (1999)
2. O avanço da Humanidade (2000)
3. Caos, Unidade e Organização (2001)
4. A Roda da Fortuna (2001)
5. À porta do reino dos afectos (2001)
6. Entrada no labirinto (2002)
7. Prendendo e libertando (2003)
8. Que fazes tu com a tua vida (políptico) (2005)
9. A Criação de Eva (2005)
10. A Hora Solar (2005)
11. A Hora Lunar (2005)
12. Tudo em Nós é o ponto de onde estamos (2007)
13. Solo mineral para violino (2009)
14. Ela, o violino e as vagas (2009)
15. Catedral verde (2010)
16. Líquido e lúdico (2010)

## 7.2. Representação: das trevas à Luz

17. Leva a luz e arrasta a sombra (2004)
18. Sou, entre mim e mim, o intervalo (2004)
19. Dádiva de luz (2007)
20. Pedestal de solidão e luz (2009)

Não sendo esta uma listagem exaustiva das obras de Margarida Cepêda, tornam-se clarividentes duas características no âmbito da representação da Vida: por um lado, o facto de o fazer em múltiplas e abrangentes vertentes, dando centralidade à mulher e à criança; por outro lado, a dicotomia trevas / Luz, em que a Luz sai sempre vencedora. Ora, daqui se depreende com facilidade a aproximação com *A Cidade de Ulisses*, de Teolinda Gersão, e se justifica a nossa intenção inicial de tratar as duas obras de forma comparada ou, pelo menos, com pontos de comunhão.

Mais: também Cepêda mostra um rigor ao nível da relação imagem / palavra, que, como fizemos saber atrás, comunga da obra de Gersão, pois que também a romancista faz os seus protagonistas pintores intitularem os seus trabalhos não num sentido surrealista (veja-se a intenção de Magritte em pintar ‘pensamentos’ e, por isso se escusar a rotular os seus quadros), mas num sentido simbolista, ou seja, sentido que não degladia o cânone, antes o explora e explana. Não obstante, a intenção de pintar pensamentos continua bem vincada, como se vê em quadros por nós numerados como (1), (2), (3), (7) e (18), em que Cepêda mostra uma clara preponderância do poder do intelectual (razão, organização, por exemplo) junto do que aos sentidos é dado captar.

E porque de simbolismo estamos a tratar, não é casual, antes mais um traço partilhado entre as duas criadoras em análise, a inclusão de aspectos evidentes da cultura grega, numa espécie de Neoclassicismo tardio ou contemporâneo.

Atentemos detalhadamente nos quadros de Cepêda aqui citados.

Em (1), (2), (3), (5), (7) e (17), percebemos a acção poderosa da mente / do intelecto com incursões na teoria freudiana da tripartição (*super-ego, ego, infra-ego*) dessa mesma mente e, por consequência, da conduta humana: é a mente que organiza o caos; é a mente

que encontra o equilíbrio entre o rigor geométrico e as deambulações da fantasia; é a mente e inocência de uma criança que fazem avançar a Humanidade, contrariando invejas, medos, maquiavelismos e corrupções alegorizadas em figuras masculinas adultas com máscaras de Carnaval veneziano; é a mente que faz vacilar os sentidos ou os deixa soltos ‘à porta do reino dos afectos’; é a mente a responsável pela tripartição freudiana óbvia entre um ‘mim’, outro ‘mim’ e o seu ‘intervalo’, em vermelho e labareda.

(2), (4), (7), (10), (11) e (19) mostram o papel simbólico e perseverante da criança, sempre diáfana, sempre conotada (à semelhança do que acontecia com as filhas de Cecília, em *A Cidade e Ulisses*) de bem e veículo de mudança para melhor ou de iluminação da vida dos humanos adultos com quem convive. Note-se o simbolismo do seu poder ao ponto de Cepêda colocar em representação da Roda da Fortuna, em que a sorte e o destino mais directamente intervêm, quatro crianças com rostos e atitudes que mostram os encontros e desencontros da vida de cada Ser Humano.

Algo análogo acontece em (10) e (11), em que no caso da ‘hora solar’ surge uma criança (um menino) a segurar uma espécie de auréola que é, afinal, uma representação do próprio Sol que alegre e dá paz a uma mulher, que será, porventura, sua mãe, e em ‘a hora lunar’, surgem quatro mulheres com vestes angélicas brancas, de costas para o observador sobre fundo negro, sendo que duas crianças (dois meninos) surgem nas suas costas a tocar flauta, isto é, nova tentativa de equilíbrio pela sua presença pueril e melodiosa.

Que mais acrescentar à óbvia representação do poder mágico de uma criança (uma menina) em (19), ‘Dádiva de Luz’?

(13), (14) e (15) mostram uma outra faceta da representação positiva da Vida, isto é, a evasão ao negativismo por meio de instrumentos musicais associados ao seu manuseamento no coração da Natureza - no caso, violinos, violoncelos e pianos que estão a ser tocados por mulheres, ora em faróis no mar, ora no meio de uma floresta verde ora entre rochedos tipicamente montanhosos. A presença da música é relativamente recente nos quadros de Margarida Cepêda, mas transversal a toda a obra de Teolinda Gersão, de que *Os Teclados* são um dos seus máximos expoentes.

(6), (9), (18) e (20), entre outros casos, revelam uma indubitável centralidade da mulher: ela é criadora ('A Criação de Eva') e existe desde o início, note-se a não casual referência à personagem bíblica de Eva; ela é o centro de representações freudianas da mente, como 'Sou, entre Mim e Mim, o intervalo', ela é a descobridora de novos mundos e conhecimento, sempre numa postura corajosa e indagadora, como em (7), 'Entrada no Labirinto', sendo o labirinto fortemente imbricado de esperança e luz, dado o recurso a uma rosa da mesma cor; ela é o elemento de mais evidente ressonância clássica, porventura grega, com óbvia colocação numa dimensão superior, veja-se (29), 'Pedestal de solidão e luz'. Os nomes não-contáveis, 'solidão' e 'luz' remetem para o facto de a sua superioridade implicar solitude, ou seja, sem nenhuma outra presença com poder semelhante.

Ainda no âmbito de recurso a representações de leveza e beleza clássicas, atente-se na selecção de tecidos e indumentárias claramente recuperadores da magia e misticismo dessa civilização tão presente na obra de Cepêda. O mesmo se verifica na selecção de cores - brancos, beges, dourados, marmóreo (no caso das colunas e paredes gregas), rosa ou então negro por oposição semântica.

Outra particularidade há ainda a notar, que se encontra em consonância com estas últimas - a presença de figuras celestiais, designadamente anjos, adivinhados em algumas representações de homens e mulheres (pela indumentária ou pelo porte).

Por outro lado, e para terminar, a presença constante e insistente da água, como em (16), 'Líquido e lúdico', em que se vêem duas mulheres em seu barco rumo ao horizonte, com raquetas de ténis, sendo que a água, símbolo de vida e seu andamento, lhes confere energia positiva e retemperadora. O mesmo se passa com *A Cidade de Ulisses*, assim como com tantas outras obras de Gersão, de que *O Silêncio* é também um bom exemplo.

## **8. A nossa proposta no contexto das restantes comunicações**

Da discussão inerente a cada uma das comunicações dos participantes neste *Mateus Doc IV* surge a noção clara de que, mercê da polivalência sémica do conceito seleccionado - representação - e

por mérito das referidas propostas, muito se encontrou de partilhável e frutiferamente discutível. Apresentamos a seguir um percurso passível de listar pontos de comunhão no âmbito da reflexão conjunta.

Ana Fouto propôs uma perspectivação jurídica de representação como ‘exercício de liberdade’, ‘fundamento de poder’ e ‘limite de poder’, o que tem claras ressonâncias com as propostas de Antoni Aguiló, Cristina Ares, David Castaño, Francisco Coutinho, Miguel Correia e Guilherme Marques-Pedro, uma vez que estes investigadores alargam a sua reflexão ao plano político, dentro e fora da União Europeia, numa visão sincrónica ou diacrónica (histórica) da amplitude e limites da representação de cidadãos e instituições da moderna democracia.

Com todas estas propostas encontramos, entre outros, um vector comum, isto é, a Literatura e a Pintura como expressões exponenciais da Liberdade, da Democracia, da História Universal, bem como da representação crítica da Sociedade e do Ser Humano. Note-se que os símbolos artísticos têm, de um modo geral, intenções críticas e ajuizadoras do contexto histórico de onde emergem. Gersão e Cepêda não são excepção.

Anabela Oliveira, com a sua ‘alquimia das artes’, dá vida à uma das intervenções com mais contactos com a nossa - Literatura e Pintura, enquanto manifestações representativas da Vida, dos sentidos, da observação crítica do que as rodeia, são sempre uma intrínseca busca de expressão e conhecimento do Ser, da Essência do Ser Humano criador.

João Cabeleira, trazendo a sua abordagem da quadratura e sua experiência no espaço suscitará, a nosso ver, perspectivas do espaço que dialogarão com aquelas que Gersão e Cepêda nos mostram, simbólica, arquitectónica ou fisicamente.

## Conclusão

Este espaço reservado a conclusões pretende-se consentâneo com a já consubstanciada partilha, discussão e entrosamento de ideias e cosmovisões do encontro *Mateus Doc IV*. Posto isto, na

esperança de ter concretizado o nosso ensejo de mostrar duas formas de representação da Vida que são forçosamente diferentes, por ser uma vinda da Literatura e a outra da Pintura, foi nosso objectivo dar a ver, tornar presente, semas incluídos no significado do nome comum não-contável que dá o mote para este encontro *Mateus Doc IV - Representação*, pontos de contacto entre duas manifestações de Arte com um objectivo comum, plasmar as multifacetadas e polivalentes vertentes da Vida na sua totalidade. É claro que tanto num caso como no outro, e considerando que os dois são formas textuais, na acepção semiótica do termo, ou seja, enquanto manifestações de signos, verbais ou não-verbais, dotados de significado, o público visado pressupõe-se dotado de um *background* cultural que o torne capaz de explorar sensibilidades, símbolos, alegorias e outros recursos estilísticos e artísticos que concorrem para a percepção sensorial e cognitiva da supracitada representação da Vida. Sem a aversão horaciana ao ‘odi profanum vulgus’ ou ‘público ignaro’, Aguiar e Silva lembra que cabe à ‘metalinguagem literária’ (e, por inerência, artística) ‘uma função relevante na produção e recepção do texto literário’ (Aguiar e Silva 2002: 74), de modo a clarificar a individualidade e originalidade de um texto (verbal ou não-verbal e com todas as suas potencialidades semióticas e simbólicas) que abram caminho ao público para identificar e compreender intertextualidades, quer endoliterárias (com outras obras literárias), quer exoliterárias (com textos não-verbais, imagens, quadros, entre outros) e plurissignificações: ‘O texto literário é plurissignificativo ou pluri-isotópico porque nele os signos linguísticos, os sintagmas, os enunciados, as microestruturas e as macroestruturas são portadores de múltiplas dimensões semânticas, tendem para uma multivalência significativa’ (Aguiar e Silva 2002: 229) e é precisamente desta multivalência que nasce a representação.

## Bibliografia

**AAVV.** (1997): *Dicionário de Latim / Português*. Porto: Porto Editora.

**AAVV.** (2005): *Revista da Faculdade de Letras - Línguas e Literaturas*. Porto: FLUP.

**AAVV** (2006): *Dicionário de Língua Portuguesa*. Porto: Porto Editora.

**Aguiar e Silva, V. M.** (2002): *Teoria e Metodologia Literárias*. Lisboa: Universidade Aberta.

**Aguiar e Silva, V. M.** (2004): *Teoria da Literatura*. Coimbra: Livraria Almedina

**Dressler, W.** (1981): *Introduction to Text Linguistics*. London: Longman.

**Fonseca, J.** (1992): *Linguística e Texto / Discurso. Teoria, Descrição e Aplicação*. Lisboa: ICALP.

**Fonseca, J.** (1994): *Pragmática Linguística - Introdução, Teoria e Descrição do Português*. Porto: Porto Editora.

**Gersão, T.** (1981): *O Silêncio*. Porto: Sextante Editora.

**Gersão, T.** (1983): *Paisagem com mulher e mar ao fundo*. Porto: Sextante Editora.

**Gersão, T.** (1999): *Os Teclados*. Porto: Sextante Editora.

**Gersão, T.** (2007): *A mulher que prendeu a chuva*. Porto: Sextante Editora.

**Gersão, T.** (2011): *A Cidade de Ulisses*. Porto: Sextante Editora.

**Mateus et aliae**, (2003): *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa. Caminho.

**Paquet, M.** (1992): *Magritte*. Lisboa: Taschen - Público.

**Reis, C.;** Lopes, A.C.M. (2002): *Dicionário de Narratologia*. Coimbra: Livraria Almedina.

**Silva, F.** (2005): *Contributos Para a Descrição da Anáfora Associativa em Português Europeu*. Porto: FLUP.

**Vilela, M.** (1995): *Léxico e Gramática*. Coimbra : Livraria Almedina.

[www.margaridacepeda.com](http://www.margaridacepeda.com)

## A representação do espaço na alquimia das artes

Anabela Dinis Branco de Oliveira

### Introdução

No percurso interartes de Manoel de Oliveira e Vasco Graça Moura, como se projeta a representação do espaço? Como é que representam o representado? Como é que o Douro, na obra cinematográfica de Manoel de Oliveira e o Palácio de Mateus, em *Quatro Últimas Canções* (1987) de Vasco Graça Moura, definem o seu espaço de representação? Procuram uma identidade específica? São espaços cinematográficos, pictóricos, literários e arquitetónicos à procura de um tempo de reflexão? São representações da memória? São espaços destruídos, construídos ou metamorfoseados?

### Parte I

Manoel de Oliveira protagoniza uma forte, inexplicável e inadjetivável ligação ao Douro. Projeta, em *Douro Faina Fluvial* (Manoel de Oliveira 1931), *Aniki-Bóbó* (Manoel de Oliveira 1942), *O Pintor e a Cidade* (Manoel de Oliveira 1956), *Vale Abraão* (Manoel de Oliveira 1993) e *Porto da minha Infância* (Manoel de Oliveira 2001) e *O Estranho Caso de Angélica* (Manoel de Oliveira 2011), olhares sobre o Douro, vozes sobre a magia, a força e a alavanca simbólica de um rio. Projeta a omnipresença e a onnipotência de um Douro de socacos, quintas, pontes e ancoradouros. Um Douro intenso, de altas paredes de granito negro que moldam as águas, onnipotentes e constantes nos passeios de Ema e de Osório (*Vale Abraão*, 1993) e nos voos holográficos dos corpos enlaçados de Isaac e Angélica (*O Estranho Caso de Angélica*, 2011). Em *Vale Abraão* (Manoel de Oliveira 1993), Manoel de Oliveira define, na câmara subjetiva de Ema, as águas do Douro, ocupando a totalidade do campo, num plano longo e intenso. Com Mário Barroso, diretor de fotografia e voz *off* omnipresente ao longo de todo o filme, Oliveira projeta um olhar intenso e misterioso sobre o Douro - num conjunto de planos fixos e longos.

Em *O Pintor e a Cidade* (1956), o rio é o traço comum entre o olhar da pintura e o olhar do cinema. A fusão entre o Douro e as personagens estabelece o cruzamento dos dois olhares. O olhar do pintor está nos desenhos e aguarelas de António Cruz: é um olhar que vê comboios, pontes, declives, coretos, margens e quietudes. Filmou a cidade através dele porque filmou os seus gestos, porque o coloca a andar pela cidade, porque o filma a olhar a arquitetura física e humana das gentes da cidade. A câmara enquadra o gesto do pintor na *plongée* de uma clarabóia, enuncia o movimento e o ruído de um comboio a circular e a dissipar fumos e névoas. Capta a luz e as cores de um Douro que quase não existe nos quadros do pintor. Ao Douro das pinceladas de António Cruz, Oliveira contrapõe o Douro dos pescadores, dos reflexos e dos rabelos que avançam lentamente como que numa epopeia coletiva.

Manoel de Oliveira olha os socalcos em planos gerais, fixos e intensos identificadores da luta do homem contra a montanha na construção dos imensos vinhedos espelhados no rio. O Douro olhado por Manoel de Oliveira é também o Douro das quintas, da vinha e dos rituais vinhateiros: espaços cinematográficos percorridos em planos fixos, gerais e de conjunto. Estabelece, através da presença e da tenacidade destas quintas rodeadas de socalcos, um percurso identitário, porque, para ele, o passado, a história, a psicologia e a significação das casas estabelecem a identidade do próprio filme. O cineasta percorre o espaço cinematográfico da Quinta de Monsul, da Quinta da Pacheca e da Quinta do Vesúvio, em planos fixos, gerais e de conjunto. Estabelece, através da presença e da tenacidade destas quintas rodeadas de socalcos, um percurso identitário, porque, para ele, o passado, a história, a psicologia e a significação das casas estabelecem a identidade do próprio filme (Baecque 1999).

## Parte II

Vasco Graça Moura define, em *Quatro Últimas Canções* (1987), o universo das casas labirínticas. O romance é uma homenagem ao universo cósmico da casa, a esse universo que, subjacente às origens arquiteturais, possui a força anímica das personagens, memórias, encontros, escolhas, simetrias e assimetrias, espaços, volumes e tempos que só a narrativa pode desvendar. As casas

descritas, as casas recordadas e as casas vividas em *Quatro Últimas Canções* (1987), conduzem-nos a uma multiplicidade de escolhas. Escolhas definidas, porquanto protagonistas (o Palácio de Mateus e o solar de Constantim), e escolhas indefinidas num universo mais vasto de casas percorridas pelo aglomerado de personagens.

E essas casas, o que nos mostram? Como se mostram: iguais ou diferentes? Demonstrativas ou indecifráveis? Transparentes ou labirínticas? Na essência do projeto arquitetural, o labirinto começa a desenhar-se no palácio de Mateus e no jardim do solar de Constantim. Inscrito nos dois solares, o labirinto define-se num paralelismo desejado por Caetano de Aguiar Monteiro, provocador de uma concorrência entre duas casas, duas situações, dois conflitos, numa mesma similitude: a organização de cursos de música e canto. E nessa concorrência, os dois espaços, os dois solares, duas casas definidas tornam-se duas paredes diferentes de um labirinto, inseridas num país de aglomerados labirínticos naturais ou absurdos, verdadeiros minotauros do século vinte:

“O palácio é construído segundo um princípio de repetição de espaços e volumes: o módulo do pátio de acesso repete-se no grande quadrado fechado do pátio interior, em cujos lados nascente e poente também se repetem, iguais e em frente uma da outra, as escadarias duplas que são o contraponto da escadaria nobre. No pátio interior há, a certas horas, zonas de luz solar concentrada e fortíssima, refletida pelas paredes caiadas e pela pedra das cantarias. Para quem vier do fundo do primeiro jardim da parte de trás, do maciço de japoneiras que está sobranceiro aos três tanques de pedra, a que se vai ter por um túnel de vegetação densa armada sobre arcos de ferro, para quem se aproximar, contornando os canteiros de cravinas e roseiras, passando o relógio de sol, e subindo os poucos degraus que levam à plataforma ampla da saída da casa para o jardim, o espaço dessa passagem que vai dar ao pátio interior repete-se, depois, a seguir a ele, na passagem por debaixo do salão de entrada e da escada principal.

No mesmo enfiamento, o arco de luz, cuja intensidade assim alterna entre a penumbra, a brancura ofuscante, outra vez a penumbra, e depois a claridade já filtrada pelos verdes da vegeta-

ção, é recortado pelos florões de remate dos muretes que marcam o acesso ao pátio nobre, dando-lhe uma quase ilusão de óptica quanto à extensão desse túnel, em perspectiva linear, até lá ao fundo, à descida que vem dos portões de ferro junto à estrada.” (Moura, 1987: 61-62)

“Eles passeavam devagar pelas âleas de saibro grosso e claro, contornando os canteiros em arabescos, percorrendo o labirinto de desenhos de buxo cortado quase rente ao solo em espiral e contra-espiral. De vez em quando erravam os passos, tinham de se deter e voltar atrás, a procurarem uma saída para o caminho certo.” (Moura, 1987: 71)

Manoel de Oliveira permite o olhar sobre um Douro de rituais vinhateiros, construído por gigantes que existem nos grandes planos que projetam, em *Vale Abraão* (1993), as mãos e as uvas, os rostos e as vides, nos planos de conjunto das vindimas, nos planos gerais dos socalcos, na luz dissipada e nas névoas. Gigantes do Douro que existem nos planos fixos e longos dos trabalhos da poda e da vindima. Em *O Estranho Caso de Angélica* (2011), existem na obsessão da memória fotográfica e apressada de Isaac, na urgência de fotografar os gestos vinhateiros que podem desaparecer. Existem os gigantes cavadores de rostos expressivos, de vozes pausadas e cadenciadas e de gestos efêmeros mas epopeicos representados nas fotografias penduradas que olham o Douro no contraste com o rosto tranquilo de Angélica. Os gigantes são protagonistas de *Aniki-Bóbó* (1942), também eles com os sentimentos em cachão, que nadam no rio Douro das emoções e que, tal como Carlitos no processo de fuga, projetam os olhares sobre o trabalho duro de estivadores e marinheiros que cruzam olhares cúmplices perante o desespero do menino. São omnipresentes em *Douro Faina Fluvial* (1931) que carregam, descarregam, pesam, separam, transportam em gestos que a multiplicação dos planos e o percurso rítmico da montagem definem, em *plongées*, *contre-plongées* e planos de detalhe, a dureza das tarefas e a continuidade dos olhares.

Em *Vale Abraão* (1993), Ema protagoniza uma forte, inexplicável e inadjetivável ligação ao Douro porque Ema é o próprio Douro. Os olhos de Isaac, fixos no fora de campo olham o Douro como

essência. Manoel de Oliveira projeta o Douro como percurso de uma intensa comunhão. Em *Douro Faina Fluvial* (1931), as correntes do Douro metamorfoseiam-se com o ritmo da sucessão de planos das margens, dos trabalhos, das gentes, dos gestos e dos olhares dos trabalhadores fluviais. Na metamorfose, os *travellings* que estabelecem o contraste entre a mansidão do rio e a imensidão rítmica dos gestos definem uma constante montagem paralela com os planos fixos filmados em *contre-plongée* da geometria da ponte. O percurso estético da montagem concretiza a fusão entre o Douro e as personagens.

Também em *Quatro Últimas Canções* (1987), a ligação entre os dois solares, o de Mateus e o de Constantim, se acentua na vontade das personagens. Eles são paredes de labirinto, pela sua semelhança desejada; são paredes de labirinto através das similitudes culturais, dos diálogos, do cruzamento de personagens, de sentimentos, de tipos e de aspirações. São paredes de labirinto através de falsas semelhanças, de cruzamentos complexos e indecifráveis onde cada canto conduz a um passo e exige um retorno. A memória labiríntica está constantemente ligada à noção de Casa, as memórias míticas refletem-se nas conversas entre Francisco e Matilde onde a casa é fonte de herança, arquivo de histórias de invejas, ambições de Ícaro, paixões de Teseu e Ariadne, protecionismos de Dédalo, e filhos ilegítimos, pequenos proprietários com aparência de Minotauros. A memória labiríntica das personagens esboça, na estrutura da narrativa, um labirinto temporal. A desorientação, face ao emaranhado de corredores, estabelece atrasos.

Mas o labirinto está inevitavelmente ligado às personagens mitológicas que dele dependeram. Está sempre ligado à criação, à arte, ao amor, à descoberta, à solução, à traição, à punição e à morte. As duas casas labirínticas deste romance, construídas por um Dédalo narrador, definem a criação artística no mundo da música, do canto e da reflexão estética. Definem o amor no cruzamento sentimental entre os vários protagonistas, na possibilidade de erros e escolhas, na pluralidade vertiginosa dos possíveis. Definem a traição e a punição nos emaranhados da memória barroca da construção, nos conflitos entre as personagens que povoam a História. Definem a descoberta da saída através de novelos de Ariadne transfigurados em cartas e papéis utilizados por

Francisco, nas casas com valor de arquivo, para descobrir o fim do labirinto? Papéis-espadas para matar o Minotauro da curiosidade, a lógica e a paixão da pesquisa?

*Quatro Últimas Canções* (1987) representa duas casas onde existemovelos e espadas oferecidas por Ariadne a todos os Teseus que povoam o romance: fios que querem orientar e ajudar a obtenção do futuro anulando o labirinto. O universo destas casas labirínticas saiu das mãos criadoras de Dédalo-Narrador que inventa as palavras de Ingrid:

“As relações entre a arte e a realidade. A especulação incessante e recíproca entre ambos os termos, a tornar-se cada vez mais cerrada. Agora ela tentava fazê-la sobre dois espaços idealmente simétricos, Mateus e Constantim, que se reenviavam intervenções e efeitos culturais, como dois espelhos paralelos, a abolirem a fronteira entre o real e o imaginário, através de um universo de sonoridades, de eco e contra-eco (...) e também entre o rural e o urbano, embora tudo isto esteja a acontecer fora do mundo, se calhar nas matrizes da língua. E aqui somos todos simuladores dessa realidade e desse imaginário.” (Moura, 1987: 119)

A velocidade do Douro é a velocidade dos comboios nos filmes de Oliveira: o nevoeiro que se dissipa tem o movimento do comboio. O comboio define a velocidade e os movimentos na geometria da ponte D.Maria e o ritmo rápido da montagem em *Douro Faina Fluvial* (1931). *O Pintor e a Cidade* (1956) projeta o primeiro olhar cinematográfico de um comboio em movimento sobre o dissipar do fumo que dele sai. O comboio é enquadrado a sair do túnel e o mesmo túnel é o enquadramento de outras imagens. Um comboio que se prolonga em *Porto da Minha Infância* (2001).

## Conclusão

Em Manoel de Oliveira, o comboio circula sempre ao lado do rio, superior em movimento e em liberdade porque percorre o caminho entre a nascente e a foz mas também o caminho contrário. Pode remar contra a corrente. Em *Vale Abraão* (1993), sempre pa-

ralelo ao Douro, mostra a magia dos socalcos e da água em janelas que se sucedem em travellings, como os fotogramas que compõem a película cinematográfica. O comboio dos irmãos Lumière definiu o percurso mágico desses fotogramas. Quem é o Douro de Manoel de Oliveira? É uma metáfora? É a metáfora de um olhar polifónico? Uma construção da Imagem? É a metáfora de um país, de uma obra, de um percurso acidentado, de uma luta de gigantes? O Douro é um Homem ou uma Mulher? É a metáfora das fronteiras transgressoras e esbatidas entre ficção e realidade? O Douro é uma metáfora! Em Manoel de Oliveira, é a metáfora do próprio cinema!

Em Vasco Graça Moura, o narrador ultrapassa-se, além de ser Dédalo arquiteto, construtor de labirintos, também é um Dédalo criador de melodias, reflexões musicais que nos esclarecem, no labirinto dos nossos sentidos. O Douro e o Palácio de Mateus denunciam, nestas duas artes, um percurso de representação que ultrapassa as categorias jurídicas e filosóficas da liberdade, do fundamento e do limite. É um percurso de representação que exige um direito à resistência e contrasta fortemente com a noção de representação política. A representação artística define questões de liberdade e destrói os espartilhos do rigor analítico e matemático: a liberdade criativa oferece o rigor ao crítico exigente.

A representação artística projeta a noção de metamorfose como aquela que inunda os atores no palco e os povos na adoração dos deuses. A metamorfose criativa confere, ao espaço, um novo olhar, como o dos arquitetos. No âmbito da música, Daniel Cunha (A problemática da representação musical) refere que “a interpretação é a forma de representar as intenções do compositor”. Confere ao intérprete a liberdade da criação e da receção e a posse do espaço artístico. Manoel de Oliveira e Vasco Graça Moura representam as intenções do Criador, arquiteto de espaços naturais e construídos? São eles intérpretes ou compositores de uma partitura literária e fílmica? Enunciam a linguagem de um espaço natural e arquitetónico que projeta simbologias e arquétipos de força, amor, coragem e resistência. Em Manoel de Oliveira e Vasco Graça Moura assistimos à representação de uma metamorfose, uma cadeia de transformações na apreensão do espaço. O símbolo da alquimia é a borboleta e o efeito da metamorfose. Na relação

alquímica com o cinema, a literatura, a arquitetura, a pintura e a música, a representação é a borboleta da liberdade criativa.

## Bibliografia

**Baecque**, Antoine de, Parsi, Jacques (1999). *Conversas com Manoel de Oliveira*. Lisboa: Campo das Letras.

**Moura**, Vasco Graça (1987). *Quatro Últimas Canções*. Lisboa: Quetzal Editores.

**Oliveira**, Anabela Branco de (2012) “Manoel de Oliveira: o Douro como metáfora” in Overoff Ferreira, Carolin, (org.), *Terras em Transe - Ética e Estética no Cinema Português*. Ed. AVM, Wien, pp. 33-44. ISBN: 978-3-95477-000-7.

**Oliveira**, Anabela Dinis Branco de (1994), “Quatro Últimas Canções de Vasco Graça Moura - O universo das casas labirínticas”, *Letras & Letras* nº 110 de Julho de 1994, pp. 48-50.

## Filmografia

**Douro Faina Fluvial** 1931 (documentário 35 mm, 21’)

Realização: Manoel de Oliveira

Produção: Manoel de Oliveira

Argumento: Manoel de Oliveira

Fotografia: António Mendes

Som: Mudo

Montagem: Manoel de Oliveira

**Aniki-Bóbo** 1942

Realização: Manoel de Oliveira

Produção: António Lopes Ribeiro

Argumento: Manoel de Oliveira inspirado na obra de Rodrigues de Freitas

Os Meninos Milionários

Fotografia: António Mendes

Som: Francisco Mesquita, Mário Malveira.

Montagem: Manoel de Oliveira, Vieira de Sousa

Intérpretes/Personagens: Nascimento Fernandes (lojista), Fernanda Matos (Teresinha), Horácio Silva (Carlitos), António Santos (Eduardinho), António Morais Soares (Pistarim), Feliciano David (Pompeu), Manuel de Sousa (Filósofo), António Pereira (Batatinhas).

**O Pintor e a Cidade** 1956 (documentário 35 mm, 28’)

Realização: Manoel de Oliveira

Produção: Manoel de Oliveira

Argumento: Manoel de Oliveira

Fotografia: Manoel de Oliveira

Som: Joaquim Amaral, Alfredo Pimentel  
Montagem: Manoel de Oliveira  
Intérpretes/Personagens: António Cruz (Pintor)

**Vale Abraão** 1993

Realização: Manoel de Oliveira  
Produção: Madragoa Filmes, Gemini Filmes, Light Night.  
Argumento: Manoel de Oliveira, adaptação do romance *Vale Abraão* de Agustina Bessa Luís  
Fotografia: Mário Barroso  
Som: Henri Maikoff  
Montagem: Manoel de Oliveira, Valéry Loiseleux  
Intérpretes/Personagens: Leonor Silveira (Ema Cardeano Paiva), Luís Miguel Cintra (Carlos de Paiva), Cecile Sanz de Alba/voz de Beatriz Batarda (Ema em jovem), Ruy de Carvalho (Paulino Cardeano), Glória de Matos (Maria do Loreto), João Perry (Pedro Dossém), Diogo Dória (Fernando Osório), Isabel Ruth (Ritinha).

**Porto da Minha Infância** 2001 (Documentário 35mm, 62')

Realização: Manoel de Oliveira  
Produção: Madragoa Filmes, Radiotelevisão Portuguesa/RTP  
Argumento: Manoel de Oliveira  
Fotografia: Emmanuel Machuel  
Som: Philippe Morel  
Montagem: Valéry Loiseleux  
Intérpretes/Personagens: Ricardo Trêpa (Manoel 2), Jorge Trêpa (Manoel 1), Rogério Samora (Chico), Agustina Bessa Luís (Dama texto), José Wallenstein (Joel), Maria de Medeiros (Miss Diabo), Leonor Silveira (Vamp), Leonor Baldaque (Ela).

**O Estranho Caso de Angélica** 2011

Realização: Manoel de Oliveira  
Produção: François Dartemare, Maria João Mayer, Luís Minarro  
Argumento: Manoel de Oliveira  
Fotografia: Sabine Lancelin  
Som: Henri Maikoff  
Montagem: Valéry Loiseleux  
Intérpretes/Personagens: Ricardo Trêpa (Isaac), Pilar López de Ayala (Angélica), Leonor Silveira (mãe de Angélica), Luís Miguel Cintra.





# Notas Biográficas

## Biographical Notes

**Ana Isabel Barceló Caldeira Fouto** Assistente Convidada da Faculdade de Direito de Lisboa, do Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas, desde o ano lectivo de 2008/2009, tendo sido monitora do mesmo Grupo no ano lectivo de 2007/2008 (cadeiras leccionadas: Direito Romano, História do Direito Português, História das Ideias Políticas, História do Pensamento Jurídico, História das Relações Internacionais, Direito Internacional Público). Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa em 2004, obteve, pela mesma Instituição, o grau de Mestre em Ciências Histórico-Jurídicas em 2008 e desenvolve actualmente a dissertação de Doutoramento. É bolsista de doutoramento da FCT-Fundação para a Ciência e Tecnologia desde 2010. É advogada desde 2006.

*Ana Isabel Barceló Caldeira Fouto has taught at the Faculty of Law of the University of Lisbon since 2007/2008, as a member of the Department of Historical-Juridical Sciences (assigned matters: Roman Law, History of Portuguese Law, History of Political Ideas, History of Juridical Thought, History of International Relations, International Public Law). She graduated in Law in 2004 at the Faculty of Law of the University of Lisbon, where she also obtained her Master's degree in Historical-Juridical Sciences in 2008 and currently develops her PhD thesis, having been granted a PhD scholarship by FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia since 2010. She has been a lawyer since 2006.*

**Anabela Dinis Branco de Oliveira** Doutorada em Literatura Comparada, orienta a sua pesquisa científica no âmbito dos estudos interartes, nomeadamente das relações dialógicas entre literatura e cinema. É autora do livro *Entre Vozes e Imagens - A presença das imagens cinematográficas nas múltiplas vozes do romance português (anos 70-90)* - Edições Pena Perfeita, 2007. É membro efetivo do Centro de Estudos em Letras (CEL) e pesquisadora associada do CRILUS (Paris). Pertence ao conselho editorial da Revista *Plural/Pluriel* e do *International Journal of Cinema*.

*PhD in Comparative Literature, directs its scientific research studies within the interart namely the dialogical relationship between literature and cinema. Author of the book *Entre Vozes e Imagens - A presença das imagens cinematográficas nas múltiplas vozes do romance português (anos 70-90)* - Edições Pena Perfeita, 2007. She is member of Centro de Estudos em Letras (CEL) and associate researcher of CRILUS (Paris). Pertence ao conselho editorial da Revista *Plural/Pluriel* e do *International Journal of Cinema*. It belongs to the editorial board of the Journal *Plural/Pluriel* and *International Journal of Cinema*.*

**Antoni Jesús Aguiló** Licenciado em Filosofia pela Universidade das Ilhas Baleares (UIB), Diploma de Estudos Avançados (DEA) em Filosofia do Direito, Moral e

Política e Doutor pela UIB em Ciências Sociais e Humanas. Tem sido pesquisador beneficiário do programa estatal de Formação de Pessoal Universitário (FPU) do Ministério Espanhol da Educação no Departamento de Filosofia da Universidade das Ilhas Baleares. Actualmente é investigador do Núcleo de Estudos sobre Democracia, Cidadania e Direito (DECIDE) do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (Portugal) e também colabora em tarefas docentes e de investigação com o grupo de pesquisa Política, Trabalho e Sustentabilidade (PTS) do Departamento de Filosofia e Trabalho Social da UIB. As suas principais linhas de pesquisa são os processos de globalização e os seus aspectos políticos e filosóficos; a teoria crítica do poder, da participação e da cidadania; e a análise da interculturalidade como instrumento de emancipação social.

*Antoni Jesús Aguiló is graduated in Philosophy at the University of the Balearic Islands (UIB), Diploma of Advanced Studies (DEA) in Philosophy of Law, of Morality and Politics and PhD in Social Sciences and Humanities. Has been researcher at the Philosophy Department of the University of Balearic Islands (Spain). Currently, is member of the Research Group on Democracy, Citizenship and Law (DECIDE) of the Center for Social Studies (CES), University of Coimbra (Portugal). Also he collaborates in research/teaching tasks with the Research Group about Politics, Work and Sustainability (PTS) of the Department of Philosophy and Social Work of UIB. The principal aim of his research work is to explore and promote a critical approach to political, social and legal processes, challenging dominant ideas and practices about democracy, participation, citizenship and interculturality.*

**Daniel Cunha** Natural do Porto, obteve em Maio de 2011, com distinção, o grau de Doutor em Artes Musicais com Especialização em Piano pela Universidade do Kansas (E.U.A.), onde trabalhou com o prestigiado pianista e pedagogo Sequeira Costa e onde já obtivera anteriormente o grau de Mestre em Interpretação Musical. Tem desenvolvido uma carreira concertística tanto em Portugal, como nos E.U.A. e em vários países da Europa. Lecciona na Academia de Música de Espinho e no Instituto Piaget - Campus Universitário de Viseu.

*Born in Porto, he obtained in May 2011, with distinction, the Doctorate of Musical Arts' degree in Piano Performance from the University of Kansas (U.S.A.), where he studied with the distinguished professor and pianist Sequeira Costa and where he previously had obtained the Master's degree in Music. Daniel Cunha has been developing a concert career throughout Portugal, U.S.A and Europe. He teaches at the Music Academy of Espinho and at Piaget Institute - University Campus of Viseu.*

**David Castaño** Doutor em História Moderna e Contemporânea, mestre em História das Relações Internacionais e licenciado em História Moderna e Contemporânea pelo ISCTE, é actualmente bolseiro de pós-doutoramento da FCT no IPRI/UNL, onde desenvolve um projecto de investigação sobre a consolidação democrática portuguesa. Tem publicado diversos artigos e capítulos de livros, foi um dos coordenadores do livro, *Portugal e o Atlântico, 60 anos dos Acordos dos Açores* e é autor do livro, *Paternalismo e Cumplicida-*

*de: as relações luso-britânicas 1943-1949*. Recebeu em 2005 o Prémio Teixeira de Sampayo

*PhD in Modern and Contemporary History, MA in History of International Relations and BA in Modern and Contemporary History at ISCTE-IUL, is currently a postdoctoral fellow in IPRI-UNL, where he is developing a research project on democratic consolidation in Portugal. He has several articles and book chapters published; he was one of the coordinators of Portugal e o Atlântico, 60 anos dos Acordos dos Açores and he is the author of Paternalismo e Cumplicidade: As Relações Luso-Britânicas 1943-1949. In 2005 he received the Teixeira de Sampayo Award.*

**Fernando Mora Ramos** é encenador e actor e nessas qualidades participou em, e criou, mais de uma centena de espectáculos de autores como Gil Vicente, Angelo Beolco, Molière, Shakespeare, Marivaux, Goldoni, Strindberg, Horvath, Alberti, Brecht, Beckett, Bernhard, Tabori, Sarrazac, Heiner Muller, Christoph Hein, David Lescot, Howard Barker, Herbert Achternbusch, Joseph Danan e Martin Crimp. Começou a sua actividade teatral em 1972 no TEUM (Teatro dos Estudantes Universitários de Moçambique), frequentou o Curso de Dramaturgia do Conservatório Nacional onde foi aluno do João Bernard da Costa, Eduardo Prado Coelho, Rui Mário Gonçalves e Mário Barradas e tem um Masters em Estudos Teatrais, tirado em Paris III, Censier, Sorbonne Nouvelle. Como encenador formador trabalhou na Escola de Formação de Actores do Centro Cultural de Évora, foi Professor Convidado dos Estudos Artísticos da Universidade de Coimbra, do Curso de Teatro da ESAD, Caldas da Rainha, e dirige de há cinco anos para cá o Espectáculo final do 3º Ano da ESMAE (Escola Superior de Música e Artes do Espectáculo).

Fundou o Centro Cultural de Évora em 1975, foi Vice Presidente da Cena Lusófona, Director do CENDREV, responsável pela criação do Centro Regional das Artes do Espectáculo de Évora, membro da 11ª Comissão para a Reforma do Ensino Artístico encarregue do Relatório sobre o Teatro, Director de Programação da Coimbra 2003, Consultor da F. Gulbenkian para o projecto Tapete (Reinserção Social de Jovens através de Meios Artísticos), etc. Como bolseiro da Fundação Gulbenkian estagiou no Piccolo Teatro de Milão sob a orientação de Giorgio Strehler e Ferruccio Soleri. Trabalhou com encenadores como Luís Miguel Cintra, Luís Varela, Jean-Pierre Sarrazac, Pierre Etienne Heyman, Ricardo Pais e Mário Barradas, entre outros. Foi responsável pelo Dramat, Centro de Dramaturgias Contemporâneas, no TNSJ, a convite de Ricardo Pais. Realizou espectáculos em Moçambique, Maputo (um “Ruzante”, De volta da guerra, sobre a guerra civil), e no Brasil, Salvador da Bahia (Supernova, de Abel Neves). Participou com Ella, espectáculo em cena há mais de 20 anos, no Festival da União dos Teatros da Europa, em Cluj, na Roménia, inaugurando a Sala Experimental do Teatro Húngaro desta cidade.

Escreveu com outros parceiros Quatro ensaios à boca de cena, ensaios sobre o teatro, a programação e a política teatral. Escreve regularmente no jornal Público.

*Fernando Mora Ramos is a theater director and actor. He has been involved, as an actor, or as a director, in more than a hundred performances of authors such as Gil Vicente, Angelo Beolco, Molière, Shakespeare, Marivaux, Goldoni, Strindberg, Horvath, Alberti, Brecht, Beckett, Bernhard, Tabori, Sarrazac, Heiner Muller, Christoph Hein, David Lescot, Howard Barker, Herbert Achternbusch, Joseph Danan and Martin Crimp. He began his theatrical activity in 1972 in the TEUM (Theatre of the Students of the University of Mozambique). He attended the National Conservatory of Dramatic Arts where he was a student of João Bénard da Costa, Eduardo Prado Coelho, Mário Rui Gonçalves and Mário Barradas. He has a Masters in Theatre Studies from the University of Paris III, Censier, Sorbonne Nouvelle. He worked as a training director at the Actors School of Évora's Cultural Centre, he was Visiting Professor of Art Studies at the University of Coimbra, the Theatre Course ESAD, Caldas da Rainha, and from 2007 he is responsible for the final Show of the 3rd Year of ESMAE (School of Music and Performing Arts) .*

*He founded the Centro Cultural de Évora in 1975, he was Vice President of the "Cena Lusófona", Director of the Cendrev, responsible for the creation of the Regional Center of the Performing Arts of Évora, member of the 11th Commission for Education Reform artistic in charge of the Report on Theatre, he was Program Director of Coimbra 2003, Consultant of the F. Gulbenkian for the project Rug (Probation Youth by Artistic Media), etc. With a grant from the Gulbenkian Foundation he got an internship at the Piccolo Teatro of Milan under the guidance of Giorgio Strehler and Ferruccio Soleri. He worked with directors such as Luis Miguel Cintra, Luis Varela, Jean - Pierre Sarrazac, Pierre Etienne Heyman, Ricardo Pais and Mario Barradas, among others. He was invited by Ricardo Pais to be responsible for the Dramat, Center of Contemporary Drama in the Oporto National Theatre. He toured in Mozambique, Maputo and in Brazil, Salvador da Bahia. He participated with Ella, a play he is performing for over 20 years, in the Festival of the Union of Theatres of Europe, in Cluj, Romania, inaugurating the Experimental Hall of the Hungarian Theatre.*

*He wrote, with other partners "4 Ensaios à boca de cena", 4 essays on theater programming and theater public policies. He writes regularly in the "Público" newspaper.*

**Guilherme Marques Pedro** Professor Auxiliar Convocado da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, onde lecciona Criminologia ao nível da licenciatura e Segurança Internacional ao nível do mestrado. É Investigador do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-UNL) e foi Investigador Visitante na Graduate School of Public and International Affairs da Universidade de Otava. É Consultor Científico do Instituto Internacional Casa de Mateus (IICM) e Consultor Executivo do Centro de Investigação de Direito Público (CIDP) da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Doutorou-se em Filosofia Política pelo Department of International Politics da Universidade do País de Gales em Aberystwyth onde ensinou teoria política e estudos de guerra. É mestre em Criminologia pela Faculdade de Direito da Universidade de Cambridge. Os seus interesses de investigação situam-se nas áreas da história das ideias, da filosofia política, da teoria das relações internacionais e dos fundamentos da política externa americana.

*Dr Marques Pedro is a Lecturer at the Faculty of Law of Nova University of Lisbon where he teaches Criminology and International Security at the undergraduate and postgraduate levels. He is a researcher at the Portuguese Institute of International Relations (IPRI) and was Visiting Researcher at the Graduate School of Public and International Affairs at the University of Ottawa. He is also a Research Consultant for the International Institute Casa de Mateus (IICM) and the Executive Consultant of the new Centre for Research in Public Law (CIDP) of the Faculty of Law of the University of Lisbon (FDL). He holds a PhD in political philosophy from the Department of International Politics of the University of Wales in Aberystwyth where he also taught political theory and war studies. He has an MPhil from the Faculty of Law of the University of Cambridge. His research interests lie in the fields of the history of ideas, political philosophy, the theory of international relations and the theological foundations of American foreign policy.*

**João Cabeleira** Arquitecto e assistente na Escola de Arquitectura da Universidade do Minho (EAUM). Licenciado em Arquitectura pela FAUP (2002), obtém o grau de mestre pela FAUP (2006) e desde 2008 desenvolve investigação de doutoramento em Cultura Arquitectónica pela EAUM. Entre 2001/09 colaborou no ateliê do Arquitecto António Madureira, participando em projectos desenvolvidos em parceria entre este e o Arquitecto Álvaro Siza. Paralelamente, desenvolveu projectos próprios, colaborou com a DAFNE Editora (2005) e foi Monitor FAUP (2002). Incorporou o comité organizativo de: “Arquitectura em Lugares Comuns” (2008) e “1st International Meeting EAHN” (2010). Relacionado com a sua actividade pedagógica e investigação apresentou e publicou comunicações em diferentes eventos (Investigar em Desenho 2009; NEXUS 2010; The Image, International conference 2010; Encontro internacional Educação artística 2010; Segundas jornadas sobre ciência na “Aula da Esfera” 2011; Comemorações dos 300 anos da edificação de Sé de Santarém 2011; Encontro internacional Educação artística 2012; NEXUS 2012).

*João Cabeleira is an architect and a lecturer at the Architecture School of the University of Minho (EAUM). He holds a degree in Architecture from FAUP (2002), having completed a Master degree at FAUP (2006). Since 2008 he is preparing his PhD thesis on architectural culture at EAUM. From 2001/09 worked in António Madureira architectural studio, participating in projects developed in partnership between architects Madureira and Álvaro Siza. At the same time developed architectural projects, collaborated with DAFNE publishing house (2005) and worked as Monitor at FAUP (2002). He incorporated the organizing committee of the events: “Architecture in Common Places” (2008) and “1st International Meeting EAHN” (2010). Related with is pedagogical activity and investigation presented and published papers in several events (Investigar em Desenho 2009; NEXUS 2010; The Image, International conference 2010; Encontro internacional Educação artística 2010; Segundas jornadas sobre ciência na “Aula da Esfera” 2011; Comemorações dos 300 anos da edificação de Sé de Santarém 2011; Encontro internacional Educação artística 2012; NEXUS 2012).*

**João Paulo Neves da Silva** nasceu em São João da Madeira em 1984. Licenciou-se em Biologia Aplicada pela Universidade do Minho em 2006. Nessa mesma

instituição concluiu o doutoramento em Ciências (especialização em Física) em 2013. Co-fundador da empresa de biotecnologia NanoDelivery em 2010, é autor de várias publicações nacionais e internacionais, dedicando-se actualmente à investigação nas áreas de nanotecnologia e biofísica.

*João Paulo Neves da Silva was born in São João da Madeira in 1984. He earned a Bachelor's degree in Applied Biology from the University of Minho in 2006. In that same institution he earned a Doctor's degree in Science (specialization in Physics) in 2013. Co-founder of NanoDelivery biotech company in 2010, he is the author of several national and international publications, currently dedicating himself to research in the areas of nanotechnology and biophysics.*

**Marina Rocha** Obteve a sua Licenciatura na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2004) em Línguas e Literaturas Modernas (variante de Português / Inglês). Nessa instituição universitária concluiu também (com a classificação de Muito Bom por unanimidade) o Mestrado (2008). Actualmente é Professora e doutoranda em Linguística Portuguesa na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, com uma tese sobre a obra de António Lobo Antunes, sendo que, para esse efeito, lhe foi concedida uma Bolsa de Doutoramento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Foi premiada com uma Bolsa de Formação sobre Eça de Queirós da Fundação Eça de Queirós durante a sua licenciatura. Recebeu ainda uma Bolsa por Mérito da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2003) e um Prémio Científico pela Fundação Engenheiro António de Almeida (2004). Tem diversos artigos científicos publicados nas áreas da Linguística e da Literatura Portuguesas.

*Marina Rocha holds an undergraduta degree in Language and Modern Literature (English and Portuguese) from the Faculty of Letters of the University of Porto (2004). She concluded a masters at the same institution with a unanimous Very Good (2008). Currently, she is teaching and reading for her PhD at the University of Tras-os-Montes e Alto Douro (UTAD) with a thesis on the work of António Lobo Antunes with a fellowship from the Portuguese Foundation for Science and Technology (FCT). During her undergraduate degree she was awarded an Eça de Queirós Scholarship from the Eça de Queirós Foundation and she has also received a Merit Fellowship from the Faculty of Letters of the University of Porto (2003) and a Scientific Award from the Foundation Engenheiro António de Almeida (2004). She has published widely in the fields of Linguistics and Portuguese Literature.*

**Pedro T. Magalhães** Licenciado em Línguas e Relações Internacionais pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, prepara actualmente uma dissertação de doutoramento sobre os problemas da representação, democracia e parlamentarismo na crise europeia de entre-guerras.

*With a Graduate degree in Languages and International Relations from the Faculty of Arts, University of Porto and a Master in Political Science and Internatio-*

*nal Relations from the Faculty of Social and Human Sciences of The New University of Lisbon, Pedro T. Magalhães is currently preparing a doctoral dissertation on the problems of representation, democracy and parliamentarianism in the European crisis of the interwar period.*

# Mateus DOC IV Representação

## Agenda

Sexta, 9 de novembro

**18:00**

**Boas-vindas, recepção dos participantes**

Introdução ao programa e ao Mateus DOC,  
António M. Cunha, Teresa Albuquerque,  
Jorge Vasconcelos  
Apresentação dos participantes

**19:00**

**Conferência de Abertura por Manuel Aires Mateus**

**19:30**

**Jantar-debate no Lagar**

Com a participação de Dava Newman, Fernando Mora  
Ramos, Gonçalo Almeida Ribeiro, Guillermo Trotti,  
Manuela Martins, Mathieu Richard, Marina Rocha,  
Pedro Bacelar.

## Sábado, 10 de novembro

**8:30**

**Pequeno-Almoço no Lagar**

**Sessão 1: Espaços e tensões da Representação**

Guilherme Marques-Pedro – João Cabeleira

**11:30**

**Fim da sessão 1**

**12:00**

**Partida para Almoço na Quinta da Costa**

**Sessão 2: Representação e Democracia**

Antoni Aguiló – Pedro Magalhães

**16:30**

**Fim da sessão 2 e regresso à Casa de Mateus**

**19:30**

**Jantar no Lagar**

**Sessão 3: Representação de quê?**

Daniel Cunha – João Neves

## Domingo, 11 de novembro

**8:30**

**Pequeno-Almoço no Lagar**

**Sessão 4: Representação e Revolução**

Ana Fouto – David Castaño

**11:30**

**Fim da sessão 4 e partida para prova de vinhos na Adega.**

**13:00**

**Almoço na Copa**

**Sessão 5: Estéticas da Representação**

Marina Rocha – Anabela Oliveira

**16:00**

**Fim do programa**

Despedidas e início do programa opcional: visita ao Espaço Miguel Torga em S. Martinho de Anta.





# Fronteira *Frontier*

**Apresentação  
de resumo**

*Abstract submission*

Até 18 de Junho

*Until June 18<sup>th</sup>*

+ info: [www.iicm.pt](http://www.iicm.pt)

**Casa de Mateus**

18-20

Outubro *October*

2013



**Reflexão e debate interdisciplinar  
entre doutorandos e pós-doc**

No seguimento de edições anteriores do "Mateus DOC", o IICM propõe-se este ano reflectir sobre o conceito de "Fronteira" e "Código". O objectivo é reunir um pequeno grupo de entre 10 a 12 investigadores, por sessão, dispostos a discutir em conjunto durante um fim-de-semana na Casa de Mateus temas comuns a estes tópicos de grande importância, convergindo perspectivas e pontos de vista de áreas diversas. A sua proposta de abordagem do tema é muito bem-vinda: consulte o regulamento e candidate-se on-line.

# Código *Code*

**Apresentação  
de resumo**

*Abstract submission*

Até 18 de Junho

*Until June 18<sup>th</sup>*

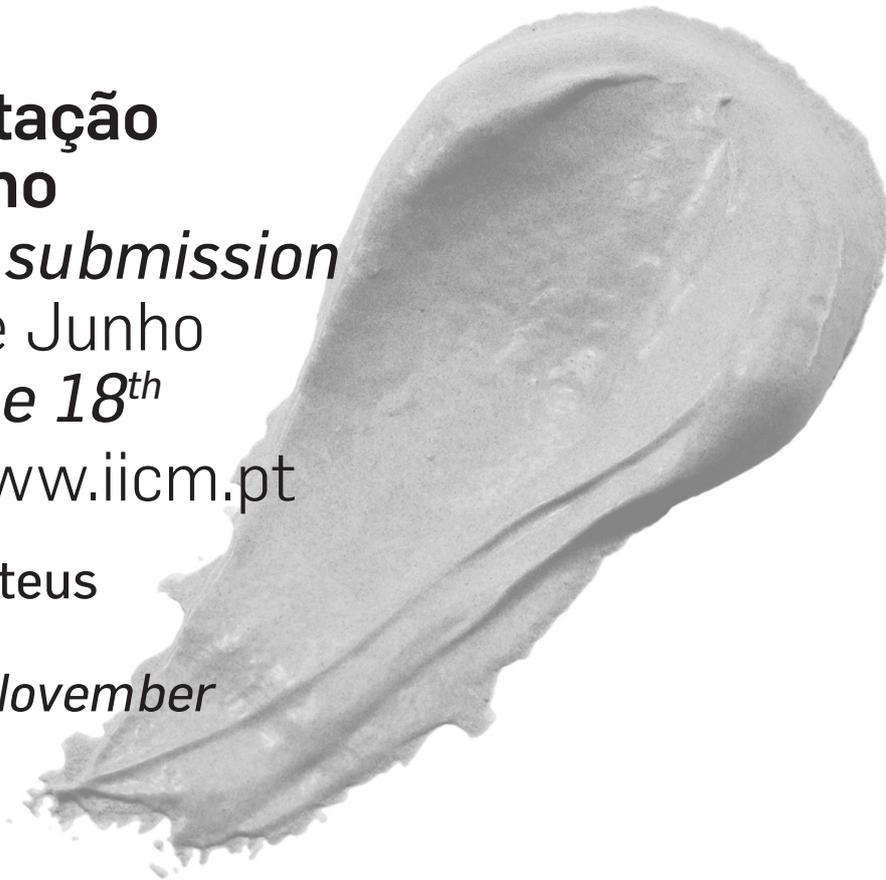
+ info: [www.iicm.pt](http://www.iicm.pt)

**Casa de Mateus**

15-17

Novembro *November*

2013



**Multidisciplinary debate  
amongst researchers**

Following previous editions of "Mateus DOC", the IICM is now focussing on the issues of "Frontier" and "Code".

The purpose is to gather a group of around 12 researchers, per session, willing to cross disciplinary boundaries together discussing common issues and problems in these important topics, bridging different perspectives from several areas of knowledge, during a weekend in the "Casa de Mateus". Your view on the subject is welcome: check our guidelines and place your proposal by completing the on-line application form.

## **Programa Mateus DOC**

**Apoios** Sponsors



© **Instituto Internacional Casa de Mateus e autores individuais**

and individual authors

**Todos os direitos reservados** All rights reserved

**Editado por** Published by

IICM – Instituto Internacional Casa de Mateus

Casa de Mateus

5000-291 Vila Real

Portugal

**T** +351 259 323 121

**F** +351 259 326 553

info@iicm.pt

<http://www.iicm.pt>

**Design**

[www.ic.com.pt](http://www.ic.com.pt)

**Depósito Legal n.º** 327 162/11

**ISBN** 978-989-97281-1-0

**ISSN** 2182-1569 (impresso)

**ISSN** 2182-1577 (em linha)